

CONCORRÊNCIA

009/2026

CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA (980615)

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA/AP, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.758.032,50 (três milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, trinta e dois reais e cinquenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/06/2026 às 09h (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Santana, por meio da Subsecretaria da Central de Licitações, sediada na Av. Santana, Nº 2975, Bloco B, altos, Bairro Paraíso, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, sob um regime de execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL sob um regime de execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto nº 2.289/2022-PMS e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, conforme documentos inseridos no sistema <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e vinculados a contratação nº 980615-79/2025.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

DATA: 16/06/2026

HORÁRIO: 09 horas (horário de Brasília/DF)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor valor global

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado

SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

E-MAIL INSTITUCIONAL: pregoeirospms@gmail.com

CÓDIGO UASG: 980615

Link para acesso aos anexos deste edital:

<https://drive.google.com/drive/folders/1UxlLrmQry1Yy8AQVsMdMaIRLYVyBVDz6?usp=sharing>

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA/AP, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

2. ESTIMATIVA DE VALOR

2.1. A licitação será realizada em um único item.

2.2. A estimativa de custo no presente objeto é no valor global de **R\$ 3.758.032,50 (três milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, trinta e dois reais e cinquenta centavos).**

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. O pagamento será realizado de acordo com a cláusula 6ª do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), anexo deste Termo de Referência.

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

- 4.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 4.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.5.** A condução do certame será feita pelo Agente de Contratação da Subsecretaria da Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Santana, nos termos do Decreto nº2289/22-PMS e Lei 14.133 de 2021.
- 4.6.** Neste edital não haverá itens reservados nem participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 4.7.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 4.8.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 4.9. Não poderão disputar esta licitação: se tirar algum muda a numeração**
- 4.9.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.9.2.** sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 4.9.3.** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.9.4.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.9.5.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.9.6.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.9.7.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.9.8.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

4.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.9.10. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.9.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.9.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. O impedimento de que trata o item 4.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.9.4 e 4.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.13. O disposto nos itens 4.9.4 e 4.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.15. A vedação de que trata o item 4.9.102 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.16. É admitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme atual entendimento do TCU, nos termos do Acórdão 1201/2020-Plenário.

4.17. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s), sob pena de desclassificação.

4.18. A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

4.19. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s), sob pena de desclassificação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

5.2. Os licitantes encaminharão, **EXCLUSIVAMENTE** por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. De acordo com o art. 63, inciso II c/c com o art. 17, § 1º da Lei 14.133/2021, por não se tratar de inversão de fases, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor na fase de habilitação, dos quais deverão serem enviadas no prazo de 02 (duas) horas, após o envio de mensagem da Agente de Contratação/Comissão via sistema para tanto, devendo a licitante atender ao que dispõe o item 9 do Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

- 5.8.3.** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.4.** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.5.** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.6.** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.8.7.** que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.8.8.** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.8.9.** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.8.10.** constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.8.11.** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.9.** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.10.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.11.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.12.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.13.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.13.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.13.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.14.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, **sendo vedado**:



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **5.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.18. Em caso da **licitante melhor classificada ser líder de consórcio** deverá apresentar termo de constituição do consórcio junto com a sua proposta.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA EM CAMPO PRÓPRIO

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor global do item R\$...

6.1.2. Marca/modelo (não identificar a empresa, podendo se utilizar “próprio” quando o produto ou serviço for executado pela própria empresa);

6.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência e seus anexos;

6.1.4. Os preços deverão ser cotados até 02 (dois) dígitos após a vírgula.

6.2. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas para cada item do Termo de Referência e seus anexos (Anexo I) deste Edital.

6.2.1. O preenchimento incorreto dos dados necessários à análise da proposta implicará na desclassificação da mesma.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas, conforme §1º, art. 5º do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023 e Decreto nº 2289-22-PMS;

6.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do objeto licitado.

7.5.1 O julgamento das propostas será feito pelo Menor Preço.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,5% (zero virgula cinco por cento)*.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Será adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo de disputa **“ABERTO e FECHADO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva na Concorrência Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

7.17.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Agente de Contratação/Comissão.

7.17.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [artigos. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos artigos. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior

7.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do art. 30º do Decreto nº 2289-22-PMS;

7.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.2.1. Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.19.2.2. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração brasileiras;

7.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

7.27. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal do Contas da União - TCU - <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>);

8.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado, em conformidade com o item 5.7 deste edital.

8.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022

8.6. DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

8.6.1. A Proposta deverá ser apresentada preferencialmente na mesma ordem contida nas planilhas de referência da Administração.

8.6.2. A proposta deverá conter ainda:

- a) A razão social e CNPJ da empresa licitante;
- b) Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos;
- c) A Planilha com todos os valores unitários e global da proposta, em moeda corrente nacional, expresso em numeral e por extenso, conforme modelo de proposta constante no ANEXO II;
- d) A Planilha de Composição dos Custos unitários analíticos, para fins de comprovação dos coeficientes de produtividade e mão de obra de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho Vigente;
- e) A composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, conforme documentos que compõe o Projeto Básico, sob pena de desclassificação;
- f) Cronograma Físico Financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada.
- g) A Planilha de Encargos Sociais conforme os documentos que compõe o Projeto Básico, sem prejuízo do item 8.6.9.

8.6.2.1. Os valores da proposta deverão observar a regra do arredondamento compatível com o sistema Transferegov.br.

8.6.3. A empresa deverá apresentar na sua proposta de composição de preços unitários o percentual do BDI indicado na planilha de referência da Administração.

8.6.4. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

8.6.5. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos sociais, encargos complementares, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, composições auxiliares e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.6.6. Todos os dados informados pelo licitante em sua Proposta deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.6.7. Os tributos de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983/2013 (TCU, Súmula 254).

8.6.8. As licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme Lei Complementar 123/2006, bem como, Lei Complementar nº 116/2003.

8.6.8.1. Visando analisar os encargos constantes das propostas de preços, as empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar Declaração de Faturamento dos últimos 12 (doze) meses, acompanhada da Certidão enviada para a Receita Federal do Brasil, comprovando o número da Declaração e sua Autenticação. As empresas que não tiverem faturamento nos últimos 12 meses, também deverão apresentar a referida declaração com comprovação da Receita Federal de que não houve faturamento.

8.6.8.2. Para fins de comprovação do item acima, a empresa deverá apresentar declaração de faturamento dos últimos 12 meses.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

8.6.9. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (SESI, SENAI, SEBRAE etc.).

8.6.10. Será utilizada a taxa de BDI do orçamento base da licitação nos casos de aditivos contratuais incluindo novos serviços, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14, do Decreto 7.983/2013;

8.6.11. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar BDI com percentual reduzido, compatível com a natureza do objeto, não superior ao limite indicado no Projeto Básico;

8.6.12. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que esta seja suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

8.7. DA GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO:

8.7.1. A licitante deverá apresentar juntamente com a proposta, a garantia de participação em nome da Prefeitura Municipal de Santana/AP, no percentual correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

8.7.2. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

8.8. SÃO CASOS DE DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA:

8.8.1. Contiver vícios insanáveis ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

8.8.2. Não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.8.3. Não apresentar as especificações técnicas e quantitativos exigidos no Projeto Básico e anexos;

8.8.4. Contiver oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

8.8.5. Apresentar, na composição de seus preços percentual de Encargos Sociais e percentual de B.D.I., acima daqueles contidos no edital e anexo do edital;

8.8.6. Apresentar, na composição de seus preços quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços;

8.8.7. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.8. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

8.8.9. Também serão desclassificadas as propostas cujo preço global orçado ou o preço de qualquer um dos grupos supere os preços de referência discriminados no orçamento anexo ao Termo de Referência e a este Edital. Bem como, o preço unitário de cada item seja superior ao preço unitário orçado na planilha da administração, sendo vedado o jogo de planilhas

8.9. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçamento referencial pela Administração, conforme disposto no art. 33 da IN SEGES/ME nº 73, de 30/9/2022.

8.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9.2. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei 14.133/2021.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, na forma do § 2º do art. 59 da Lei n.º 14.133/21.

8.11. Caso o custo global estimado de cada grupo licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta, **no prazo máximo de 24 (vinte horas)**, podendo ser prorrogável por igual período a critério do Agente de contratação/Comissão de ofício ou a pedido do licitante.

8.11.1. O licitante com a menor lance ofertado, será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que **não haja majoração do preço** e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Os pareceres técnicos das propostas serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A Documentação de Habilitação da PROPONENTE VENCEDORA será verificada mediante apresentação dos documentos abaixo, em formato PDF legível, os quais devem ser anexados no campo “Diligência” que será aberto pela Agente de Contratação/Comissão pelo prazo de 02 (duas) horas após o término da disputa de lances, conforme segue:

9.3. Documentos relativos à habilitação jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, ou; b) Registro Comercial, no caso de empresário individual, ou;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

9.5. Quanto a Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ), se pessoa jurídica, atualizado;
- b) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.
- d) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.
- e) Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452/1943 c/c a Lei 14.133/21.

9.6. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrado na junta comercial e assinado por contador, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme o art. 69, II da Lei nº 14.133/2021, cuja validade é expressa pelo órgão emissor.

9.6.1. Os documentos referidos ao subitem supra limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.7. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
- II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e
- III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.7.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.8. As empresas deverão apresentar “DECLARAÇÃO DOS COMPROMISSOS” assumidos pelo licitante, conforme modelo constante do Anexo VIII deste edital, que importem em diminuição de sua capacidade econômica-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

9.9. QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL OU EMPRESARIAL:

9.9.1. Apresentação de Certidão de Registro e de Quitação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Pessoa Jurídica da Matriz ou Filial da licitante, comprovando atividade relacionada com o objeto da presente licitação. No caso de Consórcio todas as empresas devem apresentar o registro no CREA ou CAU.

9.9.2. Comprovação de que a licitante executou/prestou, sem restrição, projeto/serviço/obra de características semelhantes, considerando-se as parcelas de maior relevância ou quantitativos mínimos definidos. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado ou Certidão de Acervo Técnico, certificado pelo CREA ou CAU, devidamente assinado e carimbado pelo órgão ou entidade pública ou privada declarante.

9.9.3. Apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em quantidades suficientes que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. Neste caso deverá ser comprovado quantidade mínima do serviço identificado na tabela abaixo:



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

Item	Serviços	Medida	Quantidade	Quantidade Mínima	Percentual (%)
11.47	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRUPO GERADOR, MODELO GEHC260, HEIMER OU SIMILAR, POTENCIA STANDBY 260KVA E POTENCIA CONTINUA 234KVA, TENSÃO:220/127V, FREQUENCIA 60 HZ, C/QUADRO COMANDO AUTOMATICO, MOTOR DIESEL 6CTAA8.3-G1, CONSUMO:50 L/H.	UN	1	0,5	50%
18.1	TUBO DE COBRE - CLASSE A, 15MM, LIMPEZA QUÍMICA, ESTERELIZAÇÃO E CONEXÕES.	M	300	150	50%
18.3	TUBO DE COBRE CLASSE A 28mm COM CONEXOES.	M	150	75	50%

9.9.4. A licitante deverá comprovar sua experiência anterior na execução de todos os serviços discriminados no quadro acima.

9.9.5. Declaração formal indicando que possui instalações e aparelhamento adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

9.9.6. Será admitido o somatório de atestados, seja para comprovação de experiência anterior da licitante na execução de todos os serviços discriminados no quadro acima, seja para atendimento do quantitativo mínimo especificado para cada um deles.

9.9.7. Declaração emitida pelo licitante de que possui pleno conhecimento do objeto e das condições de sua execução e ainda das peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por sua proposta, a visita técnica será facultativa, caso a licitante deseje realizá-la deverá apresentar o Atestado de Visita devidamente assinado pelo servidor responsável pela contratante, conforme Anexo VII do Edital.

9.10. QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL:

9.10.1. Comprovação da licitante possuir em seu quadro técnico pelo menos 01 (um) engenheiro civil e/ou arquiteto, registrado através da anotação expressa certificada pelo registro de pessoa jurídica do órgão competente CREA e CAU, como responsável técnico pela empresa, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

9.10.2. O(s) responsável(eis) técnico(s) deve(m) ter experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

9.10.3. O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra/serviço objeto desta licitação.

9.11. A proponente classificada deverá declarar, em documento conjunto (conforme modelo Anexo III):

- a) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- b) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) A inexistência de quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Santana-AP ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- d) Que está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- e) Que a empresa conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- f) Que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- g) A declaração que a empresa possui percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica (30º do Decreto nº 2289-22-PMS).

9.12. *A declaração que a empresa se enquadra como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, (ANEXO IV)*

9.13. *A declaração que a empresa não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; (ANEXO V)*

9.14. *A declaração que a empresa não possui vínculo parental com agentes públicos que trata o inciso III do art. 14 da Lei 14.133/21. (ANEXO VI).*

9.15. Visando analisar os encargos constantes das propostas de preços, as empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar Declaração de Faturamento dos últimos 12 (doze) meses, acompanhada da Certidão enviada para a Receita Federal do Brasil, comprovando o número da Declaração e sua Autenticação. As empresas que não tiverem faturamento nos últimos 12 meses, também deverão apresentar a referida declaração com comprovação da Receita Federal de que não houve faturamento.

9.16. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.17. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

9.18. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.19. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.20. O licitante que optar por realizar vistoria prévia deverá agendar dia e horário junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOP-PMS, localizada Av. Santana, Bloco 3 ou através do e-mail semop@santana.ap.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.20.1. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.21. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.21.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.22. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.22.1. A não observância do disposto no item 9.21 poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.23. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.23.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo **02 (duas) horas**, podendo ser prorrogável por igual período a critério do Agente de contratação/Comissão de ofício ou a pedido do licitante, contado da solicitação ao Agente de Contratação/Comissão.

9.23.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.24. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

9.25. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.25.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do inciso III do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.25.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.26. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.26.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.26.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.27. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.28. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.22.1.

9.29. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.30. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9.31. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.32. Conforme Lei nº 13.726/2018, fica dispensada a autenticação de cópias dos documentos apresentados. Em caso dúvida quanto à autenticidade ou previsão legal, poderá ser exigido o documento original ou cópia autenticada. Faculta-se ao Agente de Contratação/Comissão a diligência para comprovação da autenticidade dos documentos apresentados.

9.33. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO CONSÓRCIO

9.33.1 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.33.2 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

9.33.3 A empresa líder do consórcio deverá apresentar atestado de capacidade técnica operacional e profissional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado. As demais consorciadas de 50% (cinquenta por cento).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Encerrada a fase de JULGAMENTO no sistema eletrônico, abrir-se-á no sistema a etapa recursal quanto as PROPOSTAS, e ficará 20 (vinte minutos) com o campo "Fase Recursal" em aberto, para que os licitantes possam manifestar seu interesse em interpor recurso.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

11.3. Transcorrida a fase de habilitação no sistema eletrônico, abrir-se-á no sistema a etapa recursal quanto a HABILITAÇÃO, e ficará 20 (vinte) minutos com o campo “Fase Recursal” em aberto, momento este em que o licitante poderá registrar suas intenções recursais quanto ao julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

11.4. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.5.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.5.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.5.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.5.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.comprasnet.gov.br/>.

11.13. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

- 12.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5.** fraudar a licitação
- 12.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 12.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1.** advertência;
- 12.2.2.** multa;
- 12.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** corridos, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.16. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo endereço de e-mail: pregoeirosrms@gmail.com / ou SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.comprasnet.gov.br/>.*

13.3.1. O horário limite para recebimento das impugnações é às 23:59h da data especificada no sistema, considerando o horário de expediente desta Administração.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DA HOMOLOGAÇÃO, DA ADJUDICAÇÃO E DO ENCERRAMENTO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado pelo Agente de Contratação à autoridade competente, que poderá:

14.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

14.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

14.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou

14.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. DA CONVOCAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO PARA ASSINAR O CONTRATO

15.1. Após os atos de adjudicação e homologação do processo licitatório, a Secretaria Municipal de Obras, expedirá a Nota de Empenho respectiva a contratação,

15.2. Em ato seguinte, a Secretaria Municipal de Obras convocará a EMPRESA para a assinatura do instrumento contratual correspondente e retirada da respectiva Nota de Empenho.

15.3. A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis sob pena de decair o direito da EMPRESA. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela EMPRESA, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Secretaria Municipal de Obras.

15.4. A recusa injustificada em assinar o contrato e em receber a Nota de Empenho implicará na inexecução total do compromisso assumido, sujeitando-se a EMPRESA à aplicação das sanções previstas em Lei.

15.5. A entrega da respectiva nota de empenho ficará diretamente condicionada – como solenidade de tratamento recíproco – ao ato formal de assinatura do respectivo contrato, cabendo a EMPRESA, para tanto:

15.5.1. Fazer-se representar por profissional devidamente habilitado a examinar - comparando a minuta com o instrumento obrigacional definitivo;

15.5.2. Autorizar o seu representante, não havendo divergência entre os documentos cotejados, a afirmar em seu nome o referido contrato.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

15.5.3. O exame a que alude o item anterior dar-se-á na sala da Gerencia de Contratos da SEMSA, podendo ser utilizado todo o tempo necessário à análise e conferência das peças mencionadas, dentro do expediente normal de trabalho.

15.6. Caso da EMPRESA seja de fora do Estado, o ato solene poderá ser substituído por envio dos documentos, será viabilizado via e-mail e/ou por correio, devendo a empresa atestar o devido recebimento do documento encaminhado.

15.7. Ao assinar o instrumento contratual e retirar a nota de empenho, o adjudicado obriga-se a prestar o cumprimento, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo, bem como, na proposta apresentada e adjudicada no processo licitatório, prevalecendo-se esta, no caso de procedimentos administrativos adotados pelo Secretaria Municipal de Obras do Município de Santana.

16. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1. A EMPRESA deverá apresentar para a Secretaria Municipal de Obras a garantia contratual, no valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor do total do Contrato**, até 05 dias após a assinatura do contrato., conforme disposto nos artigos. 96 a 102, da Lei 14.133/21.

16.2. Nas contratações da obra com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais de 5% previsto;

16.3. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

16.4. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

16.4.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

16.4.2. Seguro-garantia;

16.4.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

16.5. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

16.5.1. Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

16.5.2. Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

16.6. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

17. DA GESTÃO DO CONTRATO

17.1. Conforme item 06 do Termo de Referência



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

18. DAS CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

18.1. Conforme item 07 do Termo de Referência

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Os casos omissos serão dirimidos pelo agente de Agente de Contratação/Comissão, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/06.

19.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: <https://www.portalcr2.com.br/licitacoes/licitacoes-santana>.

19.12. No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

19.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência.

ANEXO II –Modelo de Proposta Comercial.

ANEXO III –Modelo de Declaração Conjunta.

ANEXO IV –Modelo de Declaração ME e EPP.

ANEXO V –Modelo de Declaração referente ao direito artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

ANEXO VI –Modelo de Não Possui Vinculo Parental.

ANEXO VII –. Declaração de Pleno Conhecimento das Condições e do Local de Execução.

ANEXO VIII – Modelo Declaração de Compromissos Assumidos.

ANEXO IX – Matriz de Riscos.

ANEXO X – Minuta de Termo de Contrato.



**PREFEITURA
DE SANTANA**

**Secretaria Municipal
de Administração**

Subsecretaria da Central de Licitações

EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

Obs.: O Material Técnico está disponível no link: estão disponíveis no link:
<https://drive.google.com/drive/folders/1UxlLrmQry1Yy8AQVsMdMaIRLYVyBVDz6?usp=sharing>

Santana, 19 de maio de 2026.

DANILO CARVALHO DE SOUZA

Chefe do Dep. Padronização de Documentos - SCL/SEMAD/PMS

Decreto nº 0436/2023-GAB.PREF/PMS



PREF.MUN.DE SANTANA

Termo de Referência 79/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
79/2024	980615-PREF.MUN.DE SANTANA	MATHEUS DOS SANTOS AMANAJAS	10/04/2026 12:43 (v 4.7)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Obras comuns		924/2024

1. Definição do objeto

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA/AP.

2. Fundamentação da contratação

A UPA Fonte Nova é uma unidade de grande importância para a população do Município de Santana, prestando atendimento de urgência e emergência. A necessidade de reforma e ampliação justifica-se pela demanda crescente de pacientes, a necessidade de adequação às normas técnicas e a melhoria das condições de trabalho e atendimento.

A necessidade da reforma e ampliação tem como objetivos:

- Reformar e modernizar a estrutura física existente da UPA Fonte Nova.
- Ampliar as áreas de atendimento para aumentar a capacidade de atendimento da unidade.
- Melhorar as condições de trabalho para os profissionais de saúde.
- Assegurar a conformidade das instalações com as normas de vigilância sanitária e segurança.

A reforma e ampliação da Unidade de Pronto Atendimento - UPA Fonte Nova é necessária, essencial e imprescindível, considerando a qualidade do espaço para o atendimento também faz parte do compromisso de acolhimento humanizado, da Saúde do município. As reformas e ampliações possibilitam a acessibilidade e maior conforto para as pessoas atendidas no serviço e para os próprios trabalhadores, além do compromisso da gestão que tem como objetivo principal atender o interesse público.

A referida necessidade está prevista no planejamento de obras elaborado pela equipe de planejamento e projetos a serem executados com aporte financeiro do ano em curso, a planilha contendo as especificações e quantitativos e parte integrante deste documento, devidamente anexada no final do mesmo

Os serviços serão executados pela contratada no seguinte endereço, Avenida Dom Pedro – Fonte Nova, Santana/AP.

A necessidade da reforma e ampliação da Unidade de Pronto Atendimento - UPA Fonte Nova, localizada em Santana-AP, surge em resposta à crescente demanda por serviços de saúde na região, evidenciando a importância de adaptar a infraestrutura de saúde às necessidades da comunidade atendida. A ótica do interesse público ressalta a necessidade de garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Saúde (Lei n.º 8.080/1990).

Considerando o aumento constante na demanda por serviços de saúde, resultante do crescimento populacional e da maior incidência de doenças que requerem atendimento de urgência e emergência. A estrutura atual do município é insuficiente para atender adequadamente a todos os pacientes, levando a longos tempos de espera e sobrecarga dos serviços.

A infraestrutura existente da UPA Fonte Nova apresenta sinais de desgaste e inadequação às necessidades modernas de atendimento médico. A reforma e ampliação são essenciais para criar um ambiente que propicie um atendimento de qualidade, seguro e eficiente, atendendo às expectativas e necessidades da população local.

As instalações atuais da UPA necessitam de atualização para atender às normas e regulamentações vigentes, como acessibilidade para pessoas com deficiência, segurança contra incêndio e controle de infecções. A contratação de uma empresa especializada garantirá que as obras sejam realizadas de acordo com os padrões exigidos, assegurando a conformidade legal e a segurança de pacientes e profissionais.

Com a ampliação, a UPA poderá integrar novos serviços e especialidades, ampliando a gama de atendimentos oferecidos e proporcionando um serviço mais abrangente à comunidade.

Investir na reforma e ampliação da UPA agora pode resultar em economias significativas no futuro. Instalações modernas e bem planejadas reduzem a necessidade de manutenções frequentes e reparos emergenciais, além de melhorar a eficiência energética e operacional da unidade.

A reforma e ampliação garantirão que a UPA esteja mais bem preparada para lidar com emergências e crises de saúde pública, como surtos de doenças, acidentes em massa e desastres naturais, proporcionando uma resposta rápida e eficaz em momentos críticos.

A contratação de uma empresa especializada para a reforma e ampliação da UPA Fonte Nova é uma necessidade urgente e justificada pela crescente demanda por serviços de saúde, pela necessidade de adequação às normas vigentes, e pela importância de oferecer um atendimento de qualidade e eficiente à população. Esse investimento não apenas melhorará a capacidade e a qualidade do atendimento imediato, mas também proporcionará benefícios duradouros para a saúde e o bem-estar da comunidade.

3. Descrição da solução

A contratação destina-se a execução de obra de reforma e ampliação da Unidade de Pronto Atendimento – UPA da Fonte Nova. Os serviços serão definidos em Projeto Básico e Executivo, contemplando inicialmente:

- a) Serviços Preliminares;
- b) Administração de Obra;
- c) Estruturas;
- d) Alvenarias e Revestimentos;
- e) Piso;
- f) Instalações Hidrossanitárias;
- g) Esquadrias;
- h) Forro;
- i) Cobertura;
- j) 10.0- Pintura;
- k) Instalação Elétrica;
- l) Combate a Incêndio e Pânico;
- m) Climatização;
- n) Acessibilidade;
- o) Paisagismo;
- p) Drenagem;
- q) Passeio;

r) Gases Medicinais;

s) Diversos.

Todas as intervenções seguirão o padrão de qualidade estabelecido e adotarão as melhores práticas executivas. Os elementos que apresentarem vantagens para a contratação serão detalhadamente caracterizados no Projeto Executivo e no Projeto Básico, visando garantir a eficiência, qualidade e durabilidade das obras a serem realizadas.

4. Requisitos da contratação

Os requisitos para contratação do objeto serão precedidos com os anexos do(s), memorial descritivo, memorial de cálculo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, anexos ao processo deverá contar o Estudo Técnico Preliminar - ETP. A contratada será responsável pela execução dos serviços, materiais, mão-de-obra, colaboradores e afins, assim como a garantia da construção pelo tempo mínimo exigido por lei, o regime de execução será o de empreitada por preço global, em conformidade ao que prevê o Art.8 do decreto 2.289/2022 - PMS, Art.9, inciso II, IN SEGES 58/22, Art.6, inciso XXIII, da lei 14.133/2021.

Referente as exigências para habilitação a contratada deverá atender o que prevê os Artigos.62 ao 69 da Lei Federal n.º14.133, de 1 de abril de 2021, para habilitação das empresas licitantes deverá ser apresentado um conjunto de informações e documentos necessários e suficientes findando comprovar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, as quais serão exigidas apenas ao licitante vencedor no ato da contratação. As informações serão divididas em:

Padrões de Qualidade:

- Conformidade com as Boas Práticas de Engenharia Civil, garantindo padrões de qualidade na execução da obra.
- Uso de materiais de construção certificados e de qualidade reconhecida pelo mercado.
- Adoção de técnicas construtivas modernas e eficientes, visando à durabilidade e eficácia da estrutura.
- Atendimento às normas de segurança e saúde ocupacional, protegendo tanto os trabalhadores envolvidos na obra quanto os futuros usuários do serviço.
- Respeito aos princípios de sustentabilidade ambiental, considerando o uso racional de recursos naturais e a redução do impacto ambiental da obra.

Natureza do Objeto

Considerando que a licitação busca a contratação de serviços técnicos especializados de engenharia para a Contratação de empresa especializada para REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA FONTE NOVA, esta não se caracteriza como um objeto contínuo, uma vez que se enquadra como uma demanda específica e pontual, com prazo determinado de início e fim. Portanto, a licitação visa a contratação de um serviço pontual para atender a uma demanda específica da Administração Municipal de Santana-AP.

Vigência Contratual

Considerando diversos fatores, como a complexidade da obra, o tamanho da ampliação do prédio, as condições climáticas da região, entre outros, estimamos os prazos comuns para projetos similares, levando em conta um período que possa abranger eventuais imprevistos., previmos um prazo inicial de vigência contratual de 12 (doze) meses.

Este período permite uma margem de tempo adequada para a realização da obra, contemplando desde a fase de preparação do terreno até a entrega final dos serviços, levando em conta os trâmites legais, possíveis ajustes no projeto, e a própria execução das etapas construtivas.

Locais, Prazo e Cronograma de Entrega

A entrega dos produtos e a execução dos serviços serão realizadas no próprio local onde está sendo realizada a reforma e ampliação da Unidade de Pronto Atendimento, localizada no Setor 08, Quadra 155, Lote 01 na rua Dom Pedro I, Bairro: Fonte Nova, no Município de Santana no Estado do Amapá

O prazo para a entrega da obra será calculado de acordo com a complexidade dela, estabelecendo-se um período de 240 (duzentos e quarenta) dias, conforme o cronograma físico-financeiro previamente elaborado. Esse prazo é considerado razoável e suficiente para a conclusão das etapas construtivas, contemplando desde a preparação do terreno até a entrega final dos serviços, e levando em conta eventuais imprevistos que possam surgir durante o processo de construção.

Vedação da Contratação de Consórcio

Considerando a natureza específica da obra e a necessidade de responsabilização direta da empresa contratada, recomendamos a vedação da contratação de consórcios para a execução dos serviços.

Estes requisitos técnicos e legais foram definidos com base nas normativas aplicáveis e visam garantir a eficiência, qualidade e transparência no processo de contratação para a Contratação de empresa especializada para REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA FONTE NOVA.

Garantia da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que trata o Art. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 15 horas.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Especificação dos Serviços:

As definições dos serviços, os serviços preliminares, as instalações elétricas, as instalações hidrossanitárias, as instalações elétricas, as paredes, o forro, as esquadrias, a cobertura, os revestimentos, os rodapés a pintura, o critério de medição e tudo o que mais for necessário para a execução dos serviços deverão estar em conformidade com as Normas estabelecidas na ABNT.

Os serviços objeto deste Termo de Referência encontram-se descritos, caracterizados e detalhados nos seguintes documentos:

- 1: Resumo;
- 2: Planilha de Custos do Orçamento;
- 3: Memória de Cálculo;
- 4: Cronograma;
- 5: BDI;
- 6: Encargos Sociais;
- 7: Estudo Preliminar;
- 8: Especificação Técnica;
- 9: Memorial Descritivo;
- 10: Relatório de Visita Técnica;
- 11: Relatório Fotográfico;
- 12: Localização e Situação;
- 13: Barracão do Canteiro de Obra;
- 14: DMT;
- 15: Topografia;
- 16: Projeto Arquitetônico;
- 17: Projeto Estrutural;
- 18: Projeto Elétrico;

- 19: Projeto Hidrossanitário;
- 20: Drenagem;
- 21: Acessibilidade;
- 22: Climatização;
- 23: Combate a Incêndio;
- 24: Gases Medicinais;
- 25: Paisagismo;
- 26: Projeto Complementar.

Da Subcontratação:

Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração, em conformidade ao que dispõe o art.122 da Lei nº14.133/2021.

É proibida, portanto, a subcontratação total do objeto, não podendo a atuação do contratado transformar-se em mera intermediação ou administração de contrato. Além disso, o contratado permanece como responsável legal e contratualmente pela parte subcontratada.

5. Modelo de execução do objeto

O escopo dos serviços, objeto deste Projeto Básico destina-se a **REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA FONTE NOVA**, devendo atender os seguintes preceitos:

- a) Conformidade com o projeto aprovado.
- b) Cumprimento das normas de acessibilidade.
- c) Qualidade dos materiais utilizados.
- d) Respeito aos prazos estabelecidos.
- e) Minimização de impactos ambientais.
- f) Monitoramento constante da obra.
- g) Gestão eficiente dos recursos financeiros.
- h) Comunicação clara e eficaz entre todas as partes envolvidas.
- i) Garantia de funcionalidade e durabilidade da ampliação

Os serviços deverão ser realizados em consonância com os Projetos Executivos e com fundamento nas normas das concessionárias de serviços públicos locais, entre outras, no Código de Uso e Ocupação do Solo do município, no Caderno de Encargos da Secretaria Municipal de Obras, nas deliberações dos órgãos de controle ambientais do município, do estado e da União e nas Especificações Técnicas.

Os serviços deverão ser realizados em consonância e fundamento nas normas e recomendações estabelecidas pela Associação Brasileira de Norma Técnicas (ABNT), (Lei n.º 4.150 de 21.11.62), no que couber e, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

As definições dos serviços, os cortes, os materiais empregados, as condições gerais, as condições específicas, os equipamentos, a execução, o manejo ambiental, a inspeção, o controle de execução e tecnológico, a geometria, a verificação final da qualidade, o acabamento, a variação, a aceitação, a rejeição, o critério de medição e tudo o que mais for necessário para a execução dos serviços deverão estar em conformidade com as ABNT's.

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades estabelecidas na Planilha Orçamentária e Memorial Descritivo, Memória de Cálculo e Desenhos Técnicos.

O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 05 anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A CONTRATADA deverá emitir uma ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou documento equivalente, conforme o conselho com o qual o profissional responsável técnico pela execução dos serviços tenha vínculo, referente à manutenção predial, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da ata registro de preços.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art.22, VII).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

A avaliação da execução do objeto utilizará da Planilha de Medição e Cronograma Físico Financeiro.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados acordados;
- b) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização da Planilha de Medição não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Os serviços serão recebidos provisoriamente, na data de realização da última medição, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei n.º 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto n.º 11.246, de 2022).

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto n.º 11.246, de 2022).

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto n.º 11.246, de 2022)

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei n.º 14133, de 2021).

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, decreto n.º 11.246, de 2022).

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITATÓRIO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Regime de execução

A obra será executada sob um regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

Critérios de aceitabilidade de preços

O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei n.º 14.133/2021).

Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço global o critério de aceitabilidade de preços será: o de **MENOR PREÇO**.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, para os casos em que couber;

Registro Comercial, no caso de empresa individual;

Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

Qualificação Técnica-Operacional ou Empresarial:

Apresentação de Certidão de Registro e de Quitação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Pessoa Jurídica da Matriz ou Filial da licitante, comprovando atividade relacionada com o objeto da presente licitação. No caso de Consórcio todas as empresas devem apresentar o registro no CREA ou CAU.

Comprovação de que a licitante executou/prestou, sem restrição, projeto/serviço/obra de características semelhantes, considerando-se as parcelas de maior relevância ou quantitativos mínimos definidos. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado ou Certidão de Acervo Técnico, certificado pelo CREA ou CAU, devidamente assinado e carimbado pelo órgão ou entidade pública ou privada declarante.

Apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em quantidades suficientes que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. Neste caso deverá ser comprovado quantidade mínima do serviço identificado na tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	RELEVÂNCIA	QUANT. MÍNIMA	PERCENTUAL (%)
11.47	ORSE 8020	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRUPO GERADOR, MODELO GEHC-260, HEIMER OU SIMILAR, POTENCIA STAND-BY 260KVA E POTENCIA CONTINUA 234KVA, TENSÃO:220/127V, FREQUENCIA 60 HZ, C/QUADRO COMANDO AUTOMATICO, MOTOR DIESEL 6CTAA8.3-G1, CONSUMO:50 L/H.	UN	1	10,26%	0,5	50%
18.1	CPU 16	TUBO DE COBRE - CLASSE A, 15MM, LIMPEZA QUÍMICA, ESTERELIZAÇÃO E CONEXÕES.	M	300	1,35%	150	50%
18.3	SBC 055091	TUBO DE COBRE CLASSE A 28mm COM CONEXOES.	M	150	2,73%	75	50%

A licitante deverá comprovar sua experiência anterior na execução de todos os serviços discriminados no quadro acima.

Declaração formal indicando que possui instalações e aparelhamento adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Será admitido o somatório de atestados, seja para comprovação de experiência anterior da licitante na execução de todos os serviços discriminados no quadro acima, seja para atendimento do quantitativo mínimo especificado para cada um deles.

Declaração emitida pelo licitante de que possui pleno conhecimento do objeto e das condições de sua execução e ainda das peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por sua proposta, a visita técnica será facultativa, caso a licitante deseje realizá-la deverá apresentar o Atestado de Visita devidamente assinado pelo servidor responsável pela contratante, conforme disposto neste Termo de Referência.

Qualificação Técnica-Profissional:

Comprovação da licitante possuir em seu quadro técnico pelo menos 01 (um) engenheiro civil e/ou arquiteto, registrado através da anotação expressa certificada pelo registro de pessoa jurídica do órgão competente CREA e CAU, como responsável técnico pela empresa, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra/serviço objeto desta licitação.

A proponente classificada deverá declarar, sob as penas da lei, que:

- a) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados submetidos a trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- b) Cumpre as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) Inexiste qualquer fato impeditivo de sua habilitação, bem como não ter sido declarada inidônea por ato do Poder Público Municipal, nem estar temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Santana-AP ou com quaisquer de seus órgãos descentralizados, nos termos dos incisos III e IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021;
- d) Está adequada às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei n.º 13.709/2018);
- e) Tem pleno conhecimento do Edital e de seus anexos, concordando integralmente com as condições neles estabelecidas, e que a proposta apresentada contempla todos os custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega, cumprindo integralmente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- f) Atende aos requisitos de habilitação exigidos, sendo o declarante responsável pela veracidade das informações prestadas, na forma do art. 63, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021;
- g) Possui percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação constituído por mulheres vítimas de violência doméstica, nos termos do art. 30 do Decreto n.º 2.289/2022-PMS.

A declaração que a empresa de se enquadra como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, A declaração que a empresa não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

A declaração que a empresa não possui vínculo parental com agentes públicos que trata o inciso III do art. 14 da Lei 14.133/21.

Visando analisar os encargos constantes das propostas de preços, as empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar Declaração de Faturamento dos últimos 12 (doze) meses, acompanhada da Certidão enviada para a Receita Federal do Brasil, comprovando o número da Declaração e sua Autenticação. As empresas que não tiverem faturamento nos últimos 12 meses, também deverão apresentar a referida declaração com comprovação da Receita Federal de que não houve faturamento.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021. 9.16. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021).

Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

O licitante que optar por realizar vistoria prévia deverá agendar dia e horário junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOP-PMS, localizada Av. Santana, Bloco 3 ou através do e-mail semop@santana.ap.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN n.º 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN n.º 3/2018, art. 7º, caput).

A não observância do disposto poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN n.º 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, podendo ser prorrogável por igual período a critério do Agente de contratação/Comissão de ofício ou a pedido do licitante, contado da solicitação ao Agente de Contratação/Comissão.

Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do inciso III do art. 63 da Lei n.º 14.133, de 2021.

Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do estabelecimento que participará da licitação;

Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, Estadual e Federal do domicílio ou sede do licitante;

Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

Certificado de Regularidade Trabalhista;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios.

Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura desta Concorrência, o Balanço Patrimonial e a DRE poderão ser atualizados por índices oficiais.

Os documentos exigidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e as demais demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente

Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

a) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

b) Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

c) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.758.032,50

De acordo com o resumo do orçamento previsto para a referida contratação do lote ÚNICO, estima-se o valor de **R\$ 3.758.032,50 (três milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, trinta e dois reais e cinquenta centavos)**, constante como anexo deste documento.

10. Adequação orçamentária

O pagamento será realizado de acordo com a cláusula 6ª do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), anexo deste Termo de Referência.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MATHEUS DOS SANTOS AMANAJAS

Coordenador da Comissão de Planejamento



Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 12:41:19.

RODRIGO SOUZA SILVA

Chefe do Departamento de Arquitetura



Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 12:42:31.

JULIANO ARANHA DOS SANTOS

Chefe do Departamento de Projetos Elétricos



Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 12:43:21.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS
DEMONSTRATIVO BDI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.

LOCAL: SANTANA / AMAPÁ

DATA: JULHO DE 2025

Cálculo do BDI - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

Item	Médio	3º quartil	1º quartil	Identificação
AC	4,00	5,50	3,00	Administração Central
S e G	0,80	1,00	0,80	Seguro e Garantia
R	1,27	1,27	0,97	Risco
DF	1,23	1,39	0,59	Despesas Financeiras
L	7,40	8,96	7,24	Lucro
T			10,25	Tributos *

TOTAL 25,92% BDI A SER ADOTADO

Verificação: 21,06 ← limite 20,34% a 25,00% - ACÓRDÃO Nº 2622/2013 - TCU

* TRIBUTOS	%
PIS	0,65
COFINS	3,00
CPRB	3,60
ISS	3,00
Total	10,25

FORMULA

BDI calculado pela expressão:

$$\text{BDI} = \{ [(1+AC+S+R+G) \times (1+DF) \times (1+L) / (1-T)] - 1 \}$$

DATA: JULHO DE 2025



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.

LOCAL: SANTANA / AMAPÁ

Ref. Desonerado - SINAPI - 06/2023 - Amapá

SBC - 07/2025 - Amapá

SICRO3 - 04/2025 - Amapá

ORSE - 05/2025 - Sergipe

SEDOP - 02/2025 - Pará

SETOP - 01/2025 - Minas Gerais

DATA: JULHO DE 2025

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO

COTAÇÃO 01	FONTE	CUSTO PARA DESTINAÇÃO E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS				T	ÍNDICE INCC - DI / FGV	
1	COTAÇÃO	CUSTO PARA DESTINAÇÃO E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	MAT	T	1.000,00	R\$ 114,67	jun/25	CUSTO COTAÇÃO
				CUSTO DE MÃO DE OBRA:			jun/25	R\$ 114,67
				CUSTO DE MATERIAL:	-		COEFICIENTE	
				CUSTO UNITÁRIO:	R\$ 114,67			



PROPOSTA COMERCIAL

Macapá, 23 de junho de 2025.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA

Cumprimentamos V.Sa. oportunidade que apresentamos nossa proposta comercial para execução de serviços de engenharia a seguir descritos.

1. INTRODUÇÃO

A Empresa Rumos Construções Ambientais Ltda., detentora do CNPJ 73.034.746/0002-70, com sede na Rodovia BR-210 Km 14, Bairro Ilha Redonda CEP 68.900-000, vem através desta, apresentar a proposta comercial para a prestação dos serviços para o tratamento e destinação final dos resíduos sólidos Classe IIA e IIB produzidos a ser produzidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA.

2. MODELO TECNOLÓGICO A SER UTILIZADO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PROPOSTOS.

A disposição final e tratamento dos resíduos sólidos Classe IIA e IIB será realizada no Aterro Sanitário de Macapá devidamente licenciado, cuja a operação é feita pela RUMOS ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA.

Segundo a norma ABNT NBR 8419/1984, Aterro sanitário é "uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo sem causar danos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais. Este método utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permitível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menor, se for necessário".



O preço deverá sempre acompanhar o valor cobrado ao MUNICÍPIO DE MACAPÁ que é o Poder CONCEDENTE da área de operação do Aterro Sanitário de Macapá para que não haja distinção de valores cobrados entre as demais prefeituras que compõe a área metropolitana formada pelos MUNICÍPIOS DE MACAPÁ, SANTANA E MAZAGÃO.

9. VALIDADE DA PROPOSTA

Esta proposta é válida por 30 (trinta) dias a partir desta data.



3. EQUIPAMENTOS

3.1 Equipamentos Mecanizados:

O Aterro Sanitário é operado por um conjunto de 10 equipamentos, que foram dimensionados baseados na quantidade de resíduos a serem produzidos, o grau de compactação, volume e localização de terra que será usado na cobertura. Levou-se em conta também os equipamentos que podem desempenhar funções diversas, nas operações de escavação, material de cobertura e operação dos resíduos sólidos.

- 03 - Trator de Esteira
- 02 - Escavadeira Hidráulica
- 01 - Retro-escavadeira
- 02 - Caminhões basculante traseiros
- 02 - Caminhões Pipas Capacidade 10,000 Litros
- 01 - Motoniveladora

4. CONTROLE DE ENTRADA DE VEÍCULOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA, poderá enviar seus veículos de segunda mão no período segunda à sábado 24h, aos domingos 00:00 às 15:00, a qual será registrados todo o movimento de veículos e pessoas dentro do aterro visando garantir segurança e organização dos trabalhos.

5. BALANÇA

Atualmente, o controle da origem, qualidade e quantidade de resíduos destinados a sistema é efetuado por balança rodoviária, a qual se destina a controlar todos e quaisquer resíduos dispostos no aterro. O sistema implantado para controle de entrada de resíduos é feito através da emissão do ticket de pesagem, após o veículo ter sido previamente cadastrado junto ao nosso escritório administrativo com as informações sobre placa, propriedade, chassi, e etc. O veículo só é liberado para pesagem após o cadastro. É seguida é feita uma fiscalização do tipo de resíduos e após a liberação é realizada automaticamente a pesagem do veículo com os resíduos. O passo seguinte é a liberação pelo fiscal para o descarregamento dos resíduos em área previamente definida. Após descarregamento dos resíduos ele retorna a balança para pesar novamente sendo nest instante emitido o ticket para controle a qual terá informações da cliente; gerado o transportador, pesos de entrada, saída e líquido com informações de também de data hora da entrada e saída dos veículos da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA. O local de descarregamento dos resíduos será comunicado diariamente aos fiscais e serviços, para que só se disponha os resíduos em áreas autorizadas. Caso algum motorista descumpra a orientação do fiscal, descarregando os resíduos em local não

autorizado, o motorista será advertido e na segunda infração o motorista será impedido de entrar na área do Aterro Sanitário.

6. FORMA DE COBRANÇA

A medição ocorrerá mensalmente através dos tickets emitidos, onde será feito o levantamento o tipo e quantidade de resíduos depositados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA durante o mês que serão cobrados através de NF com a referida medição do mês e certidões para empenho e liquidação enviado através de ofício e protocolado junto ao Município de Santana.

7. PREÇOS

Os Preços dos serviços, serão cobrados conforme peso (tonelada/1.000 Kg) e tipo de resíduos destinado ao aterro, obedecendo o mesmo valor cobrado à PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ, conforme classificação abaixo:

- RESÍDUOS DOMICILIAR: R\$ 114,67/tonelada
- RESÍDUOS INERTE: R\$ 114,67/tonelada

Resíduos domiciliar: Serão destinados para células Sanitárias, os resíduos tipo classe IIA provenientes da coleta domiciliar realizada no Município de Santana que a qual será dado o correto tratamento e destinação final deles. Tais como papéis, plásticos, vidros, restos de materiais orgânicos que não podem ser reaproveitados.

Resíduos Inerte: Serão destinados para células de resíduos Inerte. São Resíduos proveniente de resto de obra, bota fora de solo, bota fora de pavimento demolido, bota fora de rochas e vegetação; limpeza de terrenos composto de terra, galhos de árvore, capim, pedra, Limpeza de Canal etc.

8. REVISÕES NO PREÇO

Os preços acima informados serão reajustados obedecendo sempre o preço cobrado a PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ estabelecido no contrato 015/2018-PPM, tendo o seu reajuste efetivado.

O novo preço unitário do serviço entrará em vigor no mesmo mês que a nova tarifa do MUNICÍPIO DE MACAPÁ for homologada, a qual será formalizada através de ofício o novo preço outorgado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ.



Marco Alexandre Gomes Coutinho
RUMOS ENGENHARIA AMBIENTAL
GERENTE DE OPERAÇÕES



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.

LOCAL: SANTANA / AMAPÁ

DATA: JULHO DE 2025

Ref. Desonerado - SINAPI - 06/2025 - Amapá

SBC - 07/2025 - Amapá

SICRO3 - 04/2025 - Amapá

ORSE - 05/2025 - Sergipe

SEDOP - 02/2025 - Pará

SETOP - 01/2025 - Minas Gerais

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO

CNPJ	EMPRESA	CONTATO	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO
-	ECO SOLUTIONS	RICARDO FONTANA // (11) 91324-4556	PROJETO DO SISTEMA DE GASES MEDICINAIS	R\$ 48.234,22
02.136.420/0001-25	RVM MEDICAL	(11) 3831-3521	PROJETO DO SISTEMA DE GASES MEDICINAIS	R\$ 39.542,34
24.376.289/0001-06	CML HOSPITALAR	(15) 99148-0101	PROJETO DO SISTEMA DE GASES MEDICINAIS	R\$ 29.669,80
MEDIANA				R\$ 39.542,34



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.

LOCAL: SANTANA / AMAPÁ

DATA: JULHO DE 2025

Ref. Desonerado - SINAPI - 06/2025 - Amapá
SBC - 07/2025 - Amapá
SICRO3 - 04/2025 - Amapá
ORSE - 05/2025 - Sergipe
SEDOP - 02/2025 - Pará
SETOP - 01/2025 - Minas Gerais

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO

CPU 001		ADMINISTRAÇÃO LOCAL	MÊS	QUANT.	P.UNIT	P. TOTAL
SINAPI	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	52,00	115,92	6.027,84
SINAPI	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	176,00	25,21	4.436,96
SINAPI	100289	VIGIA DIURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	210,00	18,11	3.803,10
PREÇO (mão-de-obra + L.SOCIAIS):						14.267,90
PREÇO (material):						0,00
PREÇO TOTAL (unit.):						14.267,90
QUANTIDADE:						1,00
PREÇO TOTAL:						14.267,90

Segundo o Acórdão nº 2622/2013 - TCU, ficou determinado no item 9.2.2, o seguinte:

"9.2.2. na verificação da adequabilidade das planilhas orçamentárias das obras públicas, utilizar como referência do impacto esperado para os itens associados à administração local no valor total do orçamento, os seguintes valores percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos:"

inserido no Custo Direto:	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,49%	6,23%	8,87%

DEMONSTRATIVO:

	CUSTO DIRETO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO	2.985.873,43	3.759.474,62

ADMINISTRAÇÃO LOCAL MENSAL	14.267,90
PRAZO DA OBRA	8,00
TOTAL ADMINISTRAÇÃO LOCAL	114.143,20
TOTAL ADM LOCAL COM BDI	143.729,12

	CUSTO DIRETO	VALOR TOTAL
RELAÇÃO AO ORÇAMENTO	3,82%	3,82%



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS

COMPOSIÇÃO DE PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.

LOCAL: SANTANA- AP

Ref. Desonerado - SINAPI - 06/2025 - Amapá
SBC - 07/2025 - Amapá
SICRO3 - 04/2025 - Amapá
ORSE - 05/2025 - Sergipe
SEDOP - 02/2025 - Pará
SETOP - 01/2025 - Minas Gerais

CÓDIGO	DESCRIÇÃO		UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT	CUSTO TOTAL
CPU002		LAVATÓRIO COM BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, E = 2CM, DIM 1.30X0.60, COM 01 CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR, SIFÃO CROMADO, VÁLVULA CROMADA, TORNEIRA CROMADA, INCLUSIVE RODOPIA 10 CM, ASSENTADA.				
MÃO DE OBRA						
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	2,00	R\$ 18,19	R\$ 36,38
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	2,00	R\$ 23,89	R\$ 47,78
SINAPI	88267	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	2,00	R\$ 23,18	R\$ 46,36
MATERIAL						
SINAPI	20269	LAVATORIO / CUBA DE EMBUTIR, OVAL, DE LOUCA BRANCA, SEM LADRAO, DIMENSOES *50 X *35 CM (L x C).	UN	1,00	R\$ 84,68	R\$ 84,68
SINAPI	36791	TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO, BICA ALTA, COM AREJADOR (REF 1195)	UN	1,00	R\$ 273,08	R\$ 273,08
ORSE	2384	VÁLVULA DE ESCOAMENTO PARA LAVATÓRIO, DECA 1602C OU SIMILAR	UN	1,00	R\$ 42,79	R\$ 42,79
ORSE	2585	TAMPO/BANCADA DE GRANITO CINZA ANDORINHA, E=2CM	M2	0,78	R\$ 510,10	R\$ 397,87
ORSE	7479	RODOPIA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, L=10CM, E=2CM, COM ACABAMENTO ABOLEADO	M	1,30	R\$ 63,35	R\$ 82,35
ORSE	9964	PERFIL ALUMÍNIO, TUBO RETANGULAR 50,80MM X 25,40MM X 1,20MM (0,484KG/M)	M	1,20	R\$ 29,96	R\$ 35,95
ORSE	12051	TESTEIRA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, L=4 CM (DE TOPO) - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M	3,20	R\$ 38,64	R\$ 123,64
ORSE	12056	RASGO EM BANCADA DE MÁRMORE OU GRANITO PARA COLACAÇÃO DE CUBA	UN	1,00	R\$ 128,73	R\$ 128,73
ORSE	12057	FURO EM BANCADA DE MÁRMORE OU GRANITO PARA COLACAÇÃO DE TORNEIRA OU VÁLVULA	UN	1,00	R\$ 19,30	R\$ 19,30
SINAPI	6136	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA OU LAVATORIO, 1 X 1.1/2 "	UN	1,00	R\$ 218,00	R\$ 218,00
MATERIAL			:	:	:	R\$ 1.406,39
MAO DE OBRA			:	:	:	R\$ 130,52
TOTAL COMPOSIÇÃO			:	:	:	R\$ 1.536,91

COMPOSIÇÃO MAE: 12290/ORSE (11/2021)



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS

COMPOSIÇÃO DE PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.

LOCAL: SANTANA- AP

Ref. Desonerado - SINAPI - 06/2025 - Amapá
SBC - 07/2025 - Amapá
SICRO3 - 04/2025 - Amapá
ORSE - 05/2025 - Sergipe
SEDOP - 02/2025 - Pará
SETOP - 01/2025 - Minas Gerais

CÓDIGO		DESCRIÇÃO				
CPU003		LAVATÓRIO COM BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, E = 2CM, DIM 2,0X0.60, COM 01 CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR, SIFÃO CROMADO, VÁLVULA CROMADA, TORNEIRA CROMADA, INCLUSIVE RODOPIA 10 CM, ASSENTADA.	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT	CUSTO TOTAL
MAO DE OBRA						
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	2,00	R\$ 18,19	R\$ 36,38
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	2,00	R\$ 23,89	R\$ 47,78
SINAPI	88267	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	2,00	R\$ 23,18	R\$ 46,36
MATERIAL						
SINAPI	20269	LAVATORIO / CUBA DE EMBUTIR, OVAL, DE LOUCA BRANCA, SEM LADRAO, DIMENSOES *50 X *35 CM (L x C).	UN	1,00	R\$ 84,68	R\$ 84,68
SINAPI	36791	TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO, BICA ALTA, COM AREJADOR (REF 1195)	UN	1,00	R\$ 273,08	R\$ 273,08
ORSE	2384	VÁLVULA DE ESCOAMENTO PARA LAVATÓRIO, DECA 1602C OU SIMILAR	UN	1,00	R\$ 42,79	R\$ 42,79
ORSE	2585	TAMPO/BANCADA DE GRANITO CINZA ANDORINHA, E=2CM	M2	1,20	R\$ 510,10	R\$ 612,12
ORSE	7479	RODOPIA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, L=10CM, E=2CM, COM ACABAMENTO ABOLEADO	M	3,20	R\$ 72,83	R\$ 233,05
ORSE	9964	PERFIL ALUMÍNIO, TUBO RETANGULAR 50,80MM X 25,40MM X 1,20MM (0,484KG/M)	M	1,20	R\$ 29,96	R\$ 35,95
ORSE	12051	TESTEIRA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, L=4 CM (DE TOPO) - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M	3,20	R\$ 38,64	R\$ 123,64
ORSE	12056	RASGO EM BANCADA DE MÁRMORE OU GRANITO PARA COLACAÇÃO DE CUBA	UN	1,00	R\$ 128,73	R\$ 128,73
ORSE	12057	FURO EM BANCADA DE MÁRMORE OU GRANITO PARA COLACAÇÃO DE TORNEIRA OU VÁLVULA	UN	1,00	R\$ 19,30	R\$ 19,30
SINAPI	6136	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA OU LAVATORIO, 1 X 1.1/2 "	UN	1,00	R\$ 218,00	R\$ 218,00
MATERIAL			:	:	:	R\$ 1.771,34
MAO DE OBRA			:	:	:	R\$ 130,52
TOTAL COMPOSIÇÃO			:	:	:	R\$ 1.901,86
COMPOSIÇÃO MAE: 12290/ORSE (11/2021)						

COMPOSIÇÃO MAE: 12290/ORSE (11/2021)



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS

COMPOSIÇÃO DE PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.

LOCAL: SANTANA- AP

Ref. Desonerado - SINAPI - 06/2025 - Amapá
SBC - 07/2025 - Amapá
SICRO3 - 04/2025 - Amapá
ORSE - 05/2025 - Sergipe
SEDOP - 02/2025 - Pará
SETOP - 01/2025 - Minas Gerais

CÓDIGO		DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT	CUSTO TOTAL
CPU004		LAVATÓRIO COM BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, E = 2CM, DIM 1,75X0,60, COM 01 CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR, SIFÃO CROMADO, VÁLVULA CROMADA, TORNEIRA CROMADA, INCLUSIVE RODOPIA 10 CM, ASSENTADA.				
MÃO DE OBRA						
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	2,00	R\$ 18,19	R\$ 36,38
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	2,00	R\$ 23,89	R\$ 47,78
SINAPI	88267	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	2,00	R\$ 23,18	R\$ 46,36
MATERIAL						
SINAPI	20269	LAVATORIO / CUBA DE EMBUTIR, OVAL, DE LOUCA BRANCA, SEM LADRAO, DIMENSOES *50 X *35 CM (L x C).	UN	1,00	R\$ 84,68	R\$ 84,68
SINAPI	36791	TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO, BICA ALTA, COM AREJADOR (REF 1195)	UN	1,00	R\$ 273,08	R\$ 273,08
ORSE	2384	VÁLVULA DE ESCOAMENTO PARA LAVATÓRIO, DECA 1602C OU SIMILAR	UN	1,00	R\$ 42,79	R\$ 42,79
ORSE	2585	TAMPO/BANCADA DE GRANITO CINZA ANDORINHA, E=2CM	M2	1,05	R\$ 510,10	R\$ 535,60
ORSE	7479	RODOPIA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, L=10CM, E=2CM, COM ACABAMENTO ABOLEADO	M	2,95	R\$ 63,35	R\$ 186,88
ORSE	9964	PERFIL ALUMÍNIO, TUBO RETANGULAR 50,80MM X 25,40MM X 1,20MM (0,484KG/M)	M	1,20	R\$ 29,96	R\$ 35,95
ORSE	12051	TESTEIRA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, L=4 CM (DE TOPO) - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M	3,20	R\$ 38,64	R\$ 123,64
ORSE	12056	RASGO EM BANCADA DE MÁRMORE OU GRANITO PARA COLACAÇÃO DE CUBA	UN	1,00	R\$ 128,73	R\$ 128,73
ORSE	12057	FURO EM BANCADA DE MÁRMORE OU GRANITO PARA COLACAÇÃO DE TORNEIRA OU VÁLVULA	UN	1,00	R\$ 19,30	R\$ 19,30
SINAPI	6136	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA OU LAVATORIO, 1 X 1.1/2 "	UN	1,00	R\$ 218,00	R\$ 218,00
		MATERIAL	:	:	:	R\$ 1.648,65
		MAO DE OBRA	:	:	:	R\$ 130,52
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	:	:	R\$ 1.779,17

COMPOSIÇÃO MAE: 12290/ORSE (11/2021)



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.

LOCAL: SANTANA- AP

Ref. Desonerado - SINAPI - 06/2025 - Amapá
SBC - 07/2025 - Amapá
SICRO3 - 04/2025 - Amapá
ORSE - 05/2025 - Sergipe
SEDOP - 02/2025 - Pará
SETOP - 01/2025 - Minas Gerais

COMPOSIÇÃO DE PREÇO

CÓDIGO		DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT	CUSTO TOTAL
CPU 005		PORTA DE VIDRO TEMPERADO, DE ABRIR, DUAS FOLHAS, 2,00 X 2,10 M, ESPESSURA 100MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS - VER 01.				
MAO DE OBRA						
SINAPI	88325	VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	0,50	R\$ 21,51	R\$ 10,75
MATERIAL						
SINAPI	3104	CONJ. DE FERRAGENS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, EM ZAMAC CROMADO, CONTEMPLANDO: DOBRADIÇA INF.; DOBRADIÇA SUP.; PIVÔ PARA DOBRADIÇA INF.; PIVÔ PARA DOBRADIÇA SUP.; FECHADURA CENTRAL EM ZAMC CROMADO; CONTRA FECHADURA DE PRESSÃO.	CJ	2,00	R\$ 184,36	R\$ 368,72
SINAPI	10507	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 10 MM, SEM COLOCACAO	M2	4,20	R\$ 521,91	R\$ 2.192,02
SINAPI	11499	MOLA HIDRAULICA DE PISO, PARA PORTAS DE ATE 1100 MM E PESO DE ATE 120 KG, COM CORPO EM ACO INOX	UN	2,00	R\$ 993,56	R\$ 1.987,12
SINAPI	38168	PUXADOR TUBULAR RETO DUPLO, EM ALUMINIO CROMADO, COMPRIMENTO DE APROX 400 MM E DIAMETRO DE 25 MM (1")	UN	2,00	R\$ 141,26	R\$ 282,52
		MATERIAL	:	:	:	R\$ 4.830,38
		MAO DE OBRA	:	:	:	R\$ 10,75
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	:	:	R\$ 4.841,13

COMPOSIÇÃO MAE: 12952/ORSE (11/2021)



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.

COMPOSIÇÃO DE PREÇO			LOCAL: SANTANA- AP			
			Ref. Desonerado - SINAPI - 06/2025 - Amapá SBC - 07/2025 - Amapá SICRO3 - 04/2025 - Amapá ORSE - 05/2025 - Sergipe SEDOP - 02/2025 - Pará SETOP - 01/2025 - Minas Gerais			
CÓDIGO		DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT	CUSTO TOTAL
CPU 006		DISJUNTOR BIPOLAR, CORRENTE NOMINAL 63A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO				
MÃO DE OBRA						
SINAPI	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	0,3232	R\$ 20,46	R\$ 6,61
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	0,3232	R\$ 24,22	R\$ 7,82
MATERIAL						
SINAPI	34628	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR 63 A	UN	1,00	R\$ 79,90	R\$ 79,90
SINAPI	1575	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 16 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	UN	3,00	R\$ 2,42	R\$ 7,26
		MATERIAL	:	:	:	R\$ 87,16
		MAO DE OBRA	:	:	:	R\$ 14,43
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	:	:	R\$ 101,59
COMPOSIÇÃO MÃE: 93666/SINAPI (11/2021)						

COMPOSIÇÃO MÃE: 93666/SINAPI (11/2021)



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.

COMPOSIÇÃO DE PREÇO

LOCAL: SANTANA- AP

Ref. Desonerado - SINAPI - 06/2025 - Amapá

SBC - 07/2025 - Amapá

SICRO3 - 04/2025 - Amapá

ORSE - 05/2025 - Sergipe

SEDOP - 02/2025 - Pará

SETOP - 01/2025 - Minas Gerais

CÓDIGO		DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT	CUSTO TOTAL
CPU 007		DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 175 V, CORRENTE MÁXIMA DE *45* KA (TIPO AC) FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO				
MÃO DE OBRA						
SINAPI	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	0,5677	R\$ 20,46	R\$ 11,61
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	0,5677	R\$ 24,22	R\$ 13,74
MATERIAL						
SINAPI	39471	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 175 V, CORRENTE MÁXIMA DE *45* KA (TIPO AC)	UN	1,00	R\$ 113,77	R\$ 113,77
SINAPI	1576	TERMINAL A COMPRESSÃO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 25 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSÃO, PARA PARAFUSO DE FIXAÇÃO M8	UN	3,00	R\$ 3,35	R\$ 10,05
		MATERIAL	:	:	:	R\$ 123,82
		MÃO DE OBRA	:	:	:	R\$ 25,35
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	:	:	R\$ 149,17

COMPOSIÇÃO MÃE: 93666/SINAPI (11/2021)



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.			LOCAL: SANTANA- AP			
COMPOSIÇÃO DE PREÇO			Ref. Desonerado - SINAPI - 06/2025 - Amapá SBC - 07/2025 - Amapá SICRO3 - 04/2025 - Amapá ORSE - 05/2025 - Sergipe SEDOP - 02/2025 - Pará SETOP - 01/2025 - Minas Gerais			
CÓDIGO		DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT	CUSTO TOTAL
CPU 008		DISPOSITIVO DR, 4 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 80 A, TIPO AC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO				
MÃO DE OBRA						
SINAPI	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	0,5677	R\$ 20,46	R\$ 11,61
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	0,5677	R\$ 24,22	R\$ 13,74
MATERIAL						
SINAPI	39458	DISPOSITIVO DR, 4 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 80 A, TIPO AC	UN	1,00	R\$ 352,97	R\$ 352,97
SINAPI	1577	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 35 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M8	UN	3,00	R\$ 3,78	R\$ 11,34
		MATERIAL	:	:	:	R\$ 364,31
		MAO DE OBRA	:	:	:	R\$ 25,35
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	:	:	R\$ 389,66

COMPOSIÇÃO MÃE: 93666/SINAPI (11/2021)



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.			LOCAL: SANTANA- AP			
COMPOSIÇÃO DE PREÇO			Ref. Desonerado - SINAPI - 06/2025 - Amapá SBC - 07/2025 - Amapá SICRO3 - 04/2025 - Amapá ORSE - 05/2025 - Sergipe SEDOP - 02/2025 - Pará SETOP - 01/2025 - Minas Gerais			
CÓDIGO		DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT	CUSTO TOTAL
CPU 009		DISPOSITIVO DR, 4 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 100A, TIPO AC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO				
MAO DE OBRA						
SINAPI	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	0,5677	R\$ 20,46	R\$ 11,61
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	0,5677	R\$ 24,22	R\$ 13,74
MATERIAL						
SINAPI	39449	DISPOSITIVO DR, 4 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 100 A, TIPO AC	UN	1,00	R\$ 350,39	R\$ 350,39
SINAPI	1577	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 35 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M8	UN	3,00	R\$ 3,78	R\$ 11,34
		MATERIAL	:	:	:	R\$ 361,73
		MAO DE OBRA	:	:	:	R\$ 25,35
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	:	:	R\$ 387,08

COMPOSIÇÃO MAE: 93666/SINAPI (11/2021)



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.

COMPOSIÇÃO DE PREÇO			LOCAL: SANTANA- AP Ref. Desonerado - SINAPI - 06/2025 - Amapá SBC - 07/2025 - Amapá SICRO3 - 04/2025 - Amapá ORSE - 05/2025 - Sergipe SEDOP - 02/2025 - Pará SETOP - 01/2025 - Minas Gerais			
CÓDIGO		DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT	CUSTO TOTAL
CPU 010		CAIXA PROTETORA PARAFUSADA EM RIPADO DE METALOM PARA PROTEÇÃO DE CAIXA CONDENSADORA				
MÃO DE OBRA						
SEDOP	280004	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS	H	1,50	R\$ 24,87	R\$ 37,30
SEDOP	280023	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,85	R\$ 30,75	R\$ 56,88
MATERIAL						
SEDOP	D00354	GRADE DE FERRO EM METALOM (INCL. PINT.ANTI-CORROSIVA)	M²	1,00	R\$ 436,29	R\$ 436,29
ORSE	4976	PARAFUSO AUTOBLOCANTE 1" X 1/4"	UND	0,20	R\$ 0,47	R\$ 0,09
SINAPI	39211	ARRUELA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO	UND	0,20	R\$ 1,68	R\$ 0,33
		MATERIAL	:	:	:	R\$ 436,71
		MAO DE OBRA	:	:	:	R\$ 94,18
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:	:	:	R\$ 530,89

COMPOSIÇÃO MAE: 090825/SEDOP (09/2021) E 011350/SEDOP (09/2021)



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.

COMPOSIÇÃO DE PREÇO

LOCAL: SANTANA- AP
Ref. Desonerado - SINAPI - 06/2025 - Amapá
SBC - 07/2025 - Amapá
SICRO3 - 04/2025 - Amapá
ORSE - 05/2025 - Sergipe
SEDOP - 02/2025 - Pará
SETOP - 01/2025 - Minas Gerais

CÓDIGO		DESCRIÇÃO				
CPU 011		TUBO DE COBRE - CLASSE A, 15MM, LIMPEZA QUÍMICA, ESTERELIZAÇÃO E CONEXÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT	CUSTO TOTAL
MÃO DE OBRA						
SBC	99034	AJUDANTE DE BOMBEIRO OU ENCANADOR	H	2,48	R\$ 16,06	R\$ 39,82
SBC	99200	BOMBEIRO OU ENCANADOR	H	2,48	R\$ 20,21	R\$ 50,12
MATERIAL						
SBC	6415	COTOVELO COBRE 90 15mm	UN	0,320	R\$ 5,60	R\$ 1,79
SBC	6275	ESCOVA DE ACO LATONADO 6 FIEIRAS SEM CABO - COMPEL	UN	0,004	R\$ 8,43	R\$ 0,03
SBC	55082	TUBO COBRE RIGIDO CLASSE A 15mm	M	1,10	R\$ 21,62	R\$ 23,78
SBC	6272	LUVA COBRE REF. 600 15mm	UN	0,28	R\$ 6,09	R\$ 1,70
SBC	6276	MACARICO GAS GL C/MANGUEIRA-SERVICOS IMPERMEABILIZACAO	UN	0,05	R\$ 199,99	R\$ 9,99
SBC	6273	PASTA PARA SOLDA (FLUXO)97 x 3 (Sn Cu)	GR	0,67	R\$ 2,17	R\$ 1,45
SBC	4822	SOLDA FOSCOPE PARA FIXACAO DE CONEXOES EM COBRE	GR	5,35	R\$ 0,15	R\$ 0,80
SBC	6424	TE COBRE REF. 611 15mm	UN	0,33	R\$ 14,16	R\$ 4,67
MATERIAL			:	:	:	R\$ 44,21
MAO DE OBRA			:	:	:	R\$ 89,94
TOTAL COMPOSIÇÃO			:	:	:	R\$ 134,15

COMPOSIÇÃO MAE: 055111/ SBC (07/2025)



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS


Obra			Bancos			Encargos Sociais		B.D.I.	Encargos Sociais	
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.			SINAPI - 06/2025 - Amapá SBC - 07/2025 - Amapá SICRO3 - 04/2025 - Amapá ORSE - 05/2025 - Sergipe SEDOP - 02/2025 - Pará SETOP - 01/2025 - Minas Gerais			Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.		25,92%	Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.	
CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO										
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS	210 DIAS	240 DIAS
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	328.062,44 8,73%	196.837,46 60,0%	131.224,98 40,0%						
2.0	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	143.729,12 3,82%	17.966,14 12,50%	17.966,14 12,50%	17.966,14 12,50%	17.966,14 12,50%	17.966,14 12,50%	17.966,14 12,50%	17.966,14 12,50%	17.966,14 12,50%
3.0	ESTRUTURAS	94.384,70 2,51%	66.069,29 70,0%	28.315,41 30,0%						
4.0	ALVENARIAS E REVESTIMENTOS	338.839,88 9,02%		67.767,98 20,0%	67.767,98 20,0%	67.767,98 20,0%		67.767,98 20,0%	67.767,98 20,0%	
5.0	PISO	378.878,53 10,08%					227.327,12 60,0%	151.551,41 40,0%		
6.0	INSTALAÇÕES HIDROSSANITARIAS	133.239,83 3,55%		79.943,90 60,0%	26.647,97 20,0%			26.647,97 20,0%		
7.0	ESQUADRIAS	263.125,94 7,00%				157.875,56 60,0%	105.250,38 40,0%			
8.0	FORRO	72.739,42 1,94%				29.095,77 40,0%	43.643,65 60,0%			
9.0	COBERTURA	162.736,84 4,33%		81.368,42 50,0%	81.368,42 50,0%					
10.0	PINTURA	170.327,92 4,53%							170.327,92 100,0%	
11.0	INSTALAÇÃO ELETRICA	998.319,25 26,56%			199.663,85 20,0%	399.327,70 40,0%	299.495,78 30,0%			99.831,93 10,0%
12.0	COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	15.363,08 0,41%							7.681,54 50,0%	7.681,54 50,0%
13.0	CLIMATIZAÇÃO	201.499,75 5,36%							120.899,85 60,0%	80.599,90 40,0%
14.0	ACESSIBILIDADE	43.568,02 1,16%						17.427,21 40,0%	21.784,01 50,0%	4.356,80 10,0%
15.0	PAISAGISMO	22.016,10 0,59%						8.806,44 40,0%	6.604,83 30,0%	6.604,83 30,0%
16.0	DRENAGEM	10.928,49 0,29%					5.464,25 50,0%	5.464,25 50,0%		
17.0	PASSEIO	19.367,77 0,52%					9.683,89 50,0%	9.683,89 50,0%		
18.0	GASES MEDICINAIS	260.421,53 6,93%						104.168,61 40,0%	78.126,46 30,0%	78.126,46 30,0%
19.0	DIVERSOS	100.483,89 2,67%								100.483,89 100,0%
CUSTO TOTAL R\$		3.758.032,50	280.872,89	406.586,82	393.414,35	672.033,15	708.831,19	409.483,88	491.158,73	395.651,49
PERCENTUAL %		100,00%	7,47%	10,82%	10,47%	17,88%	18,86%	10,90%	13,07%	10,53%
PERCENTUAL ACUMULADO %		100,00%	7,5%	18,3%	28,8%	46,6%	65,5%	76,4%	89,5%	100,0%
CUSTO ACUMULADO		3.758.032,50	280.872,89	687.459,71	1.080.874,07	1.752.907,21	2.461.738,41	2.871.222,29	3.362.381,01	3.758.032,50



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.

AMAPÁ		VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/2025			
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA	MENSALISTA	HORISTA	MENSALISTA
		%	%	%	%
GRUPO A					
A1	INSS	5,00%	5,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	21,80%	21,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,12%	Não incide	18,12%	Não incide
B2	Feriados	4,83%	Não incide	4,83%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,87%	0,65%	0,87%	0,65%
B4	13º Salário	11,14%	8,33%	11,14%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,56%	0,74%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	2,08%	Não incide	2,08%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,07%	0,10%	0,07%
B9	Férias Gozadas	11,72%	8,77%	11,72%	8,77%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	Total	49,70%	18,46%	49,70%	18,46%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,03%	3,02%	4,03%	3,02%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	0,07%	0,10%	0,07%
C3	Férias Indenizadas	2,23%	1,67%	2,23%	1,67%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,23%	1,67%	2,23%	1,67%
C5	Indenização Adicional	0,34%	0,25%	0,34%	0,25%
C	Total	8,93%	6,68%	8,93%	6,68%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INNS sobre 13º, conforme Lei nº 14.973/2024)	10,28%	3,61%	18,29%	6,79%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,34%	0,26%	0,36%	0,27%
D	Total	10,62%	3,87%	18,65%	7,06%
TOTAL(A+B+C+D)		91,05%	50,81%	114,08%	69,00%

<div></div> <div>ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS</div>					
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.					
LOCAL: SANTANA / AMAPÁ			DATA: JULHO DE 2025		Ref. Desonerado - SINAPI - 06/2025 - Amapá SBC - 07/2025 - Amapá SICRO3 - 04/2025 - Amapá ORSE - 05/2025 - Sergipe SEDOP - 02/2025 - Pará SETOP - 01/2025 - Minas Gerais
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	6	(COMPRIMENTO) 2,0m x (LARGURA) 3,0 m x (UNIDADE) 1,0
1.2	98459	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	m²	275,32	137,66 METROS LINEARES x 2 METROS DE ALTURA = 275,32 m² TOTAL = 275,32 m² PRANCHA ARQ 02/09
1.3	010767	Barracão de madeira (incl. instalações)	m²	49,14	ÁREA DO DEPÓSITO= 2,80 X 5,40 = 15,12 M2 + ÁREA DO ESCRITÓRIO= 2,80 X 3,20 = 8,96 M2 + ÁREA DO SANITÁRIO E VESTIÁRIO= 2,80 X 3,20 = 8,96 M2 + ÁREA DO REFEITÓRIO= 2,80 X 5,65 = 16,10 M2 TOTAL= 49,14 M2 PRANCHA BAR 01/01
1.4	98524	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	m²	2338,2	(ÁREA TOTAL DO TERRENO) 3.138,12 m² - (ÁREA TOTAL DA EDIFICAÇÃO) 799,92 m² TOTAL = 2.338,20 m² PRANCHA LOZ / SIT 01/01
1.5	97650	REMOÇÃO DE TRAMA DE MADEIRA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	882,92	ÁREA DA COBERTURA DO PRÉDIO PRINCIPAL = 882,92 m² PRANCHA ARQ 06/09
1.6	3240	Demolição de piso de alta resistência	m²	10,97	LEGENDA DOS SERVIÇOS 219,30 M² (DEMOLIÇÃO DE PISO KORODUR) * 0,05 (altura piso) TOTAL = 10,97 m³ PRANCHA ARQ 02/09
1.7	17	Demolição de reboco	m²	125,34	558,28 (SOMA DOS PERÍMETROS DAS ÁREAS NÃO MOLHADAS - VÃO DAS ESQUADRIAS) * 0,10 (ALTURA DO RODAPÉ) = 55,83 M² + 69,51 (ÁREA DA SALA DE RAIO X) TOTAL = 125,34 M² PRANCHA ARQ 03/09
1.8	7991	Demolição de rufo de concreto	m	20,6	TOTAL= 20,60 M PRANCHA ARQ 06/09
1.9	104790	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	77,74	TOTAL= 77,74 M PRANCHA ARQ 02/09
1.10	100983	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	194,17	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA :2.338,20 m² x ESPESSURA 0,05 = 116,91 m³ DEMOLIÇÃO DE RUFO DE CONCRETO: 20,60 m (COMPRIMENTO) x 0,30 M (LARGURA) * 0,05M = 0,309 m³ DEMOLIÇÃO DE REBOCO: 125,34 M² * 0,01 = 1,26 M³ DEMOLIÇÃO DE PISO DE ALTA RESISTÊNCIA= 10,97 M³ TOTAL = 129,45 m³ X 1,50(EMPOLAMENTO) = 194,17M³
1.11	94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO. AF_08/2023	m³	726,79	1.211,32 M² (ÁREA A SER ATERRADA) * 0,60 (ALTURA DO ATERRO) TOTAL= 726,79 M³ PRANCHA ARQ 02/09
1.12	100975	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	908,49	726,79 M³ (ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO) X 1,25 (EMPOLAMENTO) = TOTAL= 908,49 M³ PRANCHA ARQ 02/09
1.13	95876	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	11187,32	(TOTAL DE CARGA E DESCARGA x EMPOLAMENTO ITEM 1.11) 194,17 m³ X (DMT) 25,8 KM (ATERRO SANITÁRIO) =5009,59 m³xkm (TOTAL DE CARGA E DESCARGA x EMPOLAMENTO ITEM 1.13) 908,49 m³ X (DMT) 6,8 KM (JAZIDA) = 6.177,73 m³xkm TOTAL= 11.187,32 m³xkm PRANCHA ARQ 02/09
1.14	99059	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_03/2024	M	57,47	(LOCAÇÃO DA SALA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA A CONSTRUIR = 27,09 m) + (USINA DE OXIGÊNIO = 30,38 m) TOTAL = 57,47 m
1.15	COTAÇÃO 01	CUSTO PARA DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	T	291,26	194,17 m³ (volume total do entulho) x 1,5 T/m³ (Densidade do Entulho) = 291,26 T
1.16	COTAÇÃO 02	PROJETO DE SISTEMA DE GASES MEDICINAIS	UN	1	1 UNIDADE DE PROJETO
2.0	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA				
2.1	CPU 001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	mês	8	A COMPOSIÇÃO UNITÁRIA CPU 001 (EM ANEXO) É DADA EM HORAS PARA UM MÊS DE TRABALHO COM 25 DIAS ÚTEIS, DESSA FORMA: ENGENHEIRO CIVIL: 52H EM 1 MÊS, LOGO: 2H DIÁRIAS ENCARREGADO GERAL: 176H EM 1 MÊS, LOGO: 7H DIÁRIAS VIGIA DIURNO: 210H EM 1 MÊS, LOGO: 8H DIÁRIAS PARA ESTA ADMINISTRAÇÃO, TEMOS QUE SERIAM 8 MESES DE TRABALHO.

3.0	ESTRUTURAS				
SAPATAS					
3.1	96523	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FORMAS). AF_01/2024	m³	2,11	ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA= 0,384 USINA DE OXIGÊNIO= 0,768 MURO DO ESTACIONAMENTO EXTERNO= 0,96 TOTAL= 2,11 M³ (PRANCHA EST 08/08)
3.2	96616	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS. AF_01/2024	m³	0,29	LASTRO: P1=P2=P3=P4=P18=P20=P21=P22=P23 = (0,80m X 0,80m X 0,05m (altura do lastro)) X 9 Und = 0,29. TOTAL: 0,29 M³ (PRANCHA EST. 01/04 E PRANCHA ENG. 02/02)
3.3	104919	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	35,3	ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA=6,42 USINA DE OXIGÊNIO= 12,84 MURO DO ESTACIONAMENTO EXTERNO= 16,04 TOTAL= 35,30 kg (PRANCHA EST 08/08)
3.4	94971	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2:3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	m³	2,11	ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA= 0,384 USINA DE OXIGÊNIO= 0,768 MURO DO ESTACIONAMENTO EXTERNO= 0,96 TOTAL= 2,11 M³ RESUMO VOLUME DE CONCRETO = 2,11 M³ (PRANCHA EST 08/08)
3.5	103670	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	2,11	ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA= 0,384 USINA DE OXIGÊNIO= 0,768 MURO DO ESTACIONAMENTO EXTERNO= 0,96 TOTAL= 2,11 M³ RESUMO VOLUME DE CONCRETO = 2,11 M³ (PRANCHA EST 08/08)
3.6	100974	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 m³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	2,11	ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA= 0,384 USINA DE OXIGÊNIO= 0,768 MURO DO ESTACIONAMENTO EXTERNO= 0,96 TOTAL= 2,11 M³ (PRANCHA EST 08/08)
3.7	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	53,81	(CARGA E DESCARGA) 2,11 M³ X (DMT) 25,5 km = 53,81 m³xkm
VIGAS					
3.8	94962	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4:5:4:5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m²	0,08	(ÁREA DO LASTRO) 1,61 M² X (ALTURA DO LASTRO) 0,05 M = 0,08M² (PRANCHA EST 02/06)
3.9	92266	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, E = 18 MM. AF_09/2020	m²	246,63	ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA= 22,60² USINA DE OXIGÊNIO= 33,85 M² MURO DO ESTACIONAMENTO EXTERNO= 8,58 M² PINGADEIRA= 0,20²907,96 = 181,60 TOTAL= 243,63 M² (PRANCHA EST 08/08)
3.10	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	62,2	ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA= 20,80 USINA DE OXIGÊNIO= 32,40 MURO DO ESTACIONAMENTO EXTERNO= 9,0 TOTAL= 62,20 RESUMO DE AÇO CA60 D: 5 mm= 62,20Kg (PRANCHA EST 08/08)
3.11	92762	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	242,6	ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA= 78,20² USINA DE OXIGÊNIO= 129,60 M² MURO DO ESTACIONAMENTO EXTERNO= 34,80 M² TOTAL= 242,60 M² RESUMO DE AÇO CA50 D: 10 mm= 242,60 Kg (PRANCHA EST 08/08)
3.12	94971	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2:3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	m³	3,93	ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA= 1,26 USINA DE OXIGÊNIO= 2,03 MURO DO ESTACIONAMENTO EXTERNO= 0,64 TOTAL= 3,93 M³ RESUMO VOLUME DE CONCRETO = 3,93 M³ (PRANCHA EST 08/08)
3.13	103670	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	3,93	ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA= 1,26 USINA DE OXIGÊNIO= 2,03 MURO DO ESTACIONAMENTO EXTERNO= 0,64 TOTAL= 3,93 M³ RESUMO VOLUME DE CONCRETO = 3,93 M³ (PRANCHA EST 08/08)
PILARES EM CONCRETO ARMADO					
3.14	92263	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020	m²	39,27	ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA= 6,72 M² USINA DE OXIGÊNIO= 16,8 M² MURO DO ESTACIONAMENTO EXTERNO= 15,75 M² TOTAL= 39,27 M² (PRANCHA EST 08/08)
3.15	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	55,1	ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA= 9,4 USINA DE OXIGÊNIO= 23,2 MURO DO ESTACIONAMENTO EXTERNO= 22,50 TOTAL= 55,10 KG (PRANCHA EST 08/08)
3.16	92762	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	173,2	ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA= 29,40 USINA DE OXIGÊNIO= 76,80 MURO DO ESTACIONAMENTO EXTERNO= 67,00 TOTAL= 173,20 KG (PRANCHA EST 08/08)
3.17	94971	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2:3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	m³	1,91	ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA= 0,288 M³ USINA DE OXIGÊNIO= 0,83 M³ MURO DO ESTACIONAMENTO EXTERNO= 0,79 M³ TOTAL= 1,91 M³ (PRANCHA EST 08/08)
3.18	103670	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	1,91	ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA= 0,288 M³ USINA DE OXIGÊNIO= 0,83 M³ MURO DO ESTACIONAMENTO EXTERNO= 0,79 M³ TOTAL= 1,91 M³ (PRANCHA EST 08/08)
VERGAS E CONTRAVERGAS					

3.19	105023	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *15* CM. AF_03/2024	M	67,2	<p>(TOTAL GERAL - TOTAL JÁ EXECUTADO PELA 1ª CONTRATADA) J4 [1X(1.9+0.6M)] + J5 [3 X (2.0+0.6M)] + J6 [9X(2.0+0.6)] + B4 [1X(1.6+0.6)] + B5 [15X(2.0+0.6)]= 74,90 TOTAL= 74,90 M - (18,69%) = 60,90M</p> <p>J1 [1X(0.8+0.6M)] + J2 [3 X (1.0+0.6M)] + J3 [1X(1.10+0.6) + B1 [10X(1.0+0.6)] + B2 [8X(1.0+0.6)] + B3 [1X(1.4+0.6)]= 38,30 M TOTAL= 38,30 M</p> <p>P3 [8x(0.8+0.6)]+ P4 [8x(0.9+0.6)]+ P6 [1x(1.1+0.6)] + P7 [2x(1.2+0.6)] = 28,50 TOTAL=28,50 M</p> <p>P10 [1 x (2+0.6)] + J7 (2 x (1,00+0,60))= 5,80 (VERGA ÚNICA NA PORTA DA ENTRADA PRINCIPAL) TOTAL=5,80 M</p> <p>PRANCHA ARQ 03/09</p>
3.20	105029	CONTRAVERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *15* CM. AF_03/2024	M	38,7	<p>(TOTAL GERAL - TOTAL JÁ EXECUTADO PELA 1ª CONTRATADA) J4 [1X(1.9+0.6M)] + J5 [3 X (2.0+0.6M)] + J6 [9X(2.0+0.6)] + B4 [1X(1.6+0.6)] + B5 [15X(2.0+0.6)]= 74,90 TOTAL= 74,90 M - (18,69%) = 60,90M</p> <p>J1 [1X(0.8+0.6M)] + J2 [3 X (1.0+0.6M)] + J3 [1X(1.10+0.6) + B1 [10X(1.0+0.6)] + B2 [8X(1.0+0.6)] + B3 [1X(1.4+0.6)]= 38,30 M TOTAL= 38,70 M</p> <p>PRANCHA ARQ 03/09</p>
4.0	ALVENARIAS E REVESTIMENTOS				
4.1	103328	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	161,94	<p>ALVENARIA DA ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ALTERNATIVA = (ALTURA X COMPRIMENTO) = (2,50 X 6,3) = 15,75 M² + (0,40 x 2,50 = 2 m²) = 17,75 m²</p> <p>ALVENARIA DA USINA DE OXIGÊNIO =(4,20 ALTURA X 17,80 COMPRIMENTO) = 74,76 M² - (ÁREA DOS COBOGÓS = 6,48) = 68,28 m² + (1,15 ALTURA DA PLATIBANDA X 15,80) = 18,17 m² = 86,45 m²</p> <p>CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA= 27,31 m²</p> <p>PEITORIAL DA RAMPA DE ACESSIBILIDADE= 3,90 (COMPRIMENTO) X 1,50 (ALTURA) = 5,85 m²</p> <p>MURO = 0,50 X (2,71 + 2,71 + 2,72 = 8,14) = 4,07 m²</p> <p>CANTEIROS: (3,55 * 2) + (23,07 * 2) + (8 * 2,5) + 1,77 + 2,46 + (3,96*2) + (5,35 * 2) + 6,49= 102,58 * (0,20 ALTURA) = 20,51 m²</p> <p>TOTAL = 161,94 M²</p> <p>PRANCHA ARQ 02/09 ; PRANCHA ARQ 03/09 E PRANCHA PAISAG 01/01</p>
4.2	87905	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	m²	313,86	<p>ÁREA DE ALVENARIA X 2 FACES (156,93 X 2,0) = 313,86 M² TOTAL= 313,86 M² PRANCHA ARQ 02/09 E PRANCHA ARQ 03/09</p>
4.3	87529	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	313,86	<p>ÁREA DE ALVENARIA X 2 FACES (156,93 X 2,0) = 313,86 M² TOTAL= 313,86 M² PRANCHA ARQ 02/09 E PRANCHA ARQ 03/09</p>
4.4	87535	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	484,24	<p>ÁREA DE ALVENARIA X 2 FACES (141,43 X 2,0) = 282,86 M² TOTAL= 282,86 M² PRANCHA ARQ 02/09 E PRANCHA ARQ 03/09</p>
4.5	110245	Reboco com argamassa baritada	m²	57,91	<p>PERÍMETRO DE PAREDES MOLHADAS X ALTURA DO REVESTIMENTO - ÁREAS DE ESQUADRIAS WC01 = (9.90X3.1)-0.7-1.47)= 28,52M²; WC02 = (9.80X3.1)-0.7-1.47)= 28,21M²; WC03= (9.0X3.1)-0.7-1.68)= 25,52M²; WC04= (9.0X3.1)-0.7-1.68)= 25,52M²; WC05= (7.5X3.1)-0.7-1.68)= 20,87M²; PNE= (8.0X3.1)-0.7-1.89)= 22,21M²; VESTIÁRIO 01 = (8.70X3.1)-0.7-1.47)= 24,8M²; VESTIÁRIO 02 = (8.70X3.1)-0.7-1.47)= 24,8M²; VESTIÁRIO 03 = (15X3.1)-0.98-1.47)= 44,05M²; VESTIÁRIO 04 = (15X3.1)-1.4-1.47)= 43,63M²; VESTIÁRIO 05 = (9.0X3.1)-0.7-1.47)= 25,73M²; COPA 01 = (12X3.1)-3-1.89)= 32,31M²; COPA 02 = (12X3.1)-3.0-1.68)=32,52M²; ARMAZENAGEM = (19.70X3.1)-0.7-8.54)= 51,83M²; SALA DE UTILIDADES= (10X3.1)-0.7-1.89)= 28,41M²; MATERIAIS DE DESCONTAMINAÇÃO E LAVAGEM= (9X3.1)-0.7-1.89)= 25,31 M² TOTAL = 484,24m² PRANCHA ARQ 03/09</p>

4.6	9604	Revestimento cerâmico para piso ou parede, 30 x 60 cm, porcelanato, linha white home, antártida, Portobello ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-i, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço. Rev 01 _08/2024	m²	484,24	(PERÍMETRO DA SALA DE RAIOS X = 20,00 M) x (ALTURA DAS PAREDES= 3,20) = 64,00 - (ÁREA DAS ESQUADRIAS P13, P14 E P15 = 2,90 x 2,10 = 6,09 m²) = 57,91 m² TOTAL = 57,91 m² PRANCHA ARQ 03/09
4.7	87244	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EXTERNAS EM PASTILHAS DE PORCELANA 5 X 5 CM (PLACAS DE 30 X 30 CM), ALINHADAS A PRUMO. AF_02/2023	m²	251,28	PERÍMETRO DE PAREDES MOLHADAS X ALTURA DO REVESTIMENTO - ÁREAS DE ESQUADRIAS WC01 = (9.90X3.1)-0.7-1.47)= 28.52M²; WC02 = (9.80X3.1)-0.7-1.47)= 28.21M²; WC03= (9.0X3.1)-0.7-1.68)= 25.52M²; WC04= (9.0X3.1)-0.7-1.68)= 25.52M²; WC05= (7.5X3.1)-0.7-1.68)= 20.87M²; PNE= (8.0X3.1)-0.7-1.89)= 22.21M²; VESTIÁRIO 01 = (8.70X3.1)-0.7-1.47)= 24.8M²; VESTIÁRIO 02 = (8.70X3.1)-0.7-1.47)= 24.8M²; VESTIÁRIO 03 = (15X3.1)-0.98-1.47)= 44.05M²; VESTIÁRIO 04 = (15X3.1)-1.4-1.47)= 43.63M²; VESTIÁRIO 05 = (9.0X3.1)-0.7-1.47)= 25.73M²; COPA 01 = (12X3.1)-3-1.89)= 32.31M²; COPA 02 = (12X3.1)-3.0-1.68)=32.52M²; ARMAZENAGEM = (19.70X3.1)-0.7-8.54)= 51.83M²; SALA DE UTILIDADES= (10X3.1)-0.7-1.89)= 28.41M²; MATERIAIS DE DESCONTAMINAÇÃO E LAVAGEM= (9X3.1)-0.7-1.89)= 25.31 M² TOTAL = 484,24 m² PRANCHA ARQ 03/09
4.8	102257	DIVISORIA SANITÁRIA, TIPO CABINE, EM PAINEL DE GRANILITE, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E, EXCLUSIVE FERRAGENS. AF_01/2021	m²	33,93	(PERÍMETRO EXTERNO X ALTURA DO REVESTIMENTO - VÃO DE PORTAS) = (99,30 x 1,60 - 6) + (105,20 x 1,00 - 6,80) = 152,88 + 98,40 = 251,28 m² TOTAL = 251,28 m² PRANCHA ARQ 03/09
4.9	061458	Painel em ACM - Estruturado (fachadas)	m²	52,38	22,85 (PERÍMETRO) X 1,80 (ALTURA) - 7,20 (VÃO DAS PORTAS P0) = 33,93 TOTAL = 33,93 m² PRANCHA ARQ 03/09
4.10	87777	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_08/2022	m²	282,86	14,40 * 1,20 (COBERTURA DA ENTRADA PRINCIPAL) = 17,28 M² 15,26 + 19,84 (COBERTURA DA ENTRADA DE EMERGÊNCIA) = 35,10 M² TOTAL=52,38 M² PRANCHA ARQ 03/09
5.0	PISO				
5.1	98680	PISO CIMENTADO, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ACABAMENTO LISO, ESPESSURA 3,0 CM, PREPARO MECÂNICO DA ARGAMASSA. AF_09/2020	m²	27,09	USINA DE OXIGÊNIO = 27.09 M²; TOTAL = 27,09 m² PRANCHA ARQ 03/09
5.2	11706	Pavimentação em pre-moldado tipo Congregrama, modelo Pavi-grade, dim:45 x 60cm, e=9,5cm, sobre colchão de areia, com preenchimento dos vãos com grama	m²	274,22	TOTAL = 274,22 m² PRANCHA PAISAGISMO 01/01
5.3	87261	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M². AF_02/2023_PE	m²	11,66	DML 01 = 3.42 M²; WC 05 = 4.24M²; PNE = 4 M²; TOTAL = 11,66 M² PRANCHA ARQ 03/06
5.4	87262	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M². AF_02/2023_PE	m²	214,04	A.SOCIAL = 9M²; GESSO = 9 M²; ECG = 9 M²; ARQUIVO = 5.92 M²; POSTO POLICIAL = 9.45 M²; CLASSIFICAÇÃO DE RISCO = 9 M²; CONSULTÓRIO 01 = 9 M²; CONSULTÓRIO 02 = 9 M²; COLETA = 9 M²; DML 02 = 5 M²; CAF = 9 M²; ALMOXARIFADO = 6 M²; COPA 01 = 9 M²; FARMÁCIA = 6 M²; ROUPA LIMPA = 5 M²; ROUPA SUJA = 6 M²; ESTOCAGEM DE MATERIAIS = 7.50 M²; MATERIAIS DESCONT. LAVAGEM = 5 M²; SALA DE UTILIDADES = 6M²; CONTROLE DE FUNCIONÁRIOS = 6 M²; LABORATÓRIO = 8.55 M²; ARQUIVO MÉDICO = 6 M²; ADMINISTRAÇÃO/PROTOCOLO = 9 M²; COPA 02 = 9 M²; DEPÓSITO DE MACAS = 5.30 M²; WC 01 = 5.85 M²; WC 02 = 5.70 M²; WC 03 = 5 M²; WC 04 = 5 M²; VESTIÁRIO 03 = 5.77 M²; TOTAL = 214,04 M² PRANCHA ARQ 03/06
5.5	87263	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_02/2023_PE	m²	496,24	REIDRATAÇÃO = 20M²; SUTURA = 11.75M²; INALAÇÃO = 13.65 M²; RAIOS X = 24 M²; SALA DE OBSERVAÇÃO = 51 M²; QUARTO INDIVIDUAL = 11.62 M²; RECEPÇÃO = 36.50 M²; CADÁVER = 12.88 M²; ARMAZENAGEM DE RESÍDUOS = 12.50M²; DIREÇÃO = 13.50 M²; POSTO DE ENFERMAGEM = 13.93 M²; SALA DE ESTAR = 14.29 M²; QUARTO 01 = 10.80 M²; QUARTO 02 = 11.20 M²; SALA DE EMERGÊNCIA = 40.60 M²; ENTRADA 02 = 14.53 M²; CIRCULAÇÃO = 138.04 M²; VESTIÁRIO 01 = 13.50 M²; VESTIÁRIO 02 = 13.50 M²; ÁREA VÁCUO = 18.45 M² TOTAL = 496,26 M² PRANCHA ARQ 03/06

5.6	11805	Piso em concreto simples desarmado, fck = 21 MPa, e = 7 cm, com forma em quadros 2,0x2,0m, para juntas de concretagem - tres usos	m²	403,57	CALÇADAS + ENTRADA 01 + SALA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA = 401,45 M² TOTAL = 403,57 M² PRANCHA ARQ 03/09 E PRANCHA PAISG 03/09
5.7	92395	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 10 CM. AF_ 10/2022	m²	662,58	772,58 - 110,00 (PASSEIO PÚBLICO) = 662,58 m² TOTAL = 662,58 PRANCHA PAISG 01/01
6.0	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS				
ESGOTO					
6.1	89711	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	M	35,91	35,91 m TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.2	89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	M	173,89	173,89 m TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.3	89713	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	M	2	2,00 m TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.4	89798	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_ 08/2022	M	53,71	53,71 m TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.5	89784	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	1	1,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.6	89778	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	23	23,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.7	89753	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	34	34,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.8	89724	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	36	36,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.9	89726	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	11	11,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA ESG 01/02
6.10	89744	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	14	14,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.11	1697	Caixa sifonada quadrada, com três entradas e uma saída, d = 100x100x50mm, ref. nº 63, branco, com grelha, Akros ou similar	un	13	13,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.12	1666	Terminal de ventilação em pvc rígido c/ anéis, para esgoto primário, diâm = 50mm	un	1	1,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.13	89732	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	4	4,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.14	89785	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	2	2,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.15	1564	Junção simples em pvc rígido soldável, para esgoto primário, diâm = 100 x 100mm	un	4	4,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.16	1562	Junção simples em pvc rígido soldável, para esgoto primário, diâm = 100 x 50mm	un	5	5,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.17	89752	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	45	45,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.18	86881	SIFÃO DO TIPO GARRAFA EM METAL CROMADO 1 X 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	2	2,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.19	86882	SIFÃO DO TIPO GARRAFA/COPO EM PVC 1.1/4 X 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	27	27,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.20	89731	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	27	27,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.21	1583	Redução excentrica em pvc rígido soldável, para esgoto primário, diâm = 100 x50mm	un	1	1,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.22	1598	Bucha de redução longa, em pvc rígido soldável, para esgoto secundário, diâm = 50 x 40mm	un	3	3,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.23	89709	RALO SIFONADO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	4	4,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.24	86880	VÁLVULA EM PLÁSTICO CROMADO TIPO AMERICANA 3.1/2" X 1.1/2" SEM ADAPTADOR PARA PIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	6	6,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
6.25	97906	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_ 12/2020	UN	7	7,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HE 01/01
ÁGUA FRIA					
6.26	89402	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	M	120	120,00 m TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.27	89431	LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	20	20,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.28	90373	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 1/2 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	54	54,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.29	89410	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	19	19,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.30	89415	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	16	16,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.31	103049	REGISTRO DE PRESSÃO, PVC, SOLDÁVEL, VOLANTE SIMPLES, DN 25 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 08/2021	UN	1	1,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.32	94792	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 08/2021	UN	25	25,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.33	89426	LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	28	28,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01

6.34	89443	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	16	16,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.35	89403	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	188	188,00 M TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.36	102113	BOMBA CENTRÍFUGA, TRIFÁSICA, 1 CV OU 0,99 HP, HM 14 A 40 M, Q 0,6 A 8,4 M3/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2020	UN	1	1,0 UND TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.37	89362	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	4	4,0 UND TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.38	ED-49846	ADAPTADOR SOLDÁVEL DE PVC MARROM COM FLANGES E ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA Ø 32 MM X 1"	un	6	4,0 UND TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.39	89440	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	6	6,0 UND TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.40	94793	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1 1/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	4	6,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.41	89355	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	4	4,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.42	89404	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	4	4,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.43	1282	Joelho de 90° de pvc rígido roscável, diâm = 1/2"	un	4	4,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.44	1177	Tê de redução 90° de pvc rígido soldável, marrom diâm = 32 x 25mm	un	8	4,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.45	102617	CAIXA D'ÁGUA EM POLIÉSTER REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO, 5000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2021	un	1	1,00 und TABELA DE QUANTITATIVO PRANCHA HF 01/01
6.46	47207	POCO ARTESIANO - PERFURACAO EM ALUVIAO COM 10"	m	24	24,00 m PRANCHA HF 01/01
LOUÇAS					
6.47	2056	Assento plástico, universal, branco, para vaso sanitário, padrão popular	un	5	5,00 und PRANCHA HF 01/01
6.48	95472	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL COM LOUÇA BRANCA SEM ASSENTO, INCLUSO CONJUNTO DE LIGAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA AJUSTÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	5	5,00 und PRANCHA HF 01/01
6.49	100878	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA, LOUÇA BRANCA - PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	8	8,00 und PRANCHA HF 01/01
6.50	86941	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 45 X 55CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO MÉDIO, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL DE 40CM EM METAL CROMADO, COM TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	12	12,00 und PRANCHA HF 01/01
6.51	2082	Torneira cromada para jardim, DECA 1153C39, 1/2" ou similar	un	4	TOTAL = 4 UND PRANCHA HF 01/01
6.52	86920	TANQUE DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 30L OU EQUIVALENTE, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA PLÁSTICA E TORNEIRA DE METAL CROMADO PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2	2,00 und PRANCHA HF 01/01
6.53	100860	CHUVEIRO ELÉTRICO COMUM CORPO PLÁSTICO, TIPO DUCHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	7	7,00 und PRANCHA HF 01/01
6.54	CPU 002	LAVATÓRIO COM BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, E = 2CM, DIM 1.30X0.60, COM 01 CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR, SIFÃO CROMADO, VÁLVULA CROMADA, TORNEIRA CROMADA, INCLUSIVE RODOPIA 10 CM, ASSENTADA.	UN	2	2,00 und PRANCHA HF 01/01
6.55	CPU 003	LAVATÓRIO COM BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, E = 2CM, DIM 2.0X0.60, COM 01 CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR, SIFÃO CROMADO, VÁLVULA CROMADA, TORNEIRA CROMADA, INCLUSIVE RODOPIA 10 CM, ASSENTADA.	UN	1	1,00 und PRANCHA HF 01/01
6.56	12276	Lavatório com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 2.20x0.60, com02 cubas de embutir de louça, sifão ajustável metalizado, válvula cromada, torneira cromada, inclusive rodopia 10 cm, assentada	un	2	2,00 und PRANCHA HF 01/01
6.57	12281	Lavatório com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 3.00x0.60, com03 cubas de embutir de louça, sifão ajustável metalizado, válvula cromada, torneira cromada, inclusive rodopia 10 cm, assentada	un	2	2,00 und PRANCHA HF 01/01
6.58	CPU 004	LAVATÓRIO COM BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, E = 2CM, DIM 1.75X0.60, COM 01 CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR, SIFÃO CROMADO, VÁLVULA CROMADA, TORNEIRA CROMADA, INCLUSIVE RODOPIA 10 CM, ASSENTADA.	UN	2	2,00 und PRANCHA HF 01/01
6.59	9502	Ducha higiênica com registro, linha Link, ref. 1984 C.ACT. LNK, da DECA ou similar	un	4	4,00 und PRANCHA HF 01/01
6.60	103018	VÁLVULA DE DESCARGA METÁLICA, BASE 1 1/4", ACABAMENTO METÁLICO CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	5	5,00 und PRANCHA HF 01/01
AGUAS PLUVIAIS					
6.61	4719	Caixa de águas pluviais em pvc 300mm	un	22	22,00 und PRANCHA HP 01/01
6.62	89746	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	3	3,00 und PRANCHA HP 01/01
6.63	89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	271,74	271,74 M PRANCHA HP 01/01
6.64	7854	Bocal para calha pluvial de PVC (170x100mm), inclusive acoplador p/condutor, Amanco ou similar	un	2	2,00 und PRANCHA HP 01/01
6.65	89778	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	18	18,00 und PRANCHA HP 01/01
6.66	89744	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	22	22,00 und PRANCHA HP 01/01
6.67	94227	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	26	CALHA DA COBERTURA DA ENTRADA DA EMERGENCIA = 6,70 m CALHA DA COBERTURA DA USINA DE OXIGÊNIO = 6,30 m CALHA DA COBERTURA DA ENTRADA DA RECEPÇÃO = 7,00 m CALHA DA COBERTURA DA ÁREA DO VÁCUO= 6,00 m TOTAL = 26,00 m PRANCHA ARQ 07/09 e PRANCHA HP 01/01
6.68	070316	Calha em PVC (1/2 cana d= 100mm)	m	3,7	CALHA DA COBERTURA DA ÁREA DO VÁCUO= 3,70 m TOTAL =3,70 m PRANCHA ARQ 07/09 e PRANCHA HP 01/01
ESQUADRIAS					

7.1	94569	JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, BATENTE/ REQUADRO 3 A 14 CM, VIDRO INCLUSO, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 60X80 (A X L) CM, SEM ACABAMENTO, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	m²	37,1	$B1,B2 = ((1,0*0,70)*18) + B3 = ((1,40*0,70)*1) + B4 = ((1,60*0,7)*1) + B5 = ((2,0*0,7)*16)$ TOTAL = 37,10m² (PRANCHA ARQ 03/09)
7.2	94570	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS (VIDROS INCLUSOS), BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 100X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	m²	7,35	$J1 = ((0,8*1,50)*1) + J2 = ((1,0*1,50)*3) + J3 = ((1,10*1,50)*1)$ TOTAL = 7,35m² (PRANCHA ARQ 03/09)
7.3	94573	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDROS (VIDROS INCLUSOS), COM BANDEIRA, BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 150X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	m²	33,45	$J4 = ((1,90*1,50)*1) + J5 = ((2,0*1,10)*3) + J6 = ((2,0*1,50)*8)$ TOTAL = 33,45 m² (PRANCHA ARQ 03/09)
7.4	100674	CAIXILHO FIXO DE ALUMÍNIO PARA VIDRO (VIDRO INCLUSO), BATENTE/ REQUADRO DE 4 A 14 CM, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	m²	5	$J7 = (1,0*2,50*2) = 5,00 \text{ m}^2$ TOTAL = 5,00 m² (PRANCHA ARQ 03/09)
7.5	91341	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	m²	111,8	$P0 = ((0,60*1,80)*12) + P2 = ((0,70*2,10)*2) + P3 = ((0,80*2,10)*9) + P4 = ((0,90*2,10)*29) + P5 = ((1,0*2,10)*3) + P6 = ((1,10*2,10)*1) + P7 = ((1,20*2,10)*1) + P8 = ((1,40*2,10)*1) + P9 (2,00*2,10*2) + P11 = ((1,4*2,50)*1)$ TOTAL = 111,80 M² QUADRO DE ESQUADRIAS PRANCHA ARQ 03/09
7.6	100702	PORTA DE CORRER DE ALUMÍNIO, COM DUAS FOLHAS PARA VIDRO, INCLUSO VIDRO LISO INCOLOR, FECHADURA E PUXADOR, SEM ALIZAR. AF_12/2019	m²	4,2	$P10 = ((2,0*2,10)*1) = 4,20 \text{ M}^2$ TOTAL = 4,20 M² QUADRO DE ESQUADRIAS PRANCHA ARQ 03/09
7.7	CPU 005	PORTA DE VIDRO TEMPERADO, DE ABRIR, DUAS FOLHAS, 2,0X2,10M, ESPESSURA 10MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS - REV 01	m²	8,4	$P12 = ((2,0*2,10)*2) = 8,40 \text{ M}^2$ TOTAL = 8,40 M² QUADRO DE ESQUADRIAS PRANCHA ARQ 03/09
7.8	94559	JANELA DE AÇO TIPO BASCULANTE, PARA VIDROS (VIDROS NÃO INCLUSOS), BATENTE/ REQUADRO INCLUSO (6,5 A 14 CM), DIMENSÕES 60X60 CM, COM COM PINTURA ANTICORROSIVA, SEM ACABAMENTO, COM FERRAGENS, FIXAÇÃO COM ARGAMASSA, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	m²	2,4	$P10 = ((2,0*0,40)*1) + P12 = ((2,0*0,40)*2) = 2,40 \text{ M}^2$ TOTAL = 2,40 M² QUADRO DE ESQUADRIAS PRANCHA ARQ 03/09
7.9	090242	Porta mad. de lei miolo lençol de chumbo	m²	6,09	$P13 = (0,8*2,10*1) + P14 = (0,9*2,10*1) + P15 = ((1,20*2,10)*1)$ TOTAL = 6,09 M² QUADRO DE ESQUADRIAS PRANCHA ARQ 03/09
7.10	101965	PEITORIL LINEAR EM GRANITO OU MÁRMORE, L = 15CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA 1:6 COM ADITIVO. AF_11/2020	M	81,8	$B1,B2 = (1,0*18) + B3 = (1,40*1) + B4 = (1,60*1) + B5 = (2,0*16) + J1 = (0,8*1) + J2 = (1,0*3) + J3 = (1,10*1) + J4 = (1,90*1) + J5 = (2,0*3) + J6 = (2,0*8)$ TOTAL = 81,80 m (PRANCHA ARQ 03/09)
7.11	090822	Portão de ferro em metalom (incl. pintura anti corrosiva)	m²	24	$PT \ 01 = (3,60 \times 2,50) = 9 \text{ M}^2$ $PT \ 02 = (2,0 \times 2,50 \times 3 \text{ UND}) = 15 \text{ M}^2$ TOTAL = 24 M²
7.12	102181	INSTALAÇÃO DE VIDRO TEMPERADO, E = 10 MM, ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_01/2021_PS	m²	20,75	CHAPA DE 10 MM (FACHADA EMERGENCIA); 5,60m * 3,12 (altura) + 2,10 * 3,12 / 2 = 20, 75 m2 (PRANCHA ARQ 05/09 e ARQ 08/09)
7.13	102161	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 3 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC; FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_PS	m²	2,4	$P10 = ((2,0*0,40)*1) + P12 = ((2,0*0,40)*2) = 2,40 \text{ M}^2$ TOTAL = 2,40 M² QUADRO DE ESQUADRIAS PRANCHA ARQ 03/09
7.14	13049	Porta em alumínio lambril, cor branca ou bronze, de abrir ou correr, completa, inclusive caixilhos, dobradiças ou roldanas e fechadura	m²	1,68	$P1 = ((0,80*2,10)*1) = 1,68 \text{ m}^2$ PRANCHA ARQ 03/09
8.0 FORRO					
8.1	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	736,91	A.SOCIAL = 9M²; REIDRATAÇÃO = 20M²; SUTURA = 11.75M²; INALACÃO = 13.65 M²; GESSO = 9 M²; ECG = 9 M²; RAI0 X = 24 M²; ARQUIVO = 5.92 M²; SALA DE OBSERVAÇÃO = 51 M²; QUARTO INDIVIDUAL = 11.62 M²; POSTO POLICIAL = 9.45 M²; RECEPÇÃO = 36.50 M²; CLASSIFICAÇÃO DE RISCO = 9 M²; CONSULTÓRIO 01 = 9 M²; CONSULTÓRIO 02 = 9 M²; COLETA = 9 M²; DML 01 = 3.42 M²; DML 02 = 5 M²; CAF = 9 M²; ALMOXARIFADO = 6 M²; COPA 01 = 9 M²; FARMÁCIA = 6 M²; ROUPA LIMPA = 5 M²; ROUPA SUJA = 6 M²; ESTOCAGEM DE MATERIAIS = 7.50 M²; CADÁVER = 12.88 M²; ARMAZENAGEM DE RESÍDUOS = 12.50M²; MATERIAIS DESCONT. LAVAGEM = 5 M²; SALA DE UTILIDADES = 6M²; CONTROLE DE FUNCIONÁRIOS = 6 M²; LABORATÓRIO = 8.55 M²; DIREÇÃO = 13.50 M²; ARQUIVO MÉDICO = 6 M²; ADMINISTRAÇÃO/PROTOCOLO = 9 M²; POSTO DE ENFERMAGEM = 13.93 M²; SALA DE ESTAR = 14.29 M²; COPA 02 = 9 M²; QUARTO 01 = 10.80 M²; QUARTO 02 = 11.20 M²; DEPÓSITO DE MACAS = 5.30 M²; SALA DE EMERGENCIA = 40.60 M²; ENTRADA 01 = 14.97 M²; ENTRADA 02 = 14.53 M²; CIRCULAÇÃO = 138.04 M²; WC 01 = 5.85 M²; WC 02 = 5.70 M²; WC 03 = 5 M²; WC 04 = 5 M²; WC 05 = 4.24M²; PNE = 4 M²; VESTIÁRIO 01 = 13.50 M²; VESTIÁRIO 02 = 13.50 M²; VESTIÁRIO 03 = 5.77 M²; ÁREA VÁCUO = 18.45 M² TOTAL = 736,91 m² PRANCHA ARQ 03/09
9.0 COBERTURA					
9.1	92543	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m²	402,5	ÁREA DA COBERTURA DO PRÉDIO PRINCIPAL = 805,00 m² TOTAL = 805,00 m² - 50% (SERVIÇO JÁ EXECUTADO) = 402,50 m² PRANCHA ARQ 07/09
9.2	92604	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM AÇO, VÃO DE 4 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	UN	7	COBERTURA DA ENTRADA DE EMERGENCIA = 4 UNIDADES COBERTURA DA ENTRADA PRINCIPAL = 3 UNIDADES TOTAL = 7,00 UND PRANCHA ARQ 07/09
9.3	92606	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM AÇO, VÃO DE 5 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	UN	3	COBERTURA DA USINA DE OXIGENIO = 3 UNIDADES TOTAL = 3,00 UND PRANCHA ARQ 07/09
9.4	92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m²	119,04	ÁREA DA COBERTURA DA RECEPÇÃO = 24,76 m² ÁREA DA COBERTURA DA ENTRADA DE EMERGENCIA = 42,48m² ÁREA DA COBERTURA DO VÁCUO = 20,60 m² ÁREA DA COBERTURA DA USINA DE OXIGENIO = 31,20 m² TOTAL = 119,04 m² PRANCHA ARQ 07/09
9.5	235	Telhamento com telha de fibrocimento ondulado esp = 6mm, fixada com parafuso.Rev 02	m²	644	ÁREA DA COBERTURA DO PRÉDIO PRINCIPAL = 804,68 m² TOTAL = 805,00 m² - 20% (SERVIÇO JA EXECUTADO) = 644,00 m² PRANCHA ARQ 07/09
9.6	12725	Telhamento com telha em aço galvanume, simples, trapezoidal, pré-pintada, TP40 - 0.65mm, Kingspan- Isoeste ou similar	m²	87,84	ÁREA DA COBERTURA DA RECEPÇÃO = 24,76 m² ÁREA DA COBERTURA DA ENTRADA DE EMERGENCIA=42,48 m² ÁREA DA COBERTURA DO VÁCUO = 20,60 m² TOTAL = 87,84 m² PRANCHA ARQ 07/09
9.7	3657	Vidro laminado 8mm (4+4 mm), incolor	m²	11,28	(4,80 x 2,35 m) ÁREA DA COBERTURA DO NECROTÉRIO = 11,28 m² TOTAL = 11,28m² PRANCHA ARQ 07/09

9.8	94223	CUMEEIRA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, INCLUSO ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO E IÇAMENTO. AF_07/2019	M	49,2	17,15+28,90+15,45 (METRO LINEAR DE CUMEEIRA) = 61,50 m TOTAL = 61,50 m - 20% (SERVIÇO JA EXECUTADO) = 49,20 m PRANCHA ARQ 07/09
9.9	254	Cumeeira em alumínio - 30cm de cada lado, e= 0,8mm	m	3,45	METRO LINEAR DE CUMEEIRA (ENTRADA PRINCIPAL) = 3,45 M TOTAL = 3,45 m PRANCHA ARQ 07/09
9.10	9433	Rufo em chapa aço galvanizado nº24 com desenvolvimento 16cm	m	27,55	RUFO DA COBERTURA DA ENTRADA DA EMERGÊNCIA = 7,35 + 6= 13,35 m RUFO DA COBERTURA DA ENTRADA DA RECEPÇÃO = 7,10 + 7,10= 14,20 m TOTAL = 27,55 m PRANCHA ARQ 07/09 e PRANCHA HP 01/01
9.11	291	Rufo em placa de concreto l = 0,34 m	m	28,55	RUFO DA COBERTURA DO PREDIO PRINCIPAL = 12,60 + 0,75 = 13,35 m RUFO DA COBERTURA DA USINA DE OXIGENIO = 4,45 + 4,45 + 6,30 = 15,20 m TOTAL = 28,55 m PRANCHA ARQ 07/09 e PRANCHA HP 01/01
9.12	101979	CHAPIM (RUFO CAPA) EM AÇO GALVANIZADO, CORTE 33. AF_11/2020	M	923,8	PERIMETRO DA COBERTURA PRINCIPAL = 908,00 PERIMETRO DA COBERTURA DA USINA DE OXIGÊNIO = 15,80 TOTAL = 923,80 m PRANCHA ARQ 07/09
10.0 PINTURA					
10.1	88485	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	3327,38	(PERIMETRO INTERNO X PE DIREITO - ÁREA TOTAL DE ESQUADRIAS) = 2.247,06 m² (PERIMETRO EXTERNO X (PÉ DIREITO - ALTURA REVESTIDA) - ÁREA DAS ESQUADRIAS EXTERNAS) = 324,01 m² (PLATIBANDA) = 305,30 + 77,86 m² (ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ALTERNATIVA) = 6,30 x 2,50 x 2 = 31,50 M² (GERADOR DE OXIGENIO) = 17,80 x 4,50 x 2= 160,2 m² CAIXA D'ÁGUA= 55,00 m² MURO= 126,68 (MURO INTERNO) + (18,93 +31,65 (MURO EXTERNO) x 2,50 =126,45 TOTAL = 3.327,38 m²
10.2	96135	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	m²	3327,38	(PERIMETRO INTERNO X PE DIREITO - ÁREA TOTAL DE ESQUADRIAS) = 2.247,06 m² (PERIMETRO EXTERNO X (PÉ DIREITO - ALTURA REVESTIDA) - ÁREA DAS ESQUADRIAS EXTERNAS) = 324,01 m² (PLATIBANDA) = 305,30 + 77,86 m² (ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ALTERNATIVA) = 6,30 x 2,50 x 2 = 31,50 M² (GERADOR DE OXIGENIO) = 17,80 x 4,50 x 2= 160,2 m² CAIXA D'ÁGUA= 55,00 m² MURO= 126,68 (MURO INTERNO) + (18,93 +31,65 (MURO EXTERNO) x 2,50 =126,45 TOTAL = 3.327,38 m²
10.3	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	3327,38	(PERIMETRO INTERNO X PE DIREITO - ÁREA TOTAL DE ESQUADRIAS) = 2.247,06 m² (PERIMETRO EXTERNO X (PÉ DIREITO - ALTURA REVESTIDA) - ÁREA DAS ESQUADRIAS EXTERNAS) = 324,01 m² (PLATIBANDA) = 305,30 + 77,86 m² (ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ALTERNATIVA) = 6,30 x 2,50 x 2 = 31,50 M² (GERADOR DE OXIGENIO) = 17,80 x 4,50 x 2= 160,2 m² CAIXA D'ÁGUA= 55,00 m² MURO= 126,68 (MURO INTERNO) + (18,93 +31,65 (MURO EXTERNO) x 2,50 =126,45 TOTAL = 3.327,38 m²
10.4	100740	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FABRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	m²	0,26	PINTURA PARA TUBOS DOS GASES MEDICINAIS 15MM= 300m x (3,14 x (0,0075)²) = 0,053 m² 22MM= 150m x (3,14 x (0,011)²)= 0,057 m² 28MM= 150m x (3,14 x (0,014)²)= 0,093 m² 35MM= 55m x (3,14 x (0,0175)²)= 0,053 m² TOTAL = 0,256 m² PRANCHA GAS MED 01/01
10.5	5213401	Pintura de faixa com tinta acrílica - espessura de 0,6 mm	m²	33,06	PCD + IDOSO + ENTRADA + SAÍDA + AMBULÂNCIA = 33,06 m² PRANCHA PAISAG 01/01
11.0 INSTALAÇÃO ELETRICA					
11.1	91933	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	15,2	15,20 m PRANCHA ELE 01/03
11.2	92994	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 120 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	12	12,00 m PRANCHA ELE 01/03
11.3	91935	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	564	564,00 m PRANCHA ELE 01/03
11.4	92998	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 185 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	76	76,00 m PRANCHA ELE 01/03
11.5	92984	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	463,3	463,30 m PRANCHA ELE 01/03
11.6	92986	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	688,9	688,90 m PRANCHA ELE 01/03
11.7	92988	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	102,8	102,80 m PRANCHA ELE 01/03
11.8	92990	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 70 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	114,4	114,40 m PRANCHA ELE 01/03
11.9	91934	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	13,6	13,60 m PRANCHA ELE 01/03
11.10	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	6860,6	6.860,60 m PRANCHA ELE 01/03
11.11	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1208,7	1208,70 m PRANCHA ELE 01/03
11.12	92988	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	110,3	110,30 m PRANCHA ELE 01/03
11.13	91930	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	582,9	582,90 m PRANCHA ELE 01/03
11.14	91937	CAIXA OCTOGONAL 3" X 3", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	48	48,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.15	91939	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" ALTA (2,00 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	33	33,00 UND PRANCHA ELE 01/03

11.16	91940	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	76	76,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.17	91941	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	138	138,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.18	97881	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF_12/2020	UN	11	11,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.19	97891	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M. AF_12/2020	UN	18	18,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.20	91993	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	31	31,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.21	91997	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2	2,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.22	92001	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	7	7,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.23	92008	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	5	5,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.24	91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2	2,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.25	91996	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	74	74,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.26	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	126	126,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.27	91981	INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	41	41,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.28	91959	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	14	14,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.29	91967	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	4	4,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.30	9545	Tomada 4p + t, blindada, de sobrepor, 16A - 220v	un	6	6,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.31	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	84	84,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.32	93660	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	31	31,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.33	93661	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.34	93662	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	6	6,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.35	CPU 006	DISJUNTOR BIPOLAR, CORRENTE NOMINAL 63A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.36	8911	Disjuntor tripolar 100 A, com caixa moldada, corrente interrupção 20KA	un	6	6,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.37	9005	Disjuntor tripolar 80 A com caixa moldada 10 kA	un	8	8,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.38	9067	Disjuntor termomagnético tripolar 200 A com caixa moldada 10 kA	un	2	2,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.39	9034	Disjuntor termomagnético tripolar 150 A com caixa moldada 10 kA	un	2	2,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.40	11383	Disjuntor termomagnético tripolar 40 A com caixa moldada 10 kA	un	1	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.41	11382	Disjuntor termomagnético tripolar 600 A com caixa moldada 10 kA	un	2	2,00 und PRANCHA ELE 01/02
11.42	CPU 007	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 175 V, CORRENTE MÁXIMA DE "45" KA (TIPO AC) FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	36	36,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.43	CPU 008	DISPOSITIVO DR, 4 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 80 A, TIPO AC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	4,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.44	CPU 009	DISPOSITIVO DR, 4 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 100A, TIPO AC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	4,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.45	171395	Subestação aérea c/ transformador 225 KVA (incl. poste, acessórios e cabine de medição)	un	1	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.46	97894	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 1X1X0,6 M. AF_12/2020	UN	1	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.47	8020	Fornecimento e instalação de grupo gerador, modelo GEHC-260, Heimer ou similar, potência stand-by 260KVA e potência contínua 234KVA, tensão:220/127V, frequência 60 Hz, c/quadro comando automático, motor diesel 6CTAA8.3-G1, consumo:50 L/h	un	1	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.48	101658	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 138 W ATÉ 180 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025 PS	UN	12	12,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.49	100903	LÂMPADA TUBULAR LED DE 18/20 W, COM SOQUETE, BASE G13 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024 PS	UN	162	162,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.50	97608	LUMINÁRIA ARANDELA TIPO TARTARUGA, COM GRADE, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA FLUORESCENTE DE 15 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	4	4,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.51	97593	LUMINÁRIA TIPO SPOT, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA FLUORESCENTE DE 15 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	35	35,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.52	100623	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO CURVO DUPLO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=9M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025	UN	6	6,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.53	354	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 32mm (1")	m	304,9	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.54	356	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 50mm (1 1/2")	m	49,5	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.55	352	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 20mm (1/2")	m	1,5	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.56	357	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 60mm (2")	m	7,7	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.57	358	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 75mm (2 1/2")	m	1	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.58	359	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 85mm (3")	m	144,7	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.59	353	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 25mm (3/4")	m	1591,6	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.60	360	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 110mm (4")	m	22,1	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.61	ED-49317	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO LEVE, INCLUSIVE CONEXÕES, SUPORTES E FIXAÇÃO DN 20 (3/4")	m	20	20,00 M PRANCHA ELE 01/03
11.62	8684	Fornecimento e instalação de eletrocalha perfurada 100 x 100 x 3000 mm (ref. mopa ou similar)	un	131,7	131,70 UND PRANCHA ELE 01/03
11.63	96562	SUPORTE PARA ELETROCALHA LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA 400 MM, EM PERFILADO COM COMPRIMENTO DE 45 CM FIXADO EM LAJE, POR METRO DE ELETROCALHA FIXADA. AF_09/2023	M	87,8	87,80 UND PRANCHA ELE 01/03
11.64	101881	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 40 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.65	11112	Quadro perfil de distribuição, embutir, com barramento, em chapa de aço, medindo:1800x1100x250cm, exclusive disjuntores	un	1	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.66	12231	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 48 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	un	8	8,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.67	12232	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 56 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	un	1	1,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.68	13039	Aterramento composto de 3 hastes de cobre Ø 5/8" x 2,40m, interligada com cabo de cobre 50mm2	un	2	2,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.69	98111	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO, CIRCULAR, EM POLIETILENO, DIÂMETRO INTERNO = 0,3 M. AF_12/2020	UN	28	28,00 UND PRANCHA SPDA 01/02
11.70	96985	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	22	22,00 UND PRANCHA SPDA 01/02

11.71	96989	CAPTOR TIPO FRANKLIN PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	1	1,00 UND PRANCHA SPDA 01/02
11.72	171273	Cabo de cobre nú 50mm2	m	241	241,00 M PRANCHA SPDA 01/02
11.73	96973	CORDOALHA DE COBRE NU 35 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	M	495	495,00 M PRANCHA SPDA 01/02
11.74	91864	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	48	48,00 M PRANCHA SPDA 01/02
11.75	11273	Caixa de equipotencialização em aço 200x200x90mm, para embutir com tampa, com 9 terminais, ref: TEL-901 ou similar (SPDA)	un	1	1,00 UND PRANCHA SPDA 01/02
11.76	171299	Ponto de solda exotérmica	pt	30	30,00 PT PRANCHA SPDA 01/02
11.77	8795	Terminal aéreo em aço galvanizado 3/8" x 50cm, com fixação horizontal	un	69	69,00 UND PRANCHA SPDA 01/02
11.78	078031	CAIXA DE INSPECAO PVC SUSPensa PARA ATERramento	UN	5	5,00 UND PRANCHA SPDA 01/02
11.79	98463	SUPORTE ISOLADOR PARA FIXAÇÃO DA CORDOALHA DE COBRE EM ALVENARIA OU CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	195	195,00 UND PRANCHA SPDA 01/02
11.80	7138	Fornecimento e lançamento de cabo utp 4 pares cat 6	m	622,09	622,09 M PRANCHA RED. LOG. 01/01
11.81	91940	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	3	3,00 UND PRANCHA RED. LOG. 01/01
11.82	91944	CAIXA RETANGULAR 4" X 4" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	17	17,00 UND PRANCHA RED. LOG. 01/01
11.83	98307	TOMADA DE REDE RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	UN	20	20,00 UND PRANCHA RED. LOG. 01/01
11.84	91834	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	58,29	58,29 M PRANCHA RED. LOG. 01/01
11.85	078028	PERFILADO PERFURADO 38x38x6000mm CHAPA 22	M	129	129,00 M PRANCHA RED. LOG. 01/01
11.86	90462	SUPORTE PARA 2 TUBOS VERTICAIS, ESPAÇADO A CADA 150 CM, EM PERFILADO COM COMPRIMENTO DE 25 CM FIXADO EM PAREDE, POR METRO DE TUBULAÇÃO FIXADA. AF_09/2023	M	43	43,00 M PRANCHA RED. LOG. 01/01
11.87	98302	PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	UN	1	1,00 UND PRANCHA RED. LOG. 01/01
11.88	1302	Luva de pvc rígido roscável diâm = 1/2"	un	4	4,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.89	1303	Luva de pvc rígido roscável diâm = 3/4"	un	200	200,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.90	1304	Luva de pvc rígido roscável diâm = 1"	un	61	61,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.91	1306	Luva de pvc rígido roscável diâm = 1 1/2"	un	10	10,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.92	1307	Luva de pvc rígido roscável diâm = 2" Rev. 01 - 10/2022	un	1	1,0 UND PRANCHA ELE 01/03
11.93	1308	Luva de pvc rígido roscável diâm = 2 1/2" Rev. 01 - 10/2022	un	1	1,0 UND PRANCHA ELE 01/03
11.94	1309	Luva de pvc rígido roscável diâm = 3"- Rev. 01_10/2022	un	32	32,00 UND PRANCHA ELE 01/03
11.95	1310	Luva de pvc rígido roscável diâm = 4"	un	18	18,00 UND PRANCHA ELE 01/03
12.0 COMBATE A INCENDIO E PANICO					
12.1	ED-50193	EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO PÓ QUÍMICO 2 A:20 B:C, CAPACIDADE 6 KG	U	7	7,00 UND COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO 01/02
12.2	060062	LUMINARIA DE EMERGENCIA 2XLED 1200 BATERIA SELADA SEGURIMAX	UN	62	62,00 UND COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO 01/02
12.3	12888	Placa de sinalizacao, fotoluminescente, em pvc , com logotipo "Extintor de incendio portátil"- Placa E5	un	7	7,00 UND COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO 01/02
12.4	11853	Placa de sinalizacao de segurancia contra incendio, fotoluminescente, retangular, "20 x 40" cm, em pvc "2" mm anti-chamas (símbolos, cores e pictogramas conforme nbr 13434)	Un	66	66,00 UND COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO 01/02
12.5	14022	Placa de sinalização de combate a incêndio modelo "M1", 45x45 cm, em PVC 2mm fotoluminescente	Un	1	1,00 UND COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO 01/02
13.0 CLIMATIZAÇÃO					
13.1	103248	AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, HI-WALL (PAREDE), 12000 BTUS/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2021 PE	UN	33	33,00 und PRANCHA IC 01/01
13.2	103254	AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, HI-WALL (PAREDE), 24000 BTUS/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2021 PE	UN	12	12,00 und PRANCHA IC 01/01
13.3	89865	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	M	207,7	207,70 m PRANCHA HE 01/01
13.4	89866	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	105	105,00 und PRANCHA HE 01/01
13.5	89867	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	20	20 und PRANCHA HE 01/01
13.6	89869	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	2	2 und PRANCHA HE 01/01
13.7	CPU 010	CAIXA PROTETORA PARAFUSADA EM RIPADO DE METALOPARA PROTEÇÃO DE CAIXA CONDENSADORA	M2	79,2	3,00m x 2,20 m = 6,60m² x 12 (quantidade de caixas) = 79,20m² (PRANCHA HE 01/01)
14.0 ACESSIBILIDADE					
14.1	170021	PISO TÁTIL DIRECIONAL ACO INOX PARAFUSADO (COM RANHURAS)	M	8	32", 25= 8 m PRANCHA ACE 02/02
14.2	11902	Piso tátil alerta pinado - Elementos em ABS revestido de inox (100 peças/m) -Rev 01_01/2022	m	19	76", 25 = 19 m PRANCHA ACE 02/02
14.3	7324	Piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, colorido, p/deficientes visuais, dimensões 25x25cm, aplicado com argamassa industrializada ac-II, rejuntado, exclusive regularização de base	m²	42,56	CALÇADA DE ENTRADA: PISO DIRECIONAL - (0,25m X 0,25m) X 79 Und.= 4,9375 M² PISO ALERTA - (0,25m X 0,25m) X 82 Und.= 5,125 M² CALÇADA DA EMERGÊNCIA: PISO DIRECIONAL - (0,25m X 0,25m) X 137 Und.= 8,5625 M² PISO ALERTA - (0,25m X 0,25m) X 66 Und.= 4,125 M² PASSEIO PÚBLICO: PISO DIRECIONAL - (0,25m X 0,25m) X 235 Und.= 14,6875 M² PISO ALERTA - (0,25m X 0,25m) X 82 Und.= 5,125 M² TOTAL= 42,56 M² PRANCHA ACE 02/02
14.4	8804	Mapa tátil em acrílico medindo 70 x 50cm, com suporte em chapa em ferro 1" e tubo de ferro galvanizado ø=4", pintados e placa em granito cinza andorinha	un	1	TOTAL= 1 UND PRANCHA ACE 01/02
14.5	13110	Barra de apoio, reta, fixa, em aço inox, l=40cm, d=1 1/4", Jackwal ou similar	un	2	2,00 UND PRANCHA ACE 01/02
14.6	100866	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 60CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	7	7,00 UND PRANCHA ACE 01/02
14.7	100867	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4	4,00 UND PRANCHA ACE 01/02
14.8	100868	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	5	5,00 UND PRANCHA ACE 01/02
14.9	ED-48167	BARRA DE APOIO EM AÇO INOX POLIDO PARA LAVATÓRIO DE CANTO, DIÂMETRO DE 1.1/4", PARA ACESSIBILIDADE (PMR/PCR). INSTALADO EM PAREDE, INCLUSIVE ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO	un	6	6 UND PRANCHA ACE 01/02

14.10	100875	BANCO ARTICULADO, EM ACO INOX, PARA PCD, FIXADO NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	3	3,00 UND PRANCHA ACE 01/02
14.11	100874	PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4	4,00 UND PRANCHA ACE 01/02
14.12	11935	Corrimão Central em tubo ferro galvanizado, superior alt=1,10m, barras intermediárias alt=0,92m e 0,70m de cada lado, diam= 1.1/2" inclusive as verticais de apoio.	m	24,58	24,58 M PRANCHA ACE 01/02
14.13	5213863	Suporte metálico galvanizado para placa de advertência ou regulamentação - lado ou diâmetro de 0,60 m - fornecimento e implantação	un	2	2 UNIDADES PRANCHA PAISAG 01/01
14.14	5213486	Placa em alumínio composto, espessura de 3,0 mm, modulada, aérea - película retrorrefletiva tipo I + III - fornecimento e implantação	m²	0,26	(0,32 X 0,40) = 0,128 * 2 = 0,26 PRANCHA PAISAG 01/01
PAISAGISMO					
15.1	98504	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS. AF_07/2024	m²	817,08	817,08 M² PRANCHA PAISG 01/01
15.2	98518	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 4,00 M. AF_07/2024	UN	4	4,00 UND PRANCHA PAISG 01/01
15.3	98511	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_07/2024	UN	5	5,00 UND PRANCHA PAISG 01/01
15.4	9869	Planta - Ixora amarela (Ixora coccinea yellow), fornecimento e plantio	un	25	25,00 UND PRANCHA PAISG 01/01
15.5	7669	Planta - Agave (agave angustifolia), fornecimento e plantio	un	34	34,00 UND PRANCHA PAISG 01/01
DRENAGEM					
16.1	2003618	Boca de lobo simples - BLS 01 - areia e brita comerciais	un	1	1,00 UND PRANCHA DREN 01/01
16.2	92835	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	22	22 METROS LINEARES PRANCHA DREN 01/01
16.3	6416	Tampa de concreto para caixas de passagem 1,00x1,00mx0,07m	un	1	1,00 UND PRANCHA DREN 01/01
16.4	90091	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	m³	25,58	0,40 (TUBO DE CONCRETO) + 0,50 (0,25 CM DE CADA LADO DO TUBO) * 22,00 (COMPRIMENTO DA VALA) * 1,20 (PROFUNDIDADE DA VALA) = 23,76 M³ + 1,82 (VOLUME DA BL) TOTAL = 25,58 M³ PRANCHA DREN 01/01
16.5	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	m²	1,65	BL = 1,10 (A LARGURA DA VALA) * 1,50 (COMPRIMENTO DA VALA) = 1,65 M² TOTAL = 1,65 M² PRANCHA DREN 01/01
16.6	96622	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	m³	0,08	BL = 0,05 (ALTURA D LASTRO) * 1,10 (A LARGURA DA VALA) * 1,50 (COMPRIMENTO DA VALA) = 0,083 M³ TOTAL = 0,08 M³ PRANCHA DREN 01/01
16.7	96624	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE 10 CM. AF_01/2024	m³	1,98	TUBO DE CONCRETO= 0,10 (ALTURA D LASTRO) * 0,90 (A LARGURA DA VALA) * 22,00 (COMPRIMENTO DA VALA) = 1,98 M³ TOTAL = 1,98 M³ PRANCHA DREN 01/01
16.8	6316	Lastro de areia	m³	1,98	TUBO DE CONCRETO= 0,10 (ALTURA D LASTRO) * 0,90 (A LARGURA DA VALA) * 22,00(COMPRIMENTO DA VALA) = 1,98 M³ TOTAL = 1,98 M³ PRANCHA DREN 01/01
16.9	93382	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	m³	17,04	23,76(VOLUME DA ESCAVAÇÃO SEM A ESCAVAÇÃO DA BL) - 2,76 (VOLUME DOS TUBOS DE CONCRETO) - 3,96 (VOLUME DO LASTRO) = 17,04 M³ TOTAL = 17,04 M³ PRANCHA DREN 01/01
PASSEIO					
17.1	94263	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 13 CM BASE X 22 CM ALTURA. AF_01/2024	M	57,3	TOTAL = 57,30 M PRANCHA ACE 02/02
17.2	94267	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA. AF_01/2024	M	68,27	TOTAL = 68,27 M PRANCHA ACE 02/02
17.3	92402	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO 16 FACES DE 22 X 11 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	m²	72,37	68,27 *1,06 = 72,37 M² TOTAL = 72,37 M² PRANCHA ACE 02/02
GASES MEDICINAIS					
18.1	CPU 011	TUBO DE COBRE - CLASSE A, 15MM, LIMPEZA QUÍMICA, ESTERELIZAÇÃO E CONEXÕES	M	300	300,00 M PRANCHA GAS MED 01/01
18.2	055111	TUBO DE COBRE CLASSE A - 22mm COM CONEXOES	M	150	150,00 M PRANCHA GAS MED 01/01
18.3	055091	TUBO DE COBRE CLASSE A 28mm COM CONEXOES	M	150	150,00 M PRANCHA GAS MED 01/01
18.4	055092	TUBO DE COBRE CLASSE A 35mm COM CONEXOES	M	55	55,00 M PRANCHA GAS MED 01/01
18.5	00039328	PERFILADO PERFURADO 19 X 38 MM, CHAPA 22	M	92	92,00 M PRANCHA GAS MED 01/01
18.6	00039996	VERGALHAO ZINCADO ROSCA TOTAL, 1/4" (6,3 MM)	M	250	250,00 M PRANCHA GAS MED 01/01
18.7	9832	Porca sextavada zincada 1/4" (fornecimento e colocação)	un	945	945,00 UND PRANCHA GAS MED 01/01
18.8	9816	Arruela lisa zincada d=1/4"	un	945	945,00 UND PRANCHA GAS MED 01/01
18.9	9975	Abraçadeira metálica tipo "D" de 1/2"	un	210	210,00 UND PRANCHA GAS MED 01/01
18.10	8441	Abraçadeira metálica tipo "D" de 3/4"	un	80	80,00 UND PRANCHA GAS MED 01/01
18.11	12140	Abraçadeira metálica tipo "D" de 1"	un	236	236,00 UND PRANCHA GAS MED 01/01
18.12	7750	Abraçadeira metálica tipo "D" de 1 1/4"	un	118	118,00 UND PRANCHA GAS MED 01/01
18.13	9815	Caixa de válvula 60x55x37cm com tampa modelo VB STD6	un	2	2,00 UND PRANCHA GAS MED 01/01
18.14	3125	Lixa d'água 360	fl	10	10,00 FL PRANCHA GAS MED 01/01
18.15	11831	Fita vedacao teflon larg= 1/2" com 50m	un	9	9,00 UND PRANCHA GAS MED 01/01
18.16	8733	Central manifold para cilindros 2 x 2 para oxigênio, ar comprimido e óxido nítrico com serpentina e sem válvula de alta pressão	un	2	2,00 UND PRANCHA GAS MED 01/01
18.17	11213	Régua p/gás medicinal em alumínio, dimensões: 850x220x70mm, com: 01 ponto p/ oxigênio, 01 ponto p/ ar comprimido, 01 ponto p/ vácuo, 08 tomadas elétricas, 01 ponto p/ chamada de enfermagem (s/ o equipamento), mod.Square Line.VTC Vitatec ou similar	un	6	6 UND PRANCHA GAS MED 01/01
DIVERSOS					
19.1	252010	Bate maca em PVC tipo corrimão (incluindo capa, estrutura de suporte e fixação e acabamento)	m	36,62	36,62 M (CORREDORES) PRANCHA ARQ 03/09

19.2	252011	Bate maca em PVC tipo chapado (incluindo capa, estrutura de suporte e fixação e acabamento)	m	152,53	25,20M (SALA DE OBSERVAÇÃO) + 12,10 M (QUARTO INDIVIDUAL) + 91,43 M (CORREDORES) + 23,60 (SALA DE EMERGENCIA) = 152,53 M LINEARES TOTAL= 152,53 M PRANCHA ARQ 03/09
19.3	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	m²	2592,76	790,15 (ÁREA DE TODOS OS AMBIENTES INTERNOS) + 1802,61 (SOMA DE TODAS AS ÁREAS DAS CALÇADAS). TOTAL=2.592,76 PRANCHA ARQ 03/09 E PAISG 01/01
19.4	9301	Totem de sinalização c/estrutura em chapa galvanizada, hastes c/seção 14x8cm e h.total=2,86m, c/aplicação adesivo em recort sobreposto em dupla face, c/base em concreto armado (71x43cm), pintado, conforme modelo p/obra do Parque dos Cajueiros	un	1	1 UNIDADE PAISG 01/01
19.5	10709	Letreiro em chapa galvanizada L=50cm, sem pintura ou plotagem em adesivo	m	6	6 METROS PRANCHA ARQ 03/09
19.6	9718	Espelho de cristal 4mm com moldura de alumínio	m²	13,08	WC1 = 1,70 X 1,00 = 1,70 m²; WC2= 1,70 X 1,00 = 1,70 m²; P.N.E= 0,60 X 0,70 = 0,42 m²; WC 03= 0,60 X 0,70 = 0,42 m²; WC 04= 0,60 X 0,70 = 0,42 m²; WC 05= 0,60 X 0,70 = 0,42 m²; VESTIÁRIO 01= 3,00 x 1,00 = 3,00 m²; VESTIÁRIO 02= 3,00 x 1,00 = 3,00 m²; VESTIÁRIO 03= 2,00 x 1,00 = 2,00 m² TOTAL= 13,08 M²



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.

LOCAL: SANTANA / AMAPÁ	DATA: JULHO DE 2025	Ref. Desonerado - SINAPI - 06/2025 - Amapá SBC - 07/2025 - Amapá SICRO3 - 04/2025 - Amapá ORSE - 05/2025 - Sergipe SEDOP - 02/2025 - Pará SETOP - 01/2025 - Minas Gerais
------------------------	---------------------	---

PLANILHA ORÇAMENTARIA

ITEM	CODIGO	BANCO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT R\$	TOTAL
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES						328.062,44
1.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF 03/2022 PS	m²	6,00	457,11	3.453,56
1.2	98459	SINAPI	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF 03/2024	m²	275,32	82,45	28.584,01
1.3	010767	SEDOP	Barracão de madeira (incl. instalações)	m²	49,14	912,05	56.435,00
1.4	98524	SINAPI	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF 03/2024	m²	2338,20	3,87	11.394,29
1.5	97650	SINAPI	REMOÇÃO DE TRAMA DE MADEIRA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 09/2023	m²	882,92	6,56	7.293,23
1.6	3240	ORSE	Demolição de piso de alta resistência	m²	10,97	20,72	286,21
1.7	17	ORSE	Demolição de reboco	m²	125,34	9,21	1.453,60
1.8	7991	ORSE	Demolição de rufo de concreto	m	20,60	4,56	118,28
1.9	104790	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 09/2023	m³	77,74	95,69	9.367,11
1.10	100983	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF 07/2020	m³	194,17	9,08	2.220,05
1.11	94319	SINAPI	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILÓ-ARENOSO. AF 08/2023	m³	726,79	77,57	70.990,04
1.12	100975	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF 07/2020	m³	908,49	8,56	9.792,39
1.13	95876	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF 07/2020	M3XKM	11187,32	2,19	30.850,69
1.14	99059	SINAPI	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF 03/2024	M	57,47	54,95	3.976,52
1.15	COTAÇÃO 01	Próprio	CUSTO PARA DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	T	291,26	114,67	42.055,75
1.16	COTAÇÃO 02	Próprio	PROJETO DE SISTEMA DE GASES MEDICINAIS	UN	1,00	39.542,34	49.791,71
2.0	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA						143.729,12
2.1	CPU 001	Próprio	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	mês	8,00	14.267,90	143.729,12
3.0	ESTRUTURAS						94.384,70
SAPATAS						4.113,83	
3.1	96523	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF 01/2024	m³	2,11	79,93	212,37
3.2	96616	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS. AF 01/2024	m³	0,29	1.040,03	379,79
3.3	104919	SINAPI	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF 01/2024	KG	35,30	14,47	643,19
3.4	94971	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF 05/2021	m³	2,11	758,36	2.014,90
3.5	103670	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF 02/2022	m³	2,11	252,87	671,85
3.6	100974	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF 07/2020	m³	2,11	8,41	22,34
3.7	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF 07/2020	M3XKM	53,81	2,50	169,39
VIGAS						66.787,00	
3.8	94962	SINAPI	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF 05/2021	m³	0,08	603,82	60,83

3.9	92266	SINAPI	FABRICAÇÃO DE FÓRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, E = 18 MM. AF_09/2020	m²	246,63	182,07	56.543,02
3.10	92759	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	62,20	15,38	1.204,60
3.11	92762	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	242,60	13,01	3.974,32
3.12	94971	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	m³	3,93	758,36	3.752,86
3.13	103670	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	3,93	252,87	1.251,37
PILARES EM CONCRETO ARMADO							15.278,39
3.14	92263	SINAPI	FABRICAÇÃO DE FÓRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020	m²	39,27	180,83	8.941,82
3.15	92759	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	55,10	15,38	1.067,09
3.16	92762	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	173,20	13,01	2.837,40
3.17	94971	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	m³	1,91	758,36	1.823,91
3.18	103670	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	1,91	252,87	608,17
VERGAS E CONTRAVERGAS							8.205,48
3.19	105023	SINAPI	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *15* CM. AF_03/2024	M	67,20	66,31	5.611,04
3.20	105029	SINAPI	CONTRAVERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *15* CM. AF_03/2024	M	38,70	53,24	2.594,44
ALVENARIAS E REVESTIMENTOS							338.839,88
4.1	103328	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	161,94	88,15	17.975,09
4.2	87905	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	m²	313,86	7,73	3.054,99
4.3	87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	313,86	36,53	14.437,11
4.4	87535	SINAPI	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	484,24	33,29	20.298,74
4.5	110245	SEDOP	Reboco com argamassa baritada	m²	57,91	590,54	43.062,34
4.6	9604	ORSE	Revestimento cerâmico para piso ou parede, 30 x 60 cm, porcelanato, linha white home, antártida, Portobello ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-i, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço. Rev 01_08/2024	m²	484,24	98,23	59.896,23
4.7	87244	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EXTERNAS EM PASTILHAS DE PORCELANA 5 X 5 CM (PLACAS DE 30 X 30 CM), ALINHADAS A PRUMO. AF_02/2023	m²	251,28	336,75	106.551,67
4.8	102257	SINAPI	DIVISORIA SANITÁRIA, TIPO CABINE, EM PAINEL DE GRANILITE, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E, EXCLUSIVE FERRAGENS. AF_01/2021	m²	33,93	356,18	15.217,67
4.9	061458	SEDOP	Painel em ACM - Estruturado (fachadas)	m²	52,38	583,82	38.506,96
4.10	87777	SINAPI	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_08/2022	m²	282,86	55,70	19.839,08
PISO							378.878,53
5.1	98680	SINAPI	PISO CIMENTADO, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ACABAMENTO LISO, ESPESSURA 3,0 CM, PREPARO MECÂNICO DA ARGAMASSA. AF_09/2020	m²	27,09	54,91	1.873,07
5.2	11706	ORSE	Pavimentação em pre-moldado tipo Concregrama, modelo Pavi-grade, dim:45 x 60cm, e=9,5cm, sobre colchão de areia, com preenchimento dos vãos com grama	m²	274,22	245,38	84.729,18
5.3	87261	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M². AF_02/2023_PE	m²	11,66	160,10	2.350,63

5.4	87262	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M². AF_02/2023 PE	m²	214,04	146,93	39.600,45
5.5	87263	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_02/2023 PE	m²	496,24	136,98	85.594,06
5.6	11805	ORSE	Piso em concreto simples despolado, fck = 21 MPa, e = 7 cm, com forma em quadros 2,0x2,0m, para juntas de concretagem - tres usos	m²	403,57	56,27	28.595,03
5.7	92395	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 10 CM. AF_10/2022	m²	662,58	163,17	136.136,11
6.0	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS						133.239,83
	ESGOTO						18.135,15
6.1	89711	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	35,91	17,50	791,31
6.2	89714	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	173,89	30,42	6.660,83
6.3	89713	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	2,00	27,11	68,27
6.4	89798	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	M	53,71	10,04	679,02
6.5	89784	SINAPI	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	1,00	21,59	27,19
6.6	89778	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	23,00	15,07	436,45
6.7	89753	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	34,00	7,75	331,80
6.8	89724	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	36,00	8,80	398,91
6.9	89726	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	11,00	8,97	124,25
6.10	89744	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	14,00	24,81	437,37
6.11	1697	ORSE	Caixa sifonada quadrada, com três entradas e uma saída, d = 100x100x50mm, ref. nº 63, branco, com grelha, Akros ou similar	un	13,00	43,60	713,71
6.12	1666	ORSE	Terminal de ventilação em pvc rígido c/ anéis, para esgoto primário, diâm = 50mm	un	1,00	12,13	15,27
6.13	89732	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	4,00	14,14	71,22
6.14	89785	SINAPI	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	2,00	23,30	58,68
6.15	1564	ORSE	Junção simples em pvc rígido soldável, para esgoto primário, diâm = 100 x 100mm	un	4,00	53,70	270,48
6.16	1562	ORSE	Junção simples em pvc rígido soldável, para esgoto primário, diâm = 100 x 50mm	un	5,00	45,81	288,42
6.17	89752	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	45,00	6,62	375,12
6.18	86881	SINAPI	SIFÃO DO TIPO GARRAFA EM METAL CROMADO 1 X 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	226,03	569,23
6.19	86882	SINAPI	SIFÃO DO TIPO GARRAFA/COPO EM PVC 1.1/4 X 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	27,00	23,69	805,42
6.20	89731	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	27,00	13,61	462,72

6.21	1583	ORSE	Redução excêntrica em pvc rígido soldável, para esgoto primário, diâm = 100 x50mm	un	1,00	23,61	29,73
6.22	1598	ORSE	Bucha de redução longa, em pvc rígido soldável, para esgoto secundário, diâm = 50 x 40mm	un	3,00	8,89	33,58
6.23	89709	SINAPI	RALO SIFONADO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	4,00	21,40	107,79
6.24	86880	SINAPI	VÁLVULA EM PLÁSTICO CROMADO TIPO AMERICANA 3.1/2" X 1.1/2" SEM ADAPTADOR PARA PIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	6,00	28,28	213,66
6.25	97906	SINAPI	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_12/2020	UN	7,00	472,49	4.164,72
AGUA FRIA							34.378,66
6.26	89402	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	120,00	10,82	1.634,95
6.27	89431	SINAPI	LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	20,00	8,01	201,72
6.28	90373	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 1/2 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	54,00	11,52	783,32
6.29	89410	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	19,00	9,69	231,83
6.30	89415	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	16,00	14,41	290,32
6.31	103049	SINAPI	REGISTRO DE PRESSÃO, PVC, SOLDÁVEL, VOLANTE SIMPLES, DN 25 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	18,65	23,48
6.32	94792	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	25,00	130,61	4.111,60
6.33	89426	SINAPI	LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	28,00	8,45	297,93
6.34	89443	SINAPI	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	16,00	15,03	302,81
6.35	89403	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	188,00	16,78	3.972,32
6.36	102113	SINAPI	BOMBA CENTRÍFUGA, TRIFÁSICA, 1 CV OU 0,99 HP, HM 14 A 40 M, Q 0,6 A 8,4 M3/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2020	UN	1,00	1.596,64	2.010,49
6.37	89362	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	4,00	8,32	41,91
6.38	ED-49846	SETOP	ADAPTADOR SOLDÁVEL DE PVC MARROM COM FLANGES E ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA Ø 32 MM X 1"	un	6,00	32,82	247,96
6.39	89440	SINAPI	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	6,00	10,58	79,93
6.40	94793	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1 1/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	4,00	179,54	904,31
6.41	89355	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	4,00	17,66	88,95
6.42	89404	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	4,00	6,36	32,03
6.43	1282	ORSE	Joelho de 90° de pvc rígido roscável, diâm = 1/2"	un	4,00	10,79	54,35
6.44	1177	ORSE	Tê de redução 90° de pvc rígido soldável, marrom diâm = 32 x 25mm	un	8,00	15,71	158,26
6.45	102617	SINAPI	CAIXA D'ÁGUA EM POLIÉSTER REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO, 5000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2021	un	1,00	3.270,82	4.118,62
6.46	47207	SBC	POCO ARTESIANO - PERFURAÇÃO EM ALUVIAO COM 10"	m	24,00	489,45	14.791,57
LOUÇAS							55.798,58
6.47	2056	ORSE	Assento plástico, universal, branco, para vaso sanitário, padrão popular	un	5,00	23,80	149,84
6.48	95472	SINAPI	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL COM LOUÇA BRANCA SEM ASSENTO, INCLUSO CONJUNTO DE LIGAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA AJUSTÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	5,00	690,36	4.346,51
6.49	100878	SINAPI	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA, LOUÇA BRANCA - PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	8,00	585,78	5.900,91

6.50	86941	SINAPI	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 45 X 55CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO MÉDIO, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL DE 40CM EM METAL CROMADO, COM TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	12,00	974,11	14.719,19
6.51	2082	ORSE	Torneira cromada para jardim, DECA 1153C39, 1/2" ou similar	un	4,00	72,08	363,05
6.52	86920	SINAPI	TANQUE DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 30L OU EQUIVALENTE, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA PLÁSTICA E TORNEIRA DE METAL CROMADO PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	778,25	1.959,94
6.53	100860	SINAPI	CHUVEIRO ELÉTRICO COMUM CORPO PLÁSTICO, TIPO DUCHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	7,00	101,98	898,89
6.54	CPU 002	Próprio	LAVATÓRIO COM BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, E = 2CM, DIM 1.30X0.60, COM 01 CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR, SIFÃO CROMADO, VÁLVULA CROMADA, TORNEIRA CROMADA, INCLUSIVE RODOPIA 10 CM, ASSENTADA	UN	2,00	1.536,91	3.870,55
6.55	CPU 003	Próprio	LAVATÓRIO COM BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, E = 2CM, DIM 2,0X0.60, COM 01 CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR, SIFÃO CROMADO, VÁLVULA CROMADA, TORNEIRA CROMADA, INCLUSIVE RODOPIA 10 CM, ASSENTADA.	UN	1,00	1.901,86	2.394,82
6.56	12276	ORSE	Lavatório com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 2.20x0.60, com02 cubas de embutir de louça, sifão ajustável metalizado, válvula cromada, torneira cromada, inclusive rodopia 10 cm, assentada	un	2,00	1.993,67	5.020,86
6.57	12281	ORSE	Lavatório com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 3.00x0.60, com03 cubas de embutir de louça, sifão ajustável metalizado, válvula cromada, torneira cromada, inclusive rodopia 10 cm, assentada	un	2,00	2.848,81	7.174,44
6.58	CPU 004	Próprio	LAVATÓRIO COM BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, E = 2CM, DIM 1.75X0.60, COM 01 CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR, SIFÃO CROMADO, VÁLVULA CROMADA, TORNEIRA CROMADA, INCLUSIVE RODOPIA 10 CM, ASSENTADA.	UN	2,00	1.779,17	4.480,66
6.59	9502	ORSE	Ducha higiênica com registro, linha Link, ref. 1984.C.ACT. LNK, da DECA ou similar	un	4,00	472,48	2.379,79
6.60	103018	SINAPI	VÁLVULA DE DESCARGA METÁLICA, BASE 1 1/4", ACABAMENTO METÁLICO CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	5,00	339,76	2.139,13
AGUAS PLUVIAIS							24.927,44
6.61	4719	ORSE	Caixa de águas pluviais em pvc 300mm	un	22,00	381,08	10.556,83
6.62	89746	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	3,00	25,42	96,03
6.63	89714	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	271,74	30,42	10.408,96
6.64	7854	ORSE	Bocal para calha pluvial de PVC (170x100mm), inclusive acoplador p/condutor, Amanco ou similar	un	2,00	140,47	353,76
6.65	89778	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	18,00	15,07	341,57
6.66	89744	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	22,00	24,81	687,30
6.67	94227	SINAPI	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	26,00	58,45	1.913,61

6.68	070316	SEDOP	Calha em PVC (1/2 cana d= 100mm)	m	3,70	122,21	569,38
7.0	ESQUADRIAS						263.125,94
7.1	94569	SINAPI	JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, BATENTE/ REQUADRO 3 A 14 CM, VIDRO INCLUSO, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 60X80 (A X L) CM, SEM ACABAMENTO, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	m²	37,10	657,33	30.708,04
7.2	94570	SINAPI	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS (VIDROS INCLUSOS), BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 100X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	m²	7,35	349,38	3.233,55
7.3	94573	SINAPI	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDROS (VIDROS INCLUSOS), COM BANDEIRA, BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 150X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	m²	33,45	388,15	16.348,97
7.4	100674	SINAPI	CAIXILHO FIXO DE ALUMÍNIO PARA VIDRO (VIDRO INCLUSO), BATENTE/ REQUADRO DE 4 A 14 CM, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	m²	5,00	757,00	4.766,07
7.5	91341	SINAPI	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	m²	111,80	650,40	91.562,38
7.6	100702	SINAPI	PORTA DE CORRER DE ALUMÍNIO, COM DUAS FOLHAS PARA VIDRO, INCLUSO VIDRO LISO INCOLOR, FECHADURA E PUXADOR, SEM ALIZAR. AF_12/2019	m²	4,20	449,52	2.377,35
7.7	CPU 005	Próprio	PORTA DE VIDRO TEMPERADO, DE ABRIR, DUAS FOLHAS, 2,0X2,10M, ESPESSURA 10MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS - REV 01	m²	8,40	4.841,13	51.205,99
7.8	94559	SINAPI	JANELA DE AÇO TIPO BASCULANTE, PARA VIDROS (VIDROS NÃO INCLUSOS), BATENTE/ REQUADRO INCLUSO (6,5 A 14 CM), DIMENSÕES 60X60 CM, COM COM PINTURA ANTICORROSIVA, SEM ACABAMENTO, COM FERRAGENS, FIXAÇÃO COM ARGAMASSA, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	m²	2,40	699,20	2.113,04
7.9	090242	SEDOP	Porta mad. de lei miolo lençol de chumbo	m²	6,09	1.381,35	10.592,92
7.10	101965	SINAPI	PEITORIL LINEAR EM GRANITO OU MÁRMORE, L = 15CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA 1:6 COM ADITIVO. AF_11/2020	M	81,80	160,64	16.546,33
7.11	090822	SEDOP	Portão de ferro em metalom (incl. pintura anti corrosiva)	m²	24,00	490,17	14.813,33
7.12	102181	SINAPI	INSTALAÇÃO DE VIDRO TEMPERADO, E = 10 MM, ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_01/2021 PS	m²	20,75	625,99	16.356,12
7.13	102161	SINAPI	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 3 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021 PS	m²	2,40	408,97	1.235,94
7.14	13049	ORSE	Porta em alumínio lambril, cor branca ou bronze, de abrir ou correr, completa, inclusive caixilhos, dobradiças ou roldanas e fechadura	m²	1,68	598,41	1.265,91
8.0	FORRO						72.739,42
8.1	96114	SINAPI	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023 PS	m²	736,91	78,39	72.739,42
9.0	COBERTURA						162.736,84
9.1	92543	SINAPI	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m²	402,50	17,27	8.752,92
9.2	92604	SINAPI	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM AÇO, VÃO DE 4 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	UN	7,00	759,79	6.697,09
9.3	92606	SINAPI	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM AÇO, VÃO DE 5 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	UN	3,00	875,85	3.308,61
9.4	92580	SINAPI	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m²	119,04	45,71	6.851,71
9.5	235	ORSE	Telhamento com telha de fibrocimento ondulada esp = 6mm, fixada com parafuso. Rev 02	m²	644,00	53,07	43.035,78

9.6	12725	ORSE	Telhamento com telha em aço galvanizado, simples, trapezoidal, pré-pintada, TP40 - 0,65mm, Kingspan-Isoeste ou similar	m²	87,84	235,63	26.062,59
9.7	3657	ORSE	Vidro laminado 8mm (4+4 mm), incolor	m²	11,28	742,06	10.540,05
9.8	94223	SINAPI	CUMEEIRA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, INCLUSO ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO E IÇAMENTO. AF_07/2019	M	49,20	69,24	4.289,60
9.9	254	ORSE	Cumeeira em alumínio - 30cm de cada lado, e= 0,8mm	m	3,45	112,91	490,51
9.10	9433	ORSE	Rufo em chapa aço galvanizado nº24 com desenvolvimento 16cm	m	27,55	34,07	1.181,92
9.11	291	ORSE	Rufo em placa de concreto l = 0,34 m	m	28,55	76,20	2.739,40
9.12	101979	SINAPI	CHAPIM (RUFO CAPA) EM AÇO GALVANIZADO, CORTE 33. AF_11/2020	M	923,80	41,94	48.786,66
10.0	PINTURA						170.327,92
10.1	88485	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	3327,38	3,02	12.653,31
10.2	96135	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	m²	3327,38	24,45	102.441,51
10.3	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	3327,38	12,89	54.007,00
10.4	100740	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	m²	0,26	9,29	3,04
10.5	5213401	SICRO3	Pintura de faixa com tinta acrílica - espessura de 0,6 mm	m²	33,06	29,38	1.223,06
11.0	INSTALAÇÃO ELETRICA						998.319,25
11.1	91933	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTICHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	15,20	18,53	354,66
11.2	92994	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 120 MM², ANTICHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	12,00	157,11	2.373,99
11.3	91935	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTICHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	564,00	29,15	20.702,00
11.4	92998	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 185 MM², ANTICHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	76,00	233,17	22.314,18
11.5	92984	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTICHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	463,30	33,13	19.327,62
11.6	92986	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35 MM², ANTICHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	688,90	46,06	39.955,34
11.7	92988	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², ANTICHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	102,80	67,17	8.694,87
11.8	92990	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 70 MM², ANTICHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	114,40	93,25	13.432,89
11.9	91934	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTICHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	13,60	27,73	474,88
11.10	91926	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTICHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	6860,60	4,85	41.898,51
11.11	91928	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTICHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1208,70	7,57	11.521,50
11.12	92988	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², ANTICHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	110,30	67,17	9.329,23
11.13	91930	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTICHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	582,90	10,62	7.794,95
11.14	91937	SINAPI	CAIXA OCTOGONAL 3" X 3", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	48,00	15,10	912,67
11.15	91939	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" ALTA (2,00 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	33,00	28,24	1.173,47
11.16	91940	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	76,00	16,66	1.594,35
11.17	91941	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	138,00	10,99	1.909,73
11.18	97881	SINAPI	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF_12/2020	UN	11,00	157,98	2.188,21

11.19	97891	SINAPI	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M. AF 12/2020	UN	18,00	218,80	4.959,23
11.20	91993	SINAPI	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	UN	31,00	46,11	1.799,91
11.21	91997	SINAPI	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	UN	2,00	37,44	94,29
11.22	92001	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	UN	7,00	34,10	300,57
11.23	92008	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	UN	5,00	48,96	308,25
11.24	91992	SINAPI	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	UN	2,00	43,45	109,42
11.25	91996	SINAPI	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	UN	74,00	34,78	3.240,83
11.26	92000	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	UN	126,00	31,44	4.988,25
11.27	91981	SINAPI	INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	UN	41,00	50,75	2.620,08
11.28	91959	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	UN	14,00	45,79	807,22
11.29	91967	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	UN	4,00	61,76	311,07
11.30	9545	ORSE	Tomada 4p + t, blindada, de sobrepor, 16A - 220v	un	6,00	49,15	371,34
11.31	93653	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2020	UN	84,00	12,67	1.340,14
11.32	93660	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2020	UN	31,00	62,22	2.428,77
11.33	93661	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2020	UN	1,00	63,33	79,75
11.34	93662	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2020	UN	6,00	65,72	496,53
11.35	CPU 006	Próprio	DISJUNTOR BIPOLAR, CORRENTE NOMINAL 63A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	101,59	127,92
11.36	8911	ORSE	Disjuntor tripolar 100 A, com caixa moldada, corrente interrupção 20KA	un	6,00	446,46	3.373,09
11.37	9005	ORSE	Disjuntor tripolar 80 A com caixa moldada 10 kA	un	8,00	454,74	4.580,87
11.38	9067	ORSE	Disjuntor termomagnético tripolar 200 A com caixa moldada 10 kA	un	2,00	574,74	1.447,43
11.39	9034	ORSE	Disjuntor termomagnético tripolar 150 A com caixa moldada 10 kA	un	2,00	546,74	1.376,91
11.40	11383	ORSE	Disjuntor termomagnético tripolar 40 A com caixa moldada 10 kA	un	1,00	247,74	311,95
11.41	11382	ORSE	Disjuntor termomagnético tripolar 600 A com caixa moldada 10 kA	un	2,00	1.945,08	4.898,49
11.42	CPU 007	Próprio	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 175 V, CORRENTE MAXIMA DE *45* KA (TIPO AC) FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	36,00	149,17	6.762,06

11.43	CPU 008	Próprio	DISPOSITIVO DR. 4 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 80 A, TIPO AC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4,00	389,66	1.962,64
11.44	CPU 009	Próprio	DISPOSITIVO DR. 4 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 100A, TIPO AC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4,00	387,08	1.949,64
11.45	171395	SEDOP	Subestação aérea c/ transformador 225 KVA (incl. poste, acessórios e cabine de medição)	un	1,00	91.991,97	115.836,29
11.46	97894	SINAPI	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 1X1X0,6 M. AF_12/2020	UN	1,00	662,67	834,43
11.47	8020	ORSE	Fornecimento e instalação de grupo gerador, modelo GEHC-260, Heimer ou similar, potência stand-by 260KVA e potência contínua 234KVA, tensão:220/127V, frequência 60 Hz, c/quadro comando automatico, motor diesel 6CTAA8.3-G1, consumo:50 L/h	un	1,00	306.192,53	385.557,63
11.48	101658	SINAPI	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 138 W ATÉ 180 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025_PS	UN	12,00	536,91	8.112,92
11.49	100903	SINAPI	LÂMPADA TUBULAR LED DE 18/20 W, COM SOQUETE, BASE G13 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024_PS	UN	162,00	28,83	5.881,04
11.50	97608	SETOP	LUMINÁRIA ARANDELA TIPO TARTARUGA, COM GRADE, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA FLUORESCENTE DE 15 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	4,00	62,35	314,04
11.51	97593	SINAPI	LUMINÁRIA TIPO SPOT, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA FLUORESCENTE DE 15 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	35,00	16,85	742,61
11.52	100623	SINAPI	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO CURVO DUPLO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=9M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025	UN	6,00	2.256,86	17.051,03
11.53	354	ORSE	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 32mm (1")	m	304,90	17,55	6.737,97
11.54	356	ORSE	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 50mm (1 1/2")	m	49,50	24,85	1.548,91
11.55	352	ORSE	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 20mm (1/2")	m	1,50	11,34	21,42
11.56	357	ORSE	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 60mm (2")	m	7,70	34,44	333,92
11.57	358	ORSE	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 75mm (2 1/2")	m	1,00	45,90	57,80
11.58	359	ORSE	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 85mm (3")	m	144,70	56,07	10.216,30
11.59	353	ORSE	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 25mm (3/4")	m	1591,60	13,66	27.376,59
11.60	360	ORSE	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 110mm (4")	m	22,10	80,42	2.237,95
11.61	ED-49317	SETOP	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO LEVE, INCLUSIVE CONEXÕES, SUPORTES E FIXAÇÃO DN 20 (3/4")	m	20,00	20,78	523,32
11.62	8684	ORSE	Fornecimento e instalação de eletrocalha perfurada 100 x 100 x 3000 mm (ref. mopa ou similar)	un	131,70	102,04	16.921,97
11.63	96562	SINAPI	SUPORTE PARA ELETROCALHA LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA 400 MM, EM PERFILADO COM COMPRIMENTO DE 45 CM FIXADO EM LAJE, POR METRO DE ELETROCALHA FIXADA. AF_09/2023	M	87,80	52,86	5.844,08
11.64	101881	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 40 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	887,77	1.117,88
11.65	11112	ORSE	Quadro geral de distribuição, embutir, com barramento, em chapa de aço, medindo:1800x1100x250cm, exclusive disjuntores	un	1,00	10.256,40	12.914,86
11.66	12231	ORSE	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 48 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	un	8,00	1.318,18	13.278,82
11.67	12232	ORSE	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 56 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	un	1,00	2.046,59	2.577,07
11.68	13039	ORSE	Aterramento composto de 3 hastes de cobre Ø 5/8" x 2,40m, interligada com cabo de cobre 50mm2	un	2,00	471,08	1.186,37
11.69	98111	SINAPI	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO, CIRCULAR, EM POLIETILENO, DIÂMETRO INTERNO = 0,3 M. AF_12/2020	UN	28,00	57,72	2.035,07
11.70	96985	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	22,00	89,05	2.466,90
11.71	96989	SINAPI	CAPTOR TIPO FRANKLIN PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	1,00	149,54	188,30
11.72	171273	SEDOP	Cabo de cobre nú 50mm2	m	241,00	56,56	17.164,10
11.73	96973	SINAPI	CORDOALHA DE COBRE NU 35 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	M	495,00	75,65	47.152,95
11.74	91864	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	48,00	16,09	972,51
11.75	11273	ORSE	Caixa de equipotencialização em aço 200x200x90mm, para embutir com tampa, com9 terminais, ref:TEL-901 ou similar (SPDA)	un	1,00	390,79	492,08
11.76	171299	SEDOP	Ponto de solda exotérmica	pt	30,00	53,46	2.019,50
11.77	8795	ORSE	Terminal aéreo em aço galvanizado 3/8" x 50cm, com fixação horizontal	un	69,00	28,59	2.484,04
11.78	078031	SBC	CAIXA DE INSPECAO PVC SUSPENSA PARA ATERRAMENTO	UN	5,00	45,12	284,08

11.79	98463	SINAPI	SUPORTE ISOLADOR PARA FIXAÇÃO DA CORDOALHA DE COBRE EM ALVENARIA OU CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	195,00	24,26	5.956,90
11.80	7138	ORSE	Fornecimento e lançamento de cabo utp 4 pares cat 6	m	622,09	12,59	9.862,20
11.81	91940	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	3,00	16,66	62,93
11.82	91944	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 4" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	17,00	14,33	306,75
11.83	98307	SINAPI	TOMADA DE REDE RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	UN	20,00	52,76	1.328,71
11.84	91834	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	58,29	19,47	1.429,07
11.85	078028	SBC	PERFILADO PERFURADO 38x38x6000mm CHAPA 22	M	129,00	17,55	2.850,77
11.86	90462	SINAPI	SUPORTE PARA 2 TUBOS VERTICAIS, ESPAÇADO A CADA 150 CM, EM PERFILADO COM COMPRIMENTO DE 25 CM FIXADO EM PAREDE, POR METRO DE TUBULAÇÃO FIXADA. AF_09/2023	M	43,00	4,62	250,15
11.87	98302	SINAPI	PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	UN	1,00	1.184,59	1.491,64
11.88	1302	ORSE	Luva de pvc rígido roscável diâm = 1/2"	un	4,00	6,05	30,47
11.89	1303	ORSE	Luva de pvc rígido roscável diâm = 3/4"	un	200,00	6,91	1.740,21
11.90	1304	ORSE	Luva de pvc rígido roscável diâm = 1"	un	61,00	9,13	701,29
11.91	1306	ORSE	Luva de pvc rígido roscável diâm = 1 1/2"	un	10,00	18,40	231,69
11.92	1307	ORSE	Luva de pvc rígido roscável diâm = 2" Rev. 01 - 10/2022	un	1,00	36,02	45,36
11.93	1308	ORSE	Luva de pvc rígido roscável diâm = 2 1/2" Rev. 01 - 10/2022	un	1,00	34,36	43,27
11.94	1309	ORSE	Luva de pvc rígido roscável diâm = 3"- Rev_01_10/2022	un	32,00	44,78	1.804,38
11.95	1310	ORSE	Luva de pvc rígido roscável diâm = 4"	un	18,00	30,84	699,01
12.0	COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO						15.363,08
12.1	ED-50193	SETOP	EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO PÓ QUÍMICO 2 A:20 B:C, CAPACIDADE 6 KG	U	7,00	258,98	2.282,75
12.2	060062	SBC	LUMINARIA DE EMERGENCIA 2XLED 1200 BATERIA SELADA SEGURIMAX	UN	62,00	144,61	11.289,76
12.3	12888	ORSE	Placa de sinalizacao, fotoluminescente, em pvc , com logotipo "Extintor de incêndio portátil"- Placa E5	un	7,00	16,69	147,11
12.4	11853	ORSE	Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio, fotoluminescente, retangular, "20 x 40" cm, em pvc "2" mm anti-chamas (símbolos, cores e pictogramas conforme nbr 13434)	Un	66,00	18,64	1.549,12
12.5	14022	ORSE	Placa de sinalização de combate a incêndio modelo "M1", 45x45 cm, em PVC 2mm fotoluminescente	Un	1,00	74,92	94,34
13.0	CLIMATIZAÇÃO						201.499,75
13.1	103248	SINAPI	AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, HI-WALL (PAREDE), 12000 BTUS/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2021 PE	UN	33,00	2.078,99	86.389,52
13.2	103254	SINAPI	AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, HI-WALL (PAREDE), 24000 BTUS/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2021 PE	UN	12,00	3.785,43	57.199,36
13.3	89865	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	M	207,70	14,92	3.902,11
13.4	89866	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	105,00	6,50	859,40
13.5	89867	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	20,00	7,21	181,58
13.6	89869	SINAPI	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	2,00	9,07	22,84
13.7	CPU 010	Próprio	CAIXA PROTETORA PARAFUSADA EM RIPADO DE METALOM PARA PROTEÇÃO DE CAIXA CONDENSADORA	M2	79,20	530,89	52.944,94
14.0	ACESSIBILIDADE						43.568,02
14.1	170021	SBC	PISO TÁTIL DIRECIONAL ACO INOX PARAFUSADO (COM RANHURAS)	M	8,00	130,25	1.312,09
14.2	11902	ORSE	Piso tátil alerta pinado - Elementos em ABS revestido de inox (100 peças/m) -Rev 01_01/2022	m	19,00	154,39	3.693,75
14.3	7324	ORSE	Piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, colorido, p/deficientes visuais, dimensões 25x25cm, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base	m²	42,56	153,80	8.242,38
14.4	8804	ORSE	Mapa tátil em acrílico medindo 70 x 50cm, com suporte em chapa em ferro 1" e tubo de ferro galvanizado ø=4", pintados e placa em granito cinza andorinha	un	1,00	3.934,12	4.953,84
14.5	13110	ORSE	Barra de apoio, reta, fixa, em aço inox, l=40cm, d=1 1/4", Jackwal ou similar	un	2,00	111,65	281,18
14.6	100866	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 60CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	7,00	378,55	3.336,69
14.7	100867	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4,00	403,90	2.034,36
14.8	100868	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	5,00	420,76	2.649,10

14.9	ED-48167	SETOP	BARRA DE APOIO EM AÇO INOX POLIDO PARA LAVATÓRIO DE CANTO, DIÂMETRO DE 1.1/4", PARA ACESSIBILIDADE (PMR/PCR), INSTALADO EM PAREDE, INCLUSIVE ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO	un	6,00	158,03	1.193,95
14.10	100875	SINAPI	BANCO ARTICULADO, EM AÇO INOX, PARA PCD, FIXADO NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2020	UN	3,00	1.374,34	5.191,71
14.11	100874	SINAPI	PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2020	UN	4,00	378,55	1.906,68
14.12	11935	ORSE	Corrimão Central em tubo ferro galvanizado, superior alt=1,10m, barras intermediárias alt=0,92m e 0,70m de cada lado, diam= 1.1/2" inclusive as verticais de apoio.	m	24,58	235,66	7.293,94
14.13	5213863	SICRO3	Suporte metálico galvanizado para placa de advertência ou regulamentação - lado ou diâmetro de 0,60 m - fornecimento e implantação	un	2,00	463,62	1.167,58
14.14	5213486	SICRO3	Placa em alumínio composto, espessura de 3,0 mm, modulada, aérea - película retrorrefletiva tipo I + III - fornecimento e implantação	m²	0,26	949,22	310,77
PAISAGISMO							22.016,10
15.1	98504	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS. AF 07/2024	m²	817,08	15,81	16.266,39
15.2	98518	SINAPI	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 4,00 M. AF 07/2024	UN	4,00	227,38	1.145,27
15.3	98511	SINAPI	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF 07/2024	UN	5,00	244,90	1.541,89
15.4	9869	ORSE	Planta - Ixora amarela (ixora coccinea yellow), fornecimento e plantio	un	25,00	23,56	741,67
15.5	7669	ORSE	Planta - Agave (agave angustifolia), fornecimento e plantio	un	34,00	54,21	2.320,88
DRENAGEM							10.928,49
16.1	2003618	SICRO3	Boca de lobo simples - BLS 01 - areia e brita comerciais	un	1,00	1.107,64	1.394,74
16.2	92835	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF 03/2024	M	22,00	256,62	7.108,99
16.3	6416	ORSE	Tampa de concreto para caixas de passagem 1,00x1,00mx0,07m	un	1,00	171,03	215,36
16.4	90091	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF 09/2024	m³	25,58	5,76	185,53
16.5	95241	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF 01/2024	m²	1,65	49,41	102,66
16.6	96622	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF 01/2024	m³	0,08	474,64	47,81
16.7	96624	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF 01/2024	m³	1,98	406,59	1.013,72
16.8	6316	ORSE	Lastro de areia	m³	1,98	140,50	350,30
16.9	93382	SINAPI	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF 08/2023	m³	17,04	23,74	509,38
PASSEIO							19.367,77
17.1	94263	SINAPI	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 13 CM BASE X 22 CM ALTURA. AF 01/2024	M	57,30	42,52	3.067,91
17.2	94267	SINAPI	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA. AF 01/2024	M	68,27	76,48	6.574,65
17.3	92402	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO 16 FACES DE 22 X 11 CM, ESPESSURA 6 CM. AF 10/2022	m²	72,37	106,72	9.725,21
GASES MEDICINAIS							260.421,53
18.1	CPU 011	Próprio	TUBO DE COBRE - CLASSE A, 15MM, LIMPEZA QUÍMICA, ESTERELIZAÇÃO E CONEXÕES	M	300,00	134,13	50.668,95
18.2	055111	SBC	TUBO DE COBRE CLASSE A - 22mm COM CONEXOES	M	150,00	198,69	37.528,57
18.3	055091	SBC	TUBO DE COBRE CLASSE A 28mm COM CONEXOES	M	150,00	543,66	102.686,50
18.4	055092	SBC	TUBO DE COBRE CLASSE A 35mm COM CONEXOES	M	55,00	680,31	47.115,55
18.5	00039328	SINAPI	PERFILADO PERFURADO 19 X 38 MM, CHAPA 22	M	92,00	6,09	705,50
18.6	00039996	SINAPI	VERGALHAO ZINCADO ROSCA TOTAL, 1/4" (6,3 MM)	M	250,00	5,27	1.659,00
18.7	9832	ORSE	Porca sextavada zincada 1/4" (fornecimento e colocação)	un	945,00	1,62	1.927,71
18.8	9816	ORSE	Arruela lisa zincada d=1/4"	un	945,00	0,42	499,78
18.9	9975	ORSE	Abraçadeira metálica tipo "D" de 1/2"	un	210,00	5,45	1.441,15
18.10	8441	ORSE	Abraçadeira metálica tipo "D" de 3/4"	un	80,00	5,5	554,05
18.11	12140	ORSE	Abraçadeira metálica tipo "D" de 1"	un	236,00	5,72	1.699,82
18.12	7750	ORSE	Abraçadeira metálica tipo "D" de 1 1/4"	un	118,00	6,8	1.010,38
18.13	9815	ORSE	Caixa de válvula 60x55x37cm com tampa modelo VB STD6	un	2,00	349,58	880,38
18.14	3125	ORSE	Lixa d'água 360	fl	10,00	0,78	9,82
18.15	11831	ORSE	Fita vedacao teflon larg= 1/2" com 50m	un	9,00	12,9	146,19
18.16	8733	ORSE	Central manifold para cilindros 2 x 2 para oxigênio, ar comprimido e óxido nítrico com serpentina e sem válvula de alta pressão	un	2,00	1310,04	3.299,20

18.17	11213	ORSE	Régua p/gás medicinal, em alumínio, dimensões: 850x220x70mm, com: 01 ponto p/ oxigênio, 01 ponto p/ ar comprimido, 01 ponto p/ vácuo, 08 tomadas elétricas, 01 ponto p/ chamada de enfermagem (s/ o equipamento), mod. Square Line, VTC Vitatec ou similar	un	6,00	1136,83	8.588,98
19.0	DIVERSOS						100.483,89
19.1	252010	SEDOP	Bate maca em PVC tipo corrimão (incluindo capa, estrutura de suporte e fixação e acabamento)	m	36,62	353,16	16.284,88
19.2	252011	SEDOP	Bate maca em PVC tipo chapado (incluindo capa, estrutura de suporte e fixação e acabamento)	m	152,53	271,54	52.153,54
19.3	99814	SINAPI	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF 04/2019	m²	2592,76	1,67	5.452,22
19.4	9301	ORSE	Totem de sinalização c/estrutura em chapa galvanizada, hastes c/seção 14x8cm e h.total=2,86m, c/aplicação adesivo em recort sobreposto em dupla face, c/base em concreto armado (7'1x43cm), pintado, conforme modelo p/obra do Parque dos Caiueiros	un	1,00	13045,58	16.426,99
19.5	10709	ORSE	Letreiro em chapa galvanizada L=50cm, sem pintura ou plotagem em adesivo	m	6,00	99,14	749,02
19.6	9718	ORSE	Espelho de cristal 4mm com moldura de alumínio	m²	13,08	571,77	9.417,24
TOTAL SEM BDI							2.783.950,50
TOTAL DO BDI							974.082,02
TOTAL GERAL							3.758.032,50



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA-AP
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA.

LOCAL: SANTANA / AMAPÁ

Ref. Desonerado - SINAPI - 06/2025 -
Amapá
SBC - 07/2025 - Amapá
SICRO3 - 04/2025 - Amapá
ORSE - 05/2025 - Sergipe
SEDOP - 02/2025 - Pará
SETOP - 01/2025 - Minas Gerais

DATA: JULHO DE 2025

FOLHA RESUMO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CUSTOS
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	328.062,44
2.0	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	143.729,12
3.0	ESTRUTURAS	94.384,70
4.0	ALVENARIAS E REVESTIMENTOS	338.839,88
5.0	PISO	378.878,53
6.0	INSTALAÇÕES HIDROSSANITARIAS	133.239,83
7.0	ESQUADRIAS	263.125,94
8.0	FORRO	72.739,42
9.0	COBERTURA	162.736,84
10.0	PINTURA	170.327,92
11.0	INSTALAÇÃO ELETRICA	998.319,25
12.0	COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	15.363,08
13.0	CLIMATIZAÇÃO	201.499,75
14.0	ACESSIBILIDADE	43.568,02
15.0	PAISAGISMO	22.016,10
16.0	DRENAGEM	10.928,49
17.0	PASSEIO	19.367,77
18.0	GASES MEDICINAIS	260.421,53
19.0	DIVERSOS	100.483,89
TOTAL DESPESAS DIRETAS		R\$ 2.783.950,50
25,92%		R\$ 974.082,02
TOTAL COM BDI		R\$ 3.758.032,50



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Prefeitura Municipal de Santana/PMS
Central de Licitações
Av. Santana nº 2795, 2º andar
Bairro Paraíso Santana/AP

CONCORRÊNCIA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO N.º 924/2024-PMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA/AP, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

1 – PREÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA/AP, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
VALOR TOTAL R\$	

2 - CONDIÇÃO DOS PREÇOS PROPOSTOS:

2.1 - Os preços dos materiais, estão expressos em moeda corrente nacional, o "Real", com duas casas decimais após a vírgula, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

3.2 - Nos preços dos materiais, bem como todos os custos diretos e indiretos, encargos e demais despesas de qualquer natureza, relacionadas com o objeto da presente licitação, observada a legislação vigente.

3 - CONDIÇÕES GERAIS DA ENTREGA DO OBJETO:

3.1 - Declaramos estar cientes de todas as condições do presente edital, bem como dos seus anexos, e nos comprometemos a executar os materiais na conformidade e prazos estabelecidos.

4 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Estamos cientes de que os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa ao período de execução dos serviços, nos termos do presente Edital.

5 - DADOS BANCÁRIOS

5.1 - A proponente possui conta corrente nº....., na Agência nº no Banco _____ S.A.

6 - REPRESENTAÇÃO LEGAL

6.1 - Informamos que o Sr., RG nº, CPF nº,(cargo)....., é representante legal da empresa, nos termos da Cláusula do Contrato Social, podendo firmar contrato com a PREFEITURAMUNICIPAL DE SANTANA - PMS (quando o representante legal for sócio, diretor ou gerente).



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

7 - DECLARAÇÕES EXTRAS

7.1 - Declaramos aceitar todas as condições da presente Concorrência Eletrônica, comprometendo-nos a cumprir fielmente suas especificações e disposições, bem como nos sujeitar integralmente às disposições legais que regem as normas gerais sobre licitações e contratos no âmbito do Poder Público, ao qual nos sujeitamos em todos os seus termos.

8 - VALIDADE DA PROPOSTA:

8.1 - A presente Proposta é válida pelo prazo de dias (mínimo 90 dias), a partir desta data.

Santana-AP, de de 2026.

- CARIMBO DA EMPRESA,
- NOME E CARGO DA PESSOA QUE ASSINA

Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do CNPJ, endereço, telefone e número de fax, se houver.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

ANEXO III

(MODELO)

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

(Razão Social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada no endereço _____, na cidade de _____, por seu representante legal, CPF _____ e portador do RG _____, que ao final subscreve, DECLARA EXPRESSAMENTE a quem interessar possa e para fins de atendimento do edital e processo em referência, QUE:

- a) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Santana-AP ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- d) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- e) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- f) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- g) A declaração que a empresa possui percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica (30º do Decreto nº 2289-22-PMS).

_____, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do representante legal da empresa CPF:



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

ANEXO IV

(MODELO)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP

(Nome da empresa), estabelecida na _____ (rua; n.º e cidade), por seu representante legal _____ (nome do representante, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço domiciliar), declara, sob as penas da lei penal e civil, que a ora declarante está classificada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, perante (Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado), comprometendo-se ainda a informar caso deixe de ser enquadrada na condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, nos termos da lei.

(Cidade – UF), _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do declarante

(obs: a declaração deve ser apresentada em documento timbrado da empresa)



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

ANEXO V

(MODELO)

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE 16 ANOS, SALVO MENOR, A PARTIR DE 14 ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, NOS TERMOS DO ARTIGO 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO

A empresa [RAZÃO SOCIAL OU NOME FANTASIA DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], declara à PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA que **(EMPREGA OU NÃO EMPREGA)** MENOR DE 18 ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE 16 ANOS, SALVO MENOR, A PARTIR DE 14 ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, NOS TERMOS DO ARTIGO 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO

Cidade/UF, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de xxxx.

[ASSINATURA]

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

(obs: a declaração deve ser apresentada em documento timbrado da empresa)



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

ANEXO VI

(MODELO)

**DECLARAÇÃO DE VÍNCULO PARENTAL COM AGENTE PÚBLICO DA PREFEITURA DE SANTANA
NA COMPOSIÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA**

A empresa [RAZÃO SOCIAL OU NOME FANTASIA DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL] declara à Prefeitura Municipal de Santana que (POSSUI OU NÃO POSSUI) em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, com o PREFEITO e os SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SANTANA além das unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, Conforme inciso III, art. 7º da Lei 14.133/21.

Cidade/UF, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de xxxx.

[ASSINATURA]
[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

(obs: a declaração deve ser apresentada em documento timbrado da empresa)



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA OU
MODELO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE EXECUÇÃO**

DECLARAÇÃO (MODELO A)*

(Este modelo deverá ser emitido na forma e teor pelo departamento competente)

DECLARO, para atender às exigências do Edital de **CONCORRÊNCIA Nº 009/2026 – SCL/SEMAD/PMS**, destinada à **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA/AP”**, conforme memorial descritivo e técnicas constantes no Projeto Básico, além das condições do Edital e as especificações constantes do Projeto Básico, memoriais descritivos, especificações técnicas e orçamentos, que o Responsável Técnico Senhor xxxxxx função (descrever qual a função na empresa) xxxxxxxx, compareceu ao local da obra em/...../202x, onde tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da mencionada licitação, de acordo com o de acordo com o parágrafo § 2º, do art. 63, da Lei Federal nº 14.133/21.

(LOCAL, DATA, ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL PELA VISITA).

DECLARAÇÃO (MODELO B)**

(Este modelo deverá ser emitido na forma e teor pelo Sócio da Empresa Licitante)

DECLARO, para atender às exigências do Edital de **CONCORRÊNCIA Nº 009/2026 – SCL/SEMAD/PMS**, destinada à **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA/AP”**, conforme memorial descritivo e técnicas constantes no Projeto Básico, além das condições do Edital e as especificações constantes do Projeto Básico, memoriais descritivos, especificações técnicas e orçamentos, Empresa que tenho pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da mencionada licitação, de acordo com o parágrafo § 3º, do art. 63, da Lei Federal nº 14.133/21 e assumo total responsabilidade por esse fato e não utilizarei para quaisquer questionamentos futuros que sejam avenças técnicas ou financeiras com a Prefeitura Municipal de Santana.

(LOCAL, DATA, CARIMBO E ASSINATURA DO SÓCIO DA EMPRESA E DO TÉCNICO RESPONSÁVEL DA EMPRESA).

*Caso a empresa licitante deseje efetuar a visita para obtenção das informações necessárias sobre o local onde os serviços serão executados (APRESENTAR SOMENTE A DECLARAÇÃO MODELO A).

**Caso a empresa licitante tenha conhecimento das informações necessárias sobre o local onde os serviços serão executados e não deseje efetuar a visita (APRESENTAR SOMENTE DECLARAÇÃO MODELO B).



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

ANEXO VIII

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA-AP

Ref. CONCORRÊNCIA Nº XXXX/2025

A empresa....., inscrita no CNPJ sob o n.º....., por intermédio de seu representante legal, o(a) SR(a)....., portador(a) da célula de representante n.º....., DECLARA, para os devidos fins, que possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e/ou com a Administração Público.

CONTRATANTE	VIGENCIA DA CONTRATAÇÃO	VALOR RESIDUAL DA CONTRATAÇÃO	1/12 DA CONTRATAÇÃO
TOTAL DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS			

Nome do Município/UF, __de__ de__.

Identificação e assinatura de Responsável do Licitante



**PREFEITURA
DE SANTANA**

**Secretaria Municipal
de Administração**
Subsecretaria da Central de Licitações

EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

ANEXO IX



Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
84/2024	JULIANO ARANHA DOS SANTOS	20/08/2024 09:34
Objeto da Matriz de Riscos		
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Atrasos nos pagamentos das medições, acima dos prazos legais definidos por Lei, ocasionando o retardo na continuidade dos serviços contratados.	Falhas no fluxo de pagamento, falta de planejamento financeiro adequado, burocracia excessiva ou desorganização administrativa.	Planejamento	Administração	Extremo	
Impactos						
1	Interrupção ou suspensão dos serviços contratados, insatisfação do contratado, penalidades contratuais, possíveis demandas judiciais, atrasos no cronograma de execução e comprometimento da qualidade da entrega.					
Ações Preventivas						
P-01	Elaborar um plano de pagamento claro e transparente, com previsão orçamentária adequada, e estabelecer procedimentos internos para agilizar o processamento das medições e pagamentos.			Responsáveis: JULIANO ARANHA DOS SANTOS, MATHEUS DOS SANTOS AMANAJAS, LUCAS BENEDITO GAMA CARDOSO		
Ações de Contingência						
C-01	Em caso de atrasos nos pagamentos, buscar a negociação com o contratado, realizar um diagnóstico das causas dos atrasos e implementar medidas corretivas para agilizar os pagamentos, garantindo assim a continuidade dos serviços contratados. Adicionalmente, é possível buscar apoio jurídico para lidar com possíveis penalidades contratuais e eventuais demandas judiciais.			Responsáveis: JULIANO ARANHA DOS SANTOS, MATHEUS DOS SANTOS AMANAJAS, LUCAS BENEDITO GAMA CARDOSO		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

JULIANO ARANHA DOS SANTOS
Chefe do departamento de projetos elétricos

LUCAS BENEDITO GAMA CARDOSO

Chefe do departamento de projetos civil

MATHEUS DOS SANTOS AMANAJAS

Coordenador de projetos e obras estratégicas

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANALISE_RISCO_UPA_FONTE_NOVA_assinado_assinado_assinado (1).pdf (281.01 KB)

**Anexo I -
ANALISE_RISCO_UPA_FONTE_NOVAassinadoassinado
(1).pdf**



PREFEITURA DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
GABINETE DO SECRETÁRIO

ANEXO III

ANEXO III – ANÁLISE DE RISCO DA CONTRATAÇÃO

Unidade:		
Processo de Análise: Contratação de empresa especializada para reforma e ampliação da Unidade de Pronto Atendimento - UPA Fonte Nova	Data: 17/06/2024	Versão: 01
Objetivo Fixado: Contratação de empresa		
Fase Processual: Planejamento da Contratação e Fiscalização de Processo.	Etapas: Gerenciamento de Risco	
Documentos Base: Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016 e Art. 38 IN SGD/ME nº 1, de 2019.		
Metodologia Base: Esse processo de gerenciamento de risco está associado apenas contratação de empresa especializada para reforma e ampliação da Unidade de Pronto Atendimento - UPA Fonte Nova, a fim de atender as necessidades da comunidade. Nesse sentido, procurou-se um alinhamento com o Manual de Gestão de Riscos construído pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP).		

FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCO				AVALIAÇÃO DOS RISCOS						
EVENTO DE RISCO	CAUSA	IMPACTOS	CATEGORIA	RISCO INERENTE			AÇÕES PREVENTIVAS	Sistema de Controle		
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco		DESCRIÇÃO DO CONTROLE PREVENTIVO	DESCRIÇÃO DA CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Indisponibilidade de ata de registro de preço na CLC para o objeto demandado.	Falha no processo de registro de preço ou ausência de ata de registro de preço para o objeto específico em questão.	Dificuldade em estabelecer um preço de referência para a contratação, o que pode levar a problemas na definição dos valores contratuais e na escolha dos fornecedores.	Operacional	B	Severo	Ação de médio e curto prazo	Instruir um processo para contratação regular junto à CLC adequada para o objeto.	Estabelecer procedimentos claros para o registro de preço, garantindo que todas as aquisições necessárias sejam devidamente contempladas e registradas.	Em caso de indisponibilidade da ata de registro de preço, realizar uma avaliação técnica e de mercado para estabelecer um preço de referência alternativo, utilizando métodos e fontes confiáveis de pesquisa, garantindo assim a definição adequada dos valores contratuais e a transparência no processo de contratação.	CPL



PREFEITURA DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
GABINETE DO SECRETÁRIO

Ausência de Plano Anual de Contratações.	Falta de planejamento adequado ou desatenção às obrigações legais e regulatórias relacionadas à elaboração do Plano Anual de Contratações.	Dificuldade em identificar as necessidades de contratação, atrasos nos processos licitatórios, possibilidade de contratações emergenciais e falta de transparência na gestão dos recursos públicos.	Operacional	C	Moderado	Monitoramento e Gestão	Implementar um processo de elaboração e atualização regular do Plano Anual de Contratações, considerando os requisitos legais e as diretrizes institucionais.	Estabelecer um fluxo de trabalho claro para a elaboração do Plano Anual de Contratações, envolvendo as áreas responsáveis e as partes interessadas, e garantir que os prazos sejam cumpridos.	Em caso de ausência do Plano Anual de Contratações, realizar uma análise detalhada das necessidades de contratação em tempo hábil, seguindo os procedimentos legais e regulatórios pertinentes, a fim de evitar a contratação emergencial e garantir a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos.	CPL
Ausência de Estudos Técnicos Preliminares.	Falta de análise prévia e detalhada das necessidades técnicas e requisitos do projeto antes da realização da contratação.	Possibilidade de contratação inadequada, escolha de fornecedores incompatíveis com as necessidades do projeto, aumento do risco de falhas técnicas e insatisfação do contratante.	Operacional	C	Moderado	Monitoramento e Gestão	Realizar Estudos Técnicos Preliminares antes de iniciar o processo de contratação, a fim de garantir a compreensão adequada das necessidades técnicas e dos requisitos do objeto.	Estabelecer uma política organizacional que exija a realização dos Estudos Técnicos Preliminares como parte integrante do processo de contratação, incluindo a definição clara de responsabilidades e prazos para sua execução.	Em caso de ausência dos Estudos Técnicos Preliminares, realizar uma avaliação técnica adicional durante o processo licitatório para garantir que os fornecedores atendam às especificações técnicas necessárias, buscando o apoio de especialistas e consultores externos, se necessário.	SEMSA
Ausência de Mapeamento de Processos relacionados à contratação de serviços.	Falta de planejamento e organização adequados para identificar e documentar os processos envolvidos na contratação.	Desconhecimento dos fluxos de trabalho, lacunas na comunicação entre as partes envolvidas, falta de clareza nas responsabilidades e possibilidade de erros ou retrabalho.	Operacional	D	Moderado	Risco Controlável	Realizar o mapeamento dos processos relacionados à contratação, visando identificar etapas, responsabilidades, interfaces e fluxos de informação.	Implementar um plano de mapeamento de processos como parte integrante do planejamento da contratação, envolvendo as áreas responsáveis e documentando adequadamente os fluxos de trabalho.	Em caso de ausência do Mapeamento de Processos, conduzir uma revisão detalhada dos procedimentos existentes e buscar o apoio de especialistas em gestão de processos para identificar lacunas e estabelecer fluxos de trabalho mais eficientes e claros, minimizando assim o risco de retrabalho e falhas na execução.	CPL/SEMOP



PREFEITURA DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
GABINETE DO SECRETÁRIO

FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCO				AVALIAÇÃO DOS RISCOS						
EVENTO DE RISCO	CAUSA	EFEITO/CONSEQUÊNCIA	CATEGORIA	RISCO INERENTE			RESPOSTA AO RISCO	Sistema de Controle		
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco		DESCRIÇÃO DO CONTROLE PREVENTIVO	DESCRIÇÃO DA CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Análise de custo orçamentário de contratação deficiente para o serviço em questão.	Falta de avaliação adequada dos custos envolvidos na contratação do serviço, incluindo aspectos como mão de obra, materiais, encargos sociais e demais despesas relacionadas.	Risco de orçamento insuficiente, atrasos na execução do serviço, necessidade de realocação de recursos financeiros durante o processo de contratação e possibilidade de paralisação da atividade.	Operacional	C	Moderado	Monitoramento e Gestão	Realizar uma análise detalhada dos custos envolvidos na contratação, considerando todas as despesas e aspectos relevantes.	Estabelecer diretrizes claras para a análise de custos durante o planejamento da contratação, incluindo a obtenção de orçamentos, cotações e análise comparativa de preços.	Em caso de análise de custo orçamentário deficiente, realizar uma revisão criteriosa do orçamento, buscando ajustes ou realocações de recursos financeiros, buscando também renegociação com fornecedores e ações corretivas para garantir a execução adequada do serviço dentro das possibilidades financeiras disponíveis.	SEMOP



PREFEITURA DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
GABINETE DO SECRETÁRIO

Atrasos nos pagamentos das medições, acima dos prazos legais definidos por Lei, ocasionando o retardo na continuidade dos serviços contratados.	Falhas no fluxo de pagamento, falta de planejamento financeiro adequado, burocracia excessiva ou desorganização administrativa.	Interrupção ou suspensão dos serviços contratados, insatisfação do contratado, penalidades contratuais, possíveis demandas judiciais, atrasos no cronograma de execução e comprometimento da qualidade da entrega.	Orçamentário	A	Severo	Ação imediata - Eliminar	Estabelecer um fluxo de pagamento ágil e em conformidade com os prazos legais, além de garantir a disponibilidade de recursos financeiros para cumprir com as obrigações contratuais.	Elaborar um plano de pagamento claro e transparente, com previsão orçamentária adequada, e estabelecer procedimentos internos para agilizar o processamento das medições e pagamentos.	Em caso de atrasos nos pagamentos, buscar a negociação com o contratado, realizar um diagnóstico das causas dos atrasos e implementar medidas corretivas para agilizar os pagamentos, garantindo assim a continuidade dos serviços contratados. Adicionalmente, é possível buscar apoio jurídico para lidar com possíveis penalidades contratuais e eventuais demandas judiciais.	SEMOP
---	---	--	--------------	---	--------	--------------------------	---	--	---	-------



PREFEITURA DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
GABINETE DO SECRETÁRIO

FASE DE ANÁLISE: PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCO				AVALIAÇÃO DOS RISCOS						
EVENTO DE RISCO	CAUSA	EFEITO/CONSEQUÊNCIA	CATEGORIA	RISCO INERENTE			RESPOSTA AO RISCO	Sistema de Controle		
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco		DESCRIÇÃO DO CONTROLE PREVENTIVO	DESCRIÇÃO DA CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Falha na compreensão das especificações pelo fornecedor.	Comunicação inadequada ou falta de clareza nas especificações técnicas e requisitos do contrato durante o processo de contratação.	Possibilidade de entrega de produtos ou serviços que não atendam às expectativas ou necessidades do contratante, retrabalho, atrasos na execução do contrato e insatisfação das partes envolvidas.	Operacional	B	Severo	Ação de Médio e Curto Prazo	Estabelecer um processo de comunicação efetiva com os fornecedores, garantindo que as especificações e requisitos sejam claramente compreendidos e alinhados.	Elaborar documentação técnica detalhada, como projetos, manuais ou especificações técnicas, e realizar reuniões de esclarecimento com os fornecedores para garantir que todas as informações sejam compreendidas corretamente.	Em caso de falha na compreensão das especificações pelo fornecedor, estabelecer um processo de revisão e ajuste, buscando o alinhamento das expectativas entre as partes e a correção de eventuais equívocos, além de implementar ações corretivas para mitigar os impactos e atrasos decorrentes.	SEMOP
Não alcançar todos os possíveis interessados em participar da seleção.	Má segmentação do público-alvo e/ou falta de divulgação adequada.	Baixa participação e possibilidade de perda de candidatos qualificados.	Imagem	C	2	Monitoramento e Gestão	Aumentar os canais de divulgação, explorar diferentes mídias e redes sociais, utilizar estratégias de marketing direcionadas.	Realizar uma pesquisa detalhada sobre os fornecedores, definir uma estratégia de divulgação eficaz, acompanhar os resultados da divulgação e ajustar a estratégia, se necessário.	Caso o número de interessados seja insuficiente, realizar uma nova divulgação direcionada a um público mais amplo, reavaliar os critérios de participação, ou considerar a reabertura do processo.	SEMOP



PREFEITURA DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
GABINETE DO SECRETÁRIO

Não haver interessados.	Falta de atratividade do projeto, falta de divulgação eficaz.	Impossibilidade de seleção e desenvolvimento da contratação.	Operacional	B	4	Ação de médio e curto prazo	Rever a proposta do projeto, torná-la mais atraente, identificar e comunicar claramente a necessidade e os riscos do fornecimento deficiente.	Realizar pesquisas de mercado, entender as necessidades e expectativas do público-alvo, ajustar o projeto de acordo com os resultados obtidos.	Caso não haja interessados, reavaliar a viabilidade do projeto, considerar possíveis ajustes ou buscar novas estratégias para atrair participantes.	CPL/ SEMOP
Faltar aos interessados clareza sobre aspectos da contratação.	Comunicação inadequada, falta de informações detalhadas.	Dúvidas, desinformação, possibilidade de desistência por parte dos interessados.	Imagem	C	2	Monitoramento e Gestão	Elaborar materiais claros e detalhados sobre o projeto, disponibilizar canais de comunicação para esclarecimentos, realizar reuniões informativas.	Realizar uma revisão cuidadosa das informações disponibilizadas, utilizar linguagem clara e acessível.	Caso surjam dúvidas, fornecer respostas rápidas e precisas, disponibilizar canais de comunicação para esclarecimentos adicionais.	CPL/ SEMOP
Faltar à sociedade transparência sobre o acompanhamento do projeto.	Falta de divulgação de relatórios, falta de prestação de contas.	Desconfiança da sociedade, questionamentos sobre a aplicação dos recursos, possíveis processos administrativos ou judiciais.	Imagem	C	3	Monitoramento e Gestão	Estabelecer canais de comunicação com a sociedade, divulgar periodicamente relatórios de acompanhamento do projeto, prestar contas de forma transparente.	Definir desde a abertura do processo quais informações serão disponibilizadas e com que frequência, estabelecer indicadores de acompanhamento, envolver órgãos de fiscalização e controle.	Caso ocorram questionamentos, fornecer informações adicionais, justificativas e esclarecimentos, cooperar com os órgãos responsáveis pela fiscalização e responder às demandas de transparência.	SEMOP



PREFEITURA DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
GABINETE DO SECRETÁRIO

Ausência de pesquisa de preço nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 01/2021 - PGE.	Falta de conhecimento ou negligência em relação às obrigações legais de realizar a pesquisa de preço de forma adequada e em conformidade com a legislação vigente.	Possibilidade de contratação com preços acima do valor de mercado, desperdício de recursos públicos, falta de transparência na gestão e potencial questionamento da contratação.	Legal	D	Moderado	Risco Controlável	Adotar procedimentos adequados para realizar a pesquisa de preço conforme exigido pelo art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 01/2021 - PGE.	Estabelecer diretrizes claras e processos internos para garantir que a pesquisa de preço seja realizada de forma sistemática, considerando as orientações da legislação e documentando adequadamente os resultados.	Em caso de ausência de pesquisa de preço nos termos legais, conduzir uma análise retroativa para verificar a conformidade da contratação, buscando comprovar a economicidade e a vantajosidade dos preços praticados. Além disso, adotar medidas corretivas, como a negociação de valores ou a realização de novo processo licitatório, se necessário, para garantir a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos.	SEMOP
---	--	--	-------	---	----------	-------------------	--	---	--	-------



PREFEITURA DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
GABINETE DO SECRETÁRIO

FASE DE ANÁLISE: FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATO

IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCO				AVALIAÇÃO DOS RISCOS						
EVENTO DE RISCO	CAUSA	EFEITO/CONSEQUÊNCIA	CATEGORIA	RISCO INERENTE			RESPOSTA AO RISCO	Sistema de Controle		
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco		DESCRIÇÃO DO CONTROLE PREVENTIVO	DESCRIÇÃO DA CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Ausência de pessoal suficiente para a fiscalização de execução de contratos de serviços técnicos.	Insuficiência de recursos humanos designados para a função de fiscalização dos contratos, falta de planejamento adequado na alocação de pessoal ou restrições orçamentárias que impedem a contratação de profissionais.	Falta de monitoramento adequado da execução dos contratos, risco de descumprimento das cláusulas contratuais, baixa qualidade dos serviços prestados, possibilidade de sobrepreço ou cobranças indevidas, e potencial responsabilização do órgão contratante.	Operacional	C	Moderado	Monitoramento e Gestão	Buscar alternativas para garantir a presença de pessoal suficiente para a fiscalização dos contratos, como realocação de recursos internos.	Realizar um planejamento adequado, considerando a demanda de fiscalização necessária para cada contrato, e estabelecer critérios claros para a designação de pessoal responsável pela fiscalização, incluindo a definição de requisitos técnicos e a capacitação adequada dos fiscais.	Em caso de ausência de pessoal suficiente para a fiscalização, buscar medidas emergenciais como a redistribuição de tarefas internamente, a contratação de profissionais temporários ou o estabelecimento de parcerias com outros órgãos para auxiliar na fiscalização. Além disso, é possível rever os contratos existentes e renegociar prazos e cláusulas, se necessário, para acomodar a situação de falta de fiscalização adequada.	SEMOP



PREFEITURA DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
GABINETE DO SECRETÁRIO

Fiscalização ineficiente do contrato.	Falta de capacitação adequada dos fiscais, falta de recursos ou ferramentas necessárias para o monitoramento efetivo, falta de acompanhamento contínuo do desempenho contratual ou falhas nos processos de fiscalização estabelecidos.	Descumprimento de cláusulas contratuais, baixa qualidade dos serviços prestados, possibilidade de sobrepreço ou cobranças indevidas, atrasos na execução do contrato, falta de transparência e potencial responsabilização do órgão contratante.	Operacional	C	Moderado	Monitoramento e Gestão	Investir em capacitação adequada dos fiscais, garantir o fornecimento dos recursos e ferramentas necessárias para a fiscalização eficiente, estabelecer mecanismos de acompanhamento contínuo e adotar processos robustos de fiscalização contratual.	Estabelecer diretrizes claras para a fiscalização, incluindo critérios de seleção de fiscais, capacitação adequada, definição de indicadores de desempenho e criação de ferramentas para o registro e acompanhamento das atividades de fiscalização.	Em caso de fiscalização ineficiente, realizar uma revisão dos processos de fiscalização existentes, identificar falhas e implementar melhorias. Além disso, pode ser necessário adotar medidas corretivas para resolver problemas identificados e buscar o apoio jurídico necessário para lidar com possíveis litígios decorrentes da ineficiência da fiscalização.	SEMOP
--	--	--	-------------	---	----------	------------------------	---	--	---	-------



PREFEITURA DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
GABINETE DO SECRETÁRIO

Divergências nas quantidades a serem executadas na prestação dos serviços.	Falhas na especificação ou no levantamento das quantidades necessárias, falta de alinhamento entre as partes envolvidas, ausência de medições precisas ou alterações durante a execução do contrato.	Disputas contratuais, atrasos na execução do contrato, cobranças indevidas, insatisfação das partes envolvidas, potencial prejuízo financeiro e risco de paralisação do serviço.	Operacional	C	Moderado	Monitoramento e Gestão	Estabelecer mecanismos de controle e comunicação efetiva entre as partes, realizar medições precisas e regulares, documentar alterações e revisar periodicamente as quantidades especificadas.	Realizar um levantamento detalhado das quantidades necessárias, envolvendo especialistas e consultores técnicos, estabelecer procedimentos claros para medição e controle das quantidades durante a execução do contrato, e documentar qualquer alteração realizada.	Em caso de divergências nas quantidades, é necessário revisar os documentos contratuais, como o termo de referência ou o projeto, para identificar as especificações corretas. Se houver disputas, buscar a mediação ou a arbitragem, dependendo das cláusulas contratuais. Além disso, é importante revisar as medições realizadas e as notas fiscais emitidas, considerando os registros documentais disponíveis, para garantir a justiça e a exatidão dos pagamentos.	SEMOP
--	--	--	-------------	---	----------	------------------------	--	--	--	-------



PREFEITURA DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
GABINETE DO SECRETÁRIO

critérios de habilitação de fornecedor insuficientes e/ou inadequados para atender ao objeto contratado.	Falta de definição clara dos critérios de habilitação necessários para os fornecedores, ausência de análise adequada das capacidades técnicas, financeiras e operacionais dos fornecedores, falta de documentação necessária para a habilitação.	Contratação de fornecedores inadequados ou não qualificados, risco de interrupção ou falha na prestação dos serviços, aumento do custo ou atraso no contrato, possibilidade de não cumprimento dos requisitos legais ou regulatórios, potencial prejuízo financeiro e danos à reputação da organização.	Operacional	C	Moderado	Monitoramento e Gestão	Estabelecer critérios de habilitação claros e objetivos, realizar uma análise criteriosa das capacidades técnicas, financeiras e operacionais dos fornecedores, solicitar a documentação necessária para comprovar a habilitação e realizar verificações de referências e histórico dos fornecedores.	Definir previamente os critérios de habilitação, incluindo requisitos técnicos, financeiros e operacionais, documentar esses critérios de forma clara e objetiva, estabelecer um processo de análise consistente e realizar verificações de referências e histórico dos fornecedores.	Em caso de critérios de habilitação insuficientes, é necessário revisar os critérios existentes, buscar aprimorar a análise das capacidades dos fornecedores e adotar medidas corretivas para resolver problemas identificados. Se necessário, pode ser preciso rescindir contratos ou buscar novos fornecedores que atendam aos requisitos adequados.	CPL
--	--	---	-------------	---	----------	------------------------	---	---	--	-----

Legenda:

Resultado	Risco	Avaliação
1 - 2	Aceitável, Muito Baixo ou Baixo	Considerar possíveis ações.
		Manter as medidas de proteção.
		Garantir que as medidas atuais de proteção são eficazes.
3 - 4	Significante, Alto ou Muito Alto	Aprimorar com ações complementares.
		Devem ser realizadas ações para reduzir ou eliminar o risco.
		Garantir a implementação de proteções ou dispositivos de segurança.
5	Extremo ou Inaceitável	Ação imediata para reduzir ou eliminar o risco.
		Interromper atividade até eliminação ou redução do risco.



PREFEITURA DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
GABINETE DO SECRETÁRIO

MATHEUS DOS SANTOS AMANAJÁS

COORDENADOR DE PROJETOS E OBRAS ESTRATÉGICAS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO

RODRIGO SOUZA SILVA

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO

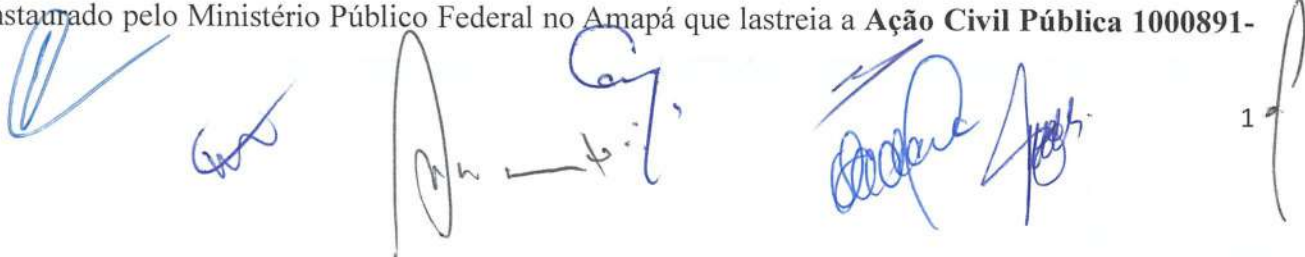
JULIANO ARANHA DOS SANTOS

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS ELÉTRICOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Doc. 01

ACORDO DE COMPOSIÇÃO DE DANOS

De um lado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por meio do Procurador da República **JOAQUIM CABRAL DA COSTA NETO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ**, por meio do Promotor de Justiça titular da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, Conflitos Agrários, Habitação e Urbanismo de Santana-AP, **ADILSON GARCIA DO NASCIMENTO** e do Promotor de Justiça titular da Promotoria da Comarca de Pedra Branca do Amapari-AP, **WUEBER DUARTE PENAFORT**; e de outro lado, a empresa **ANGLO FERROUS BRAZIL S.A.**, com sede na Rua Maria Luiza Santiago, nº 200, 9º andar, Bairro Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 09.295.979/0001-47, neste ato representada por **IVAN DE ARAÚJO SIMÕES FILHO**, brasileiro, separado, geólogo, RG nº 0.048.059.5540-DIC/RJ e CPF nº 485.145.605-06 e **GERSON FERREIRA DO RÊGO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o número 54.525 e no CPF sob o nº 748.376.727-87 ambos com endereço na Rua Maria Luiza Santiago, nº 200/9º andar, Bairro Santa Lúcia, CEP 30.360-740, Belo Horizonte/MG, aqui denominada empresa compromissada **ANGLO AMERICAN**, firmam o presente **ACORDO DE COMPOSIÇÃO DE DANOS**, título executivo extrajudicial, de conformidade com o disposto no art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e o art. 784, II e IX do Novo Código de Processo Civil, assinando como **BENEFICIADOS** o **MUNICÍPIO DE SANTANA**, com endereço na Av. Santana, n. 2913, bairro Paraíso, Santana-AP, CEP 68.928-060, CNPJ 23.066.640-0001-08, representado por seu Prefeito **OFIRNEY DA CONCEIÇÃO SADALA**; o **MUNICÍPIO DE SERRA DO NAVIO**, com endereço na rua A-1, n. 530, Centro, Serra do Navio-AP, CEP 68.948-000, CNPJ 34.925.230/0001-83, representado por seu Prefeito **ELSON BELO LOBATO** e o **MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI**, com endereço na av. Francisco Braz, n. 347, Centro, Pedra Branca do Amapari-AP, CEP 68.945-000, CNPJ 34.925.131/0001-00, representado pela sua Prefeita **ELIZABETH PELAES DOS SANTOS**, tendo em vista o que consta no **INQUÉRITO CIVIL nº 1.12.000.000190/2013-11**, instaurado pelo Ministério Público Federal no Amapá que lastreia a **Ação Civil Pública 1000891-**



55.2017.4.01.3100 em trâmite na 6ª. Vara Federal do Amapá e **INQUÉRITO CIVIL nº 0000714-08.2014.8.03.0002**, instaurado pelo Ministério Público do Estado do Amapá e, ainda:

CONSIDERANDO que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127, caput, da Constituição da República de 1988) e também dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

CONSIDERANDO que o art. 129, inciso II, da Constituição da República de 1988 dispõe ser função institucional do Ministério Público “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia”;

CONSIDERANDO que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito de todos, vez que imprescindível à sadia qualidade de vida desta e das futuras gerações, como determina o art. 225 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que à época do desabamento do terminal portuário localizado em Santana/AP, a empresa ANGLO FERROUS BRAZIL S.A. era a principal acionista da empresa ANGLO FERROUS AMAPÁ MINERAÇÃO LTDA., que explorava minério de ferro no Estado do Amapá, tendo sido esta última autorizada a instalar o empreendimento por meio das Licenças de Operação nº 0203/2012, bem como da Licença de Operação do Terminal Portuário nº 0018/2010 expedidas da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá;

CONSIDERANDO que em 28 de março de 2013, por volta das 00h15min, na área portuária de Santana, houve o colapso da área do cais flutuante da Empresa então denominada ANGLO FERROUS AMAPÁ MINERAÇÃO LTDA., que resultou no óbito de EGLISON NAZÁRIO DOS SANTOS, BENEDITO CLAUDIO LOPES, JOSMAR DE OLIVEIRA ABREU, MAIKO CLEY CARVALHO DA SILVA, MANOEL MORAES DE AZEVEDO E SOUZA e PEDRO COELHO RIBEIRO e lesão corporal em JOSÉ RINALDO CUNHA, cuja multiplicidade das possíveis causas que constam em diversos laudos, relatórios e documentos acostados aos autos do Inquérito Policial nº 145/2013, em trâmite na 1ª Delegacia de Santana/AP e outros procedimentos administrativos e judiciais não evidenciam em tese uma conduta de natureza dolosa, nem tampouco a assunção deliberada de riscos que indicassem previamente a possibilidade de provocar as mortes havidas ou o colapso da estrutura portuária;

CONSIDERANDO que após o acidente no porto de Santana a ANGLO AMERICAN continuou como titular do negócio de exploração de minério de ferro no Estado do Amapá até o dia 31.10.13;

CONSIDERANDO que, a partir de 01.11.13, a ANGLO AMERICAN foi efetivamente sucedida por empresa integrante de outro grupo econômico, aqui denominado ZAMIN;



CONSIDERANDO que em virtude do acidente ocorrido no Porto de Santana, ocorreu a abertura do Inquérito Policial nº 145/2013, em trâmite na 1ª. Delegacia de Polícia Civil de Santana/AP;

CONSIDERANDO que nesse mesmo inquérito apura-se a ocorrência ou não de dano ambiental às águas do rio Amazonas, por conta do carreamento de material sólido para o leito do mencionado rio, os óbitos e lesões corporais decorrentes do acidente;

CONSIDERANDO as informações divergentes contidas nos Laudos Periciais e nos estudos técnicos insertos nos autos quanto às verdadeiras causas do desabamento da área do cais flutuante da Empresa supramencionada;

CONSIDERANDO que, embora não existam provas conclusivas acerca da culpa da ANGLO AMERICAN no acidente havido em 28.03.2018, a ANGLO AMERICAN, diante do triste quadro social deixado pela empresa que a sucedeu no negócio, concorda em firmar acordo com os representantes do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL e dos Municípios que sofreram as consequências da paralisação das operações promovida pelas empresas do Grupo ZAMIN;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, embora cientes de que ANGLO AMERICAN e ZAMIN pertençam a grupos econômicos distintos, admitem celebrar esse termo de acordo apenas com a ANGLO AMERICAN, uma vez que o GRUPO ZAMIN jamais concordou em participar de qualquer tipo de negociação com o Ministério Público do Estado do Amapá ou com a Procuradoria da República no Amapá;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal, com a colaboração do Ministério Público do Estado do Amapá e a empresa ANGLO FERROUS BRAZIL S.A, têm, desde a abertura dos inquéritos, envidado os melhores esforços no sentido de alcançar uma composição amigável nas instruções dos Inquéritos Cíveis Públicos acima mencionados;

CONSIDERANDO que o termo de compromisso consensual é instituto consagrado pelo Estado Democrático de Direito, pois, de um lado, constitui meio alternativo para solução dos conflitos e, por outro, garante a proteção dos direitos e interesses difusos coletivos e individuais homogêneos, podendo prevenir, mitigar ou compensar impactos sociais e ambientais;

CONSIDERANDO que os Municípios afetados possuem demandas prioritárias e imediatas nas áreas de Educação, Cultura, Saúde e Infraestrutura que podem ser atendidas satisfatoriamente mediante o cumprimento dos termos da negociação do Ministério Público com a ANGLO FERROUS BRAZIL S.A, de modo a reparar os danos material e moral coletivos decorrentes do colapso do cais flutuante da referida empresa antes do término da instrução processual;



3

CONSIDERANDO que os meios alternativos de solução de conflitos possibilitam até a mitigação do princípio da indisponibilidade de ações penais públicas, tais como tem se verificado nos casos em que são aplicadas a colaboração premiada e o acordo de leniência;

CONSIDERANDO, ainda, para fins de analogia, que a Resolução nº 001/2017 do Conselho Superior do Ministério Público do Paraná estabeleceu parâmetros procedimentais e materiais a serem observados para celebração de composição, nas modalidades de compromisso de ajustamento de conduta e acordo de leniência, envolvendo até mesmo atos de improbidade administrativa, originariamente vedados no artigo 17, Parágrafo 1º da Lei 8.429/92.

CONSIDERANDO que a denominada Carta de Brasília, concebida no âmbito do CNMP reconhece que *“se faz necessária uma revisitação na atuação jurisdicional do Ministério Público, de forma a buscar a proatividade e a resolutividade da Instituição e, ao mesmo tempo, evitar a propositura de demandas judiciais em relação às quais a resolução extrajudicial é a mais indicada”*.

CONSIDERANDO que os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Amapá, de um lado e de outro a ANGLO FERROUS BRAZIL S.A lograram êxito em estabelecer as bases de um entendimento para firmarem o presente **ACORDO DE COMPOSIÇÃO DE DANOS dos Inquéritos Cíveis nº 1.12.000.000190/2013-11 e nº 0000714-08.2014.8.03.0002 e da Ação Civil Pública 1000891-55.2017.4.01.3100 em trâmite na 6ª. Vara Federal do Amapá:**

RESOLVEM as partes formalizar o presente Termo de **ACORDO DE COMPOSIÇÃO DE DANOS**, sem confissão meritória, não pressupondo assunção de dolo, culpa ou responsabilidades, haja vista que a referida matéria encontra-se em discussão nas diversas searas administrativas e judiciais, ainda sem solução de definitividade, o qual será regido pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I. DA INDENIZAÇÃO EM DINHEIRO POR DANO AMBIENTAL E URBANÍSTICO DIRETO E INDIRETO E DO DANO MORAL COLETIVO EXTRATRABALHISTA

A empresa compromissada **ANGLO FERROUS BRAZIL S.A.** assume as seguintes obrigações:

CLÁUSULA PRIMEIRA: como medida compensatória aos supostos e eventuais danos ambientais e sociais reflexos causados por conta do desabamento do seu terminal portuário localizado no Município de Santana e, em especial, por conta da decisão tomada pela empresa ZAMIN de paralisar as atividades da mina localizada em Pedra Branca do Amapari, da ferrovia Estrada de Ferro do Amapá e do porto privado de Santana, concorda e compromete-se a pagar a quantia de **R\$ 47.000.000,00 (QUARENTA E SETE MILHÕES DE REAIS):**



4

§ 1º: O montante do valor devido pela ANGLO FERROUS BRAZIL S.A será necessariamente destinado ao financiamento de projetos sociais e ações de políticas públicas adequados aos Eixos de atuação indicados no § 4º desta cláusula, na forma do § 5º, para a melhoria da qualidade de vida da coletividade dos Municípios de Santana-AP, Pedra Branca do Amapari-AP e Serra do Navio-AP a médio e longo prazo, mediante crédito em três contas judiciais, a serem criadas por ordem do Juízo da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amapá, as quais serão necessariamente vinculadas à Ação Civil Pública nº 1000891-55.2017.4.01.3100. Cada conta terá como beneficiário um dos municípios signatários e o gerenciamento de todas será realizado pelo Ministério Público Federal no Amapá e pelo Ministério Público do Estado do Amapá, respeitada a seguinte divisão:

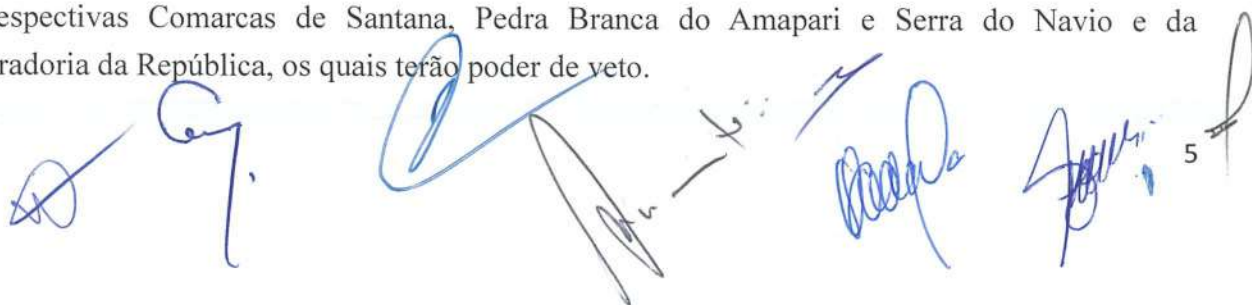
i. R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) serão destinados ao município de Santana/AP. O valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) será depositado em parcela única, na forma do § 2º abaixo e a quantia remanescente em etapas e datas ora estabelecidas.

ii. R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) serão destinados ao município de Pedra Branca do Amapari/AP. O valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) será depositado em parcela única, na forma do § 2º abaixo e a quantia remanescente em etapas e datas ora estabelecidas.

iii. R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) serão destinados ao município de Serra do Navio/AP. O valor de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) será depositado em parcela única, na forma do § 2º abaixo e a quantia remanescente em etapas e datas ora estabelecidas.

§ 2º: Na etapa inicial de cumprimento desse termo, a ANGLO FERROUS BRAZIL disponibilizará a quantia de R\$ 23.500.000,00 (vinte e três milhões e quinhentos mil reais) equivalente a 50% valor estabelecido no “caput” da Cláusula Primeira em até 20 (dias) dias úteis e os valores remanescentes serão pagos no prazo de 90 (noventa) dias úteis, ambos a contar da confirmação do arquivamento pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Conflitos Agrários, Habitação e Urbanismo da Comarca de Santana sob nº 0000714-08.2014.8.03.0002, ora transacionado e da homologação em juízo do presente acordo nos autos da Ação Civil Pública nº 1000891-55.2017.4.01.3100 em trâmite na 6ª Vara Federal do Amapá.

§ 3º: Os projetos serão encaminhados pela Prefeitura de cada um dos Municípios mencionados para apreciação e deliberação dos Promotores de Justiça titulares das Promotorias das respectivas Comarcas de Santana, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio e da Procuradoria da República, os quais terão poder de veto.



5

§ 4º: Os projetos sociais e ações de políticas públicas a que se refere o § 2º desta cláusula deverão adequar-se, alternativamente, aos seguintes Eixos de atuação: I – Educação e Cultura; II – Saúde e III – Infraestrutura.

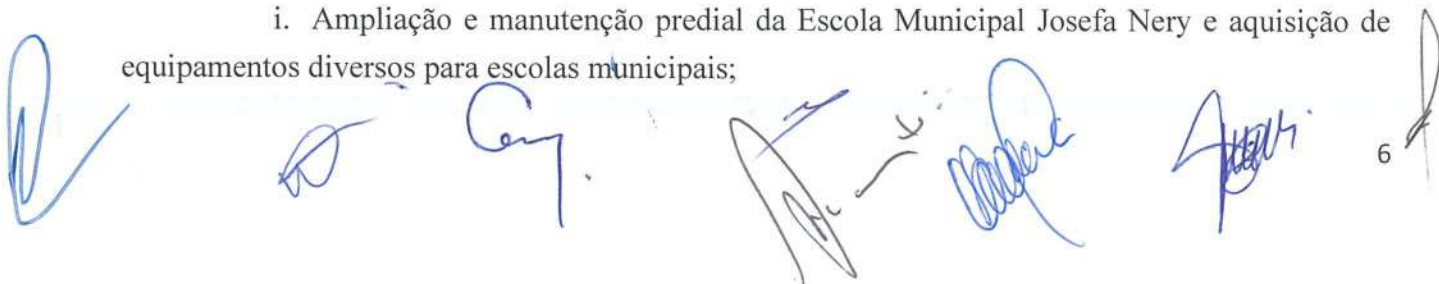
§ 5º: Os recursos destinados aos municípios beneficiários e ora signatários, oriundos do cumprimento deste Termo, deverão ser aplicados de maneira equânime entre os Eixos, de maneira que:

1 . O Município de Santana/AP destinará R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) à aplicação em projetos sociais e ações de políticas públicas relativos ao Eixo I – Educação e Cultura, e o restante nos Eixos II – saúde e III – Infraestrutura, totalizando a quantia de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Preferencialmente, aplicará os valores aportados pela ANGLO FERROUS BRAZIL em:

- i. Ações de melhoria das redes públicas de ensino;
- ii. Projetos habitacionais para remoção de moradores de áreas de preservação permanente e reciclagem de resíduos sólidos;
- iii. Obras visando a remediação da ex-Lixeira Pública de Santana;
- iv. Aquisição de equipamentos odontológicos, médicos e hospitalares, bem como na aquisição de ambulâncias para o Hospital Estadual de Santana e Unidades Básicas de Saúde dos Municípios de Santana;
- v. Melhorias do sistema viário urbano, incluindo asfaltamento, calçamento, sinalização e abrigos em pontos de ônibus de Santana;
- vi. Implantação do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) em Santana;
- vii. Transformação da Casa da Juventude – CAJU, em Centro de Referência em Políticas para a Juventude de Santana;
- viii. Criação da Banda Sinfônica Municipal Maestro Raimundo Vaz de Santana.

2. O Município de Pedra Branca do Amapari/AP destinará R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) à aplicação em projetos sociais e ações de políticas públicas relativos ao Eixo I – Educação e Cultura, e o restante nos Eixos II – Saúde e III – Infraestrutura, totalizando R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Preferencialmente, aplicará os valores aportados pela ANGLO FERROUS BRAZIL em:

- i. Ampliação e manutenção predial da Escola Municipal Josefa Nery e aquisição de equipamentos diversos para escolas municipais;



6

- ii. Aquisição de mamógrafo convencional e sistema de digitalização de imagens;
- iii. Conclusão do sistema de coleta de água potável, à revitalização da distribuição e à construção de reservatório;
- iv. Recapeamento asfáltico e à drenagem de águas pluviais no perímetro urbano do município;
- v. Implantação de sistema de iluminação pública;
- vi. Construção do Complexo Cultural de Pedra Branca do Amapari;
- vii. Construção de quadra poliesportiva;
- viii. Adequação, reforma e finalização do mercado municipal.

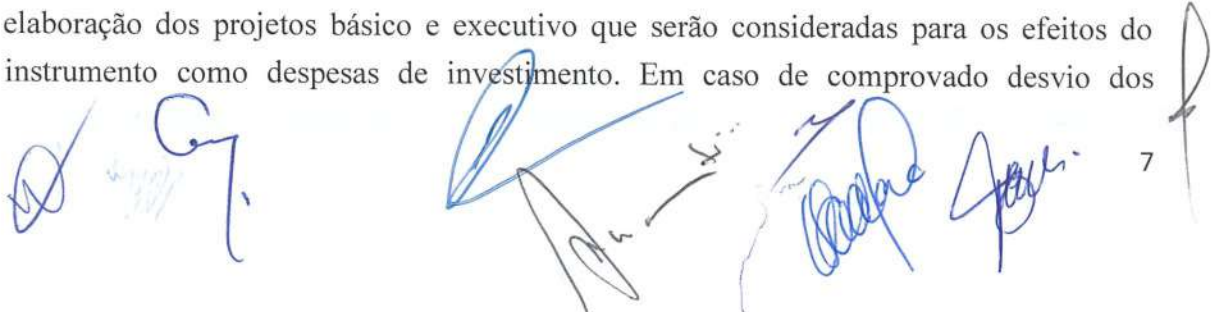
3. O município de Serra do Navio/AP destinará R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) à aplicação em projetos sociais e ações de políticas públicas relativos ao Eixo I – Educação e Cultura, e o restante nos Eixos II – Saúde e III – Infraestrutura, totalizando R\$ 7.000.000,00 (setes milhões de reais). Preferencialmente, aplicará os valores aportados pela ANGLO AMERICAN em:

- i. Construção da Escola Municipal no Distrito do Cachaço;
- ii. Restauração e ampliação do prédio do Manganês Esporte Clube, tombado e de propriedade do Município de Serra do Navio;
- iii. Mobilidade urbana na sede do Município, pavimentação de ruas, calçadas, meio-fio, arborização e restauração de praças públicas.

§ 6º: Após a realização dos depósitos nas datas acordadas acima, deve a empresa peticionar aos Ministérios Públicos Federal e Estadual e 6ª Vara Federal do Amapá, no prazo de 72 horas, com a juntada dos comprovantes bancários, sob pena de considerar-se descumprido o Termo e ser aplicada a multa descrita na Cláusula Quarta deste capítulo.

§ 7º: Os recursos estarão sob acompanhamento e estrita fiscalização dos Promotores de Justiça Estaduais de Santana, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari, além dos Procuradores da República do Ministério Público Federal com atribuições na área do meio ambiente, juntamente aos representantes da Comunidade, tudo na forma do Capítulo II, ALÉM DA EMPRESA DE AUDITORIA CONTRATADA PELA ANGLO - Protocolo de Obrigações (“Compliance”) deste Termo de Compromisso Consensual Conjunto.

§ 8º: Fica expressamente vedada a aplicação dos recursos em despesas de custeio, exceto a elaboração dos projetos básico e executivo que serão consideradas para os efeitos do presente instrumento como despesas de investimento. Em caso de comprovado desvio dos



7

recursos depositados pela ANGLO FERROUS BRAZIL em razão deste Termo, haverá a responsabilização judicial dos envolvidos no ilícito, por meio de ações de improbidade administrativa, ações civis públicas, ações penais e requisição de eventuais medidas cautelares cabíveis.

§ 9º: Na hipótese de serem identificadas irregularidades na execução dos valores depositados pela ANGLO FERROUS BRASIL serão eles transferidos ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) previsto pela Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e regulamentado pelo Decreto nº 1.306, de 9.11.1994.

CLÁUSULA SEGUNDA: Em todas as ações, projetos e obras executadas deverão constar a indicação e ser afixada uma placa medindo no mínimo 0,50 m x 0,80 m, contendo os seguintes dizeres: “Esta Obra foi executada com recursos oriundos do ACORDO DE COMPOSIÇÃO DE DANOS firmado entre o Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Amapá e a Anglo Ferrous Brazil S.A.”.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente Termo de ACORDO DE COMPOSIÇÃO DE DANOS tem força de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85 e constitui transação com a finalidade de extinguir os **Inquéritos Cíveis** já mencionados, em trâmite no Ministério Público Federal e na Promotoria de Justiça da Defesa do Meio Ambiente, Conflitos Agrários, Habitação e Urbanismo da Comarca de Santana, bem como a Ação Civil Pública número 1000891-55.2017.4.01.3100, proposta pelo Ministério Público Federal e ora em trâmite na 6ª Vara Federal do Amapá, a qual terá competência funcional para execução desse título EM CASO DE HOLOGAÇÃO PELO JUÍZO, PASSANDO A SER TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.

CLÁUSULA QUARTA: As partes convencionam que o descumprimento do presente Termo de ACORDO DE COMPOSIÇÃO DE DANOS no que tange à Cláusula Primeira deste capítulo sujeitará a empresa compromissada à multa fixa de 10% (dez por cento) sobre cada item não cumprido, reversível às contas judiciais vinculadas à Ação Civil Pública nº 1000891-55.2017.4.01.3100, que terão como beneficiários os municípios signatários e serão gerenciadas pelo Ministério Público Federal no Amapá e pelo Ministério Público do Estado do Amapá, tal qual promernorizado na Cláusula Primeira, nos termos dos artigos 5º, § 6º e 13, §1º da Lei 7.347/85, atualizável pelos índices de correção do IGP-M.

Parágrafo Único: Os gestores de cada município, uma vez expressamente autorizados pelos representantes do MPE em cada município, além do representante da Procuradoria da

República, poderão emprestar outra destinação ao valor da multa, desde que seja compatível com a prevenção de ilícitos ou a reparação de lesões ao meio ambiente, ou contribua, de forma direta ou indireta, para a melhoria da condição social da população, vedada também, no entanto, a utilização em despesas de custeio, exceto a elaboração dos projetos básico e executivo que serão consideradas para os efeitos do presente instrumento como despesas de investimento.

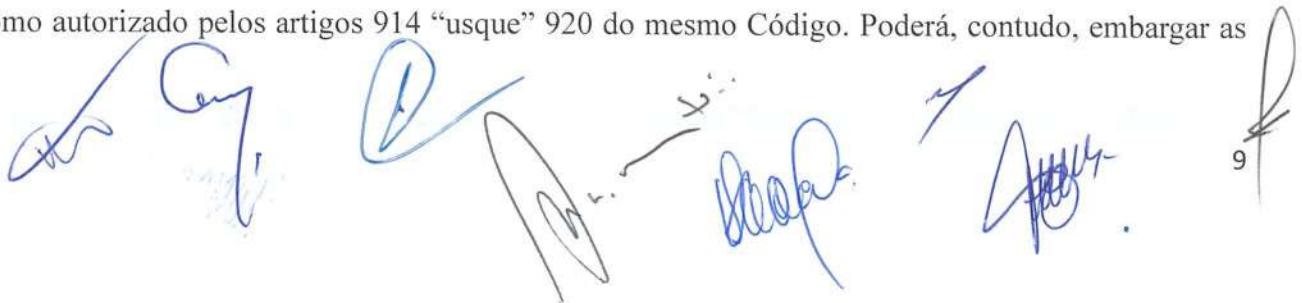
CLÁUSULA QUINTA: As ações, obras e projetos executados com os recursos oriundos do presente Termo serão fiscalizados por empresa independente especializada em auditoria em obras, a ser contratada às expensas da empresa **ANGLO FERROUS BRAZIL**, bem como os resultados dos trabalhos da auditoria serão apresentados aos representantes do Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual. A critério do MPF e do MPE, também poderão ser apresentados à sociedade mediante publicação no Diário Oficial do Estado do Amapá ou outro veículo de comunicação local relevante.

§ Primeiro: Para tal finalidade, a **ANGLO AMERICAN FERROUS BRAZIL** destinará a quantia máxima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais), sendo certo que tal empresa de auditoria atuará pelo período de 18 (dezoito) meses, contados a partir da primeira solicitação do Ministério Público Federal ou do Ministério Público Estadual.

§ Segundo: O escopo de trabalho da empresa especializada compreende a verificação de conformidade entre etapas planejadas e cumprimento de orçamentos para aplicação dos recursos a serem disponibilizados por este instrumento. O escopo de trabalho poderá abranger ainda as fases de revisão de projetos e orçamentos das etapas de licitações a serem feitas pelos Municípios a serem beneficiados com a assinatura do compromisso, excluídas, de outro lado, as fases de julgamento de propostas, averiguação de regularidade do processo licitatório, bem como de escolha dos concorrentes.

§ Terceiro: Deverá a **ANGLO FERROUS BRAZIL** também receber os relatórios de fiscalização previstos no “caput” desta cláusula, uma vez que demonstra interesse em acompanhar o andamento das obras e a correta utilização dos valores depositados, bem como em auxiliar o Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual a fiscalizar o uso dessas novas receitas por parte dos municípios beneficiários, na forma do item 5 da cláusula Primeira do Capítulo II desse Termo.

CLÁUSULA SEXTA: Fica estipulado, nos termos do artigo 190 do Código de Processo Civil, que a empresa **ANGLO FERROUS BRAZIL S.A.**, caso efetiva e comprovadamente descumpra o presente instrumento, não poderá embargar os termos do acordo, como autorizado pelos artigos 914 “usque” 920 do mesmo Código. Poderá, contudo, embargar as



9

disposições do presente termo, se os valores pagos não forem destinados da maneira prevista nesse documento e em inobservância às normas contidas no Capítulo II deste termo.

CLÁUSULA SÉTIMA: Fica eleito o Foro Federal da Seção de Macapá para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Termo de Compromisso Consensual Conjunto ou execução forçada em razão de descumprimento das cláusulas deste documento.

CAPÍTULO II. DAS REGRAS DE “COMPLIANCE”

CLÁUSULA PRIMEIRA: Das normas para movimentação e aplicação dos valores pagos pela empresa **ANGLO FERROUS BRAZIL S.A.:**

Item 1: Os valores depositados nas contas judiciais vinculadas à Ação Civil Pública nº 1000891-55.2017.4.01.3100, que terão como beneficiários os municípios signatários e serão gerenciadas pelo Ministério Público Federal no Amapá e pelo Ministério Público do Estado do Amapá somente poderão ser movimentados mediante prévia apresentação dos projetos sociais e ações de políticas públicas à Prefeitura de cada Município signatário, com a participação obrigatória do membro do Ministério Público do Estado do Amapá titular da Promotoria da Comarca do respectivo município beneficiário e do membro do Ministério Público Federal titular do 4º Ofício da Procuradoria da República no Amapá, com voz e voto, que terão poder de decidir pela aprovação ou rejeição das propostas e de sugerir mudanças e melhorias.

a) Nos serviços e obras cuja realização ocorra em mais de uma etapa, a liberação de valores para pagamento ocorrerá após a comprovação da execução de cada etapa, sem prejuízo da aquiescência do membro do Ministério Público do Estado do Amapá titular da Promotoria da Comarca do respectivo município beneficiário e do membro do Ministério Público Federal titular do 4º Ofício da Procuradoria da República no Amapá;

b) A pendência injustificada ou irregularidade na prestação de contas de quaisquer etapas das obras e serviços realizados com os recursos provenientes deste termo obstará a liberação de valores para a sua conclusão, bem como para a realização de outros projetos, por força da transferência compulsória ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos de que trata o § 9º da Cláusula Primeira do Capítulo I.

c) Todas as etapas serão analisadas pela empresa de auditoria contratada, fato que não exime o regular dever de fiscalização dos municípios na execução das obras e serviços.

Item 2: Os projetos serão encaminhados aos membros do Ministério Público do Estado titulares das Promotorias das Comarcas de Santana, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari e do Ministério Público Federal titular do 4º Ofício da Procuradoria da República no Amapá, bem como à empresa de auditoria contratada para apreciação por meio de documento



10

firmado pelo Prefeito e pelo Secretário Municipal responsável pela área onde o investimento será feito.

Item 3: Em observação contida no § 2º da Cláusula 1ª do Capítulo I deste Termo de Compromisso e, ainda, em consonância com o item anterior, os projetos remetidos ao MPE e ao MPF deverão ser detalhados, claros, precisos e fundamentados, de forma a serem utilizados nos Eixos de atuação de que trata o § 4º da Cláusula Primeira do Capítulo I deste termo. Os Municípios deverão comprovar a realização de concorrência pública para aquisição desses mesmos bens e serviços — bem como eventual ocorrência das hipóteses de licença e inexigibilidade, na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Item 4: Os membros dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, bem como a empresa de auditoria contratada atuarão de maneira conjunta na fiscalização do correto cumprimento das obrigações ora assumidas pela empresa compromissada, bem como do adequado uso dos valores depositados nas contas judiciais atribuídas aos Municípios, contando para tal mister da assistência profissional de empresa especializada a ser contratada para tal finalidade.

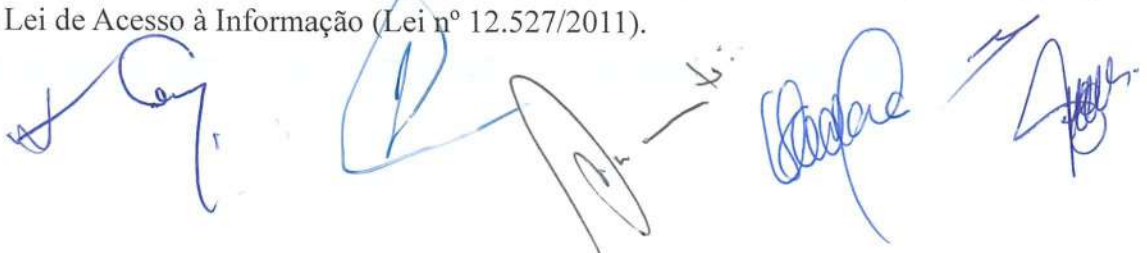
Item 5: Os Municípios beneficiários dos valores mencionados na Cláusula Primeira do Capítulo I deste Termo de Compromisso Conjunto deverão, na forma da lei, garantir que:

- a) O orçamento municipal contemplará as verbas pagas pela empresa signatária do presente termo;
- b) As quantias não serão utilizadas para despesas de custeio, exceto a elaboração dos projetos básico e executivo que serão consideradas para os efeitos do presente instrumento como despesas de investimento;
- c) Os orçamentos anuais dos anos seguintes ao da assinatura desse termo conterão expressa previsão de verba para a manutenção dos equipamentos comprados com os valores depositados pela ANGLO FERROUS BRASIL S/A, bem como garantirão que os projetos sociais e ações de políticas públicas mencionados nos Parágrafos 1º, 4º e 5º da Cláusula Primeira do Capítulo I deste Termo serão responsavelmente geridos.

Item 6: As contas bancárias de que trata este termo serão independentes entre si. Após a utilização da totalidade dos valores contidos em cada uma delas, que seguirá rigidamente as disposições deste termo, dar-se-á por cumprido o objetivo da respectiva conta e, portanto, haverá seu encerramento.

CLÁUSULA SEGUNDA: Observância aos princípios da Administração Pública

O presente Termo de Compromisso será pautado nos princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência e, ainda, com maior destaque, ao princípio da publicidade, previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, bem como ao princípio da transparência, que permeia toda a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).



Declararam os municípios beneficiários que estão cientes de que nenhuma outra reparação ou compensação será paga pela ANGLO FERROUS BRAZIL S/A ou qualquer outra empresa do grupo ANGLO AMERICAN além desses valores previstos nesse Termo por conta de eventuais danos materiais, ambientais, sociais ou morais coletivos e que decorram direta ou indiretamente do acidente ocorrido no porto de Santana no dia 28.03.2013. Serve o presente documento como termo de quitação irrevogável e irretratável.

Declararam, ainda, os municípios beneficiários, com fulcro no princípio da eficiência, que os projetos apresentados observarão, em seu todo, limites orçamentários condizentes com os valores listados nos §§ 1º e 5º da Cláusula 1º do Capítulo I desse Termo de acordo.

Caberá ao Ministério Público Estadual exercer seu poder de polícia de forma a garantir a boa divulgação dos atos administrativos referentes a esse termo de compromisso, permitindo que os cidadãos dos Municípios de Santana, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio recebam informações precisas, compreensíveis, atualizadas, facilmente acessíveis, a fim de fomentar a participação da sociedade no que se refere ao gerenciamento dos recursos destinados pela empresa signatária e ao controle social da gestão pública, na forma da lei.

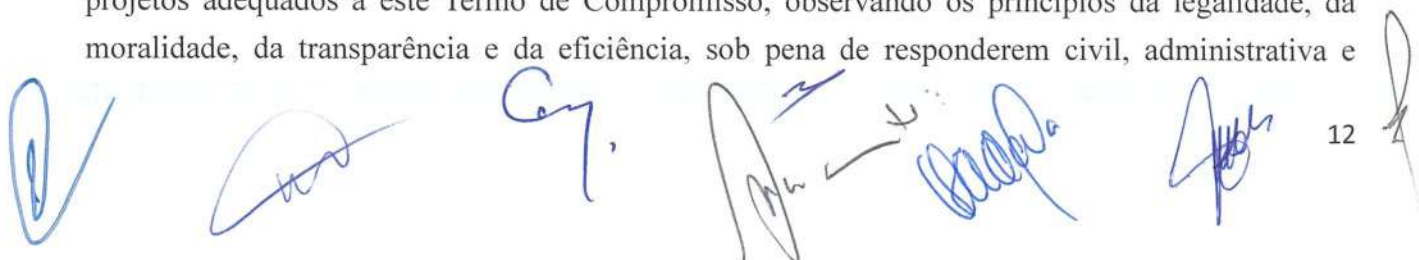
Caberá ao Ministério Público Federal, em caso de comprovado desvio dos recursos depositados pela ANGLO FERROUS BRAZIL em razão deste Termo, responsabilizar judicialmente os envolvidos no ilícito, por meio de ações de improbidade administrativa, ações civis públicas, ações penais e requisição de eventuais medidas cautelares cabíveis, em razão do disposto na Cláusula Sétima do Capítulo I.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da prestação de contas

Além da anual prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá, os Municípios signatários do termo de compromisso anualmente prestarão contas à população acerca do andamento dos projetos sociais, ambientais e demais ações de políticas públicas previstas nos §§ da Cláusula Primeira do Capítulo I deste Termo de Compromisso. Essa prestação de contas se dará através de publicação no Diário Oficial do Município respectivo e em jornal de grande circulação no Estado do Amapá, sempre no mês de março. Tal obrigação será válida pelo prazo de cinco anos.

CLÁUSULA QUARTA: Responsabilidade civil, administrativa e criminal dos gestores dos recursos

Os gestores dos recursos aportados nas contas judiciais especificadas na Cláusula Primeira do Capítulo I deste termo se obrigam a aplicar valores única e exclusivamente nos projetos adequados a este Termo de Compromisso, observando os princípios da legalidade, da moralidade, da transparência e da eficiência, sob pena de responderem civil, administrativa e



12

criminalmente por seus atos, por meio de ações de improbidade administrativa, ações civis públicas, ações penais e requisição de eventuais medidas cautelares cabíveis a serem ajuizadas perante a Justiça Federal no Amapá pelo Ministério Público Federal no Amapá.

Estando acordadas as partes firmam o presente Termo de **ACORDO DE COMPOSIÇÃO DE DANOS**, em 7 (sete) vias de igual teor, para que surtam os efeitos legais A PARTIR DE SUA HOMOLOGAÇÃO PELA 6ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ.

Macapá-AP, 4 de dezembro de 2019.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAPÁ
ADILSON GARCIA DO NASCIMENTO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
JOAQUIM CABRAL DA COSTA NETO



MUNICÍPIO DE SANTANA
OFIRNEY DA CONCEIÇÃO SADALA



ANGLO FERROUS BRAZIL S.A.
IVAN DE ARAÚJO SIMÕES FILHO



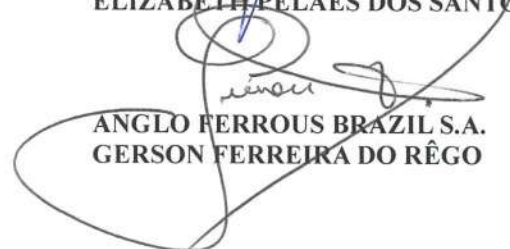
MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAPÁ
WUEBER DUARTE PENAFORT



MUNICÍPIO DE SERRA DO NAVIO
ELSON BELO LOBATO



MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI
ELIZABETH PELAES DOS SANTOS



ANGLO FERROUS BRAZIL S.A.
GERSON FERREIRA DO RÊGO



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

ANEXO X

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2026 – SEMSA/PMS

CONTRATO Nº XXX/202X QUE CELEBRAM ENTRE
SI O MUNICÍPIO DE SANTANA POR INTERMÉDIO
DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE –
SEMSA** E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SANTANA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.066.640/0001-08, por intermédio da **SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA**, situada na Avenida Santana, nº 2913, Paraíso, na Cidade de Santana, Estado do Amapá, representada neste ato pelo Ilmo. Secretário (a) **XXXXX XXXXXX**, brasileiro (a), portador (a) do R.G. nº XXXXXX e CPF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXX XXXXXX, nº XXXXX, Bairro XXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ (MF) Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede XXXXXXXX, nº XXXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXX, CEP nº XXXXXXXX, representada neste ato pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador de CPF nº XXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXX, residente e domiciliado à XXXXXXXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente Contrato de aquisição XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, mediante as cláusulas adiante expostas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), FONTE NOVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTANA/AP, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

1.4. A fiscalização da execução, medições e demais atos referentes ao objeto será realizada pela SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS – SEMOP.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

- 2.1. prazo de vigência do contrato será de (12) doze meses a contar da liberação da Ordem de Serviço na data da sua assinatura, na forma. Podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, devendo a administração demonstrar a existência de crédito orçamentário vinculado a contratação e à vantagem em sua manutenção.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - d) Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - e) Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.
- 3.2. **A Matriz de risco consta como anexo do Edital (Anexo IX do Edital).**

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração, em conformidade ao que dispõe o art.122 da Lei nº14.133/2021.

4.2. É proibida, portanto, a subcontratação total do objeto, não podendo a atuação do contratado transformar-se em mera intermediação ou administração de contrato. Além disso, o contratado permanece como responsável legal e contratualmente pela parte subcontratada.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor global da contratação é de R\$...*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- 7.1. Após os primeiros 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente, com a aplicação da variação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).
- 7.2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentados de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, “d” da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;
 - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

- 8.1.9.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de XXXXXXX;
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 8.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 8.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 8.1.17. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 8.1.17.1. "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - 8.1.17.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
 - 8.1.17.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
 - 8.1.17.4. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
 - 8.1.17.5. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.36. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));

9.37. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.

9.38. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.39. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

9.40. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;

9.41. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.42. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

9.43. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.44. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.45. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do CONTRATANTE;

9.46. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.47. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

9.48. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.49. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

9.50. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.51. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

9.52. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.53. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.53.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.53.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.53.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.53.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.53.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.53.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.53.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.53.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.54. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.54.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.54.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

9.55. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.56. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.57. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.58. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.59. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo CONTRATADO, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;

9.59.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.60. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme regras constantes no item 4 do Termo de Referência.

11.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

11.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação. Vistoria.

11.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 15 horas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- l) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

b) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(1) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

e) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

f) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30% do valor do Contrato.

g) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.5. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.6. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.7. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.8. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.9. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.10. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.11. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.11.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.11.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

13.11.3. Das indenizações e multas.

13.12. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.13. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.13.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.13.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. O pagamento será realizado de acordo com a cláusula 6ª do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), anexo deste Termo de Referência.

19.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet,



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026-SCL/SEMAD/PMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 924/2024 – SEMSA – PMS

em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. O Foro deste contrato é o da Comarca de Santana-AP, com exclusão total de qualquer outro que seja invocável. E por estarem assim, justos e contratados, o presente instrumento será lavrado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelas partes contraentes na presença de 02 (duas) testemunhas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes declaram aceitar todas as disposições firmadas, pelo que assinam este Contrato em três vias de igual teor e forma, para que surtam o mesmo efeito.

Santana – AP, XX de XXXX de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

